

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ruth Kelson

**Hannah Arendt e o âmbito do conceito de
Banalidade do Mal**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**SÃO PAULO
2011**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ruth Kelson

**Hannah Arendt e o âmbito do conceito de
Banalidade do Mal**

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Felipe Pondé.

**SÃO PAULO
2011**

Banca Examinadora

À minha mãe Simita, aos meus irmãos Doris e Bruno e aos meus filhos Matheus, Pedro e Ana.

À memória do meu pai, Siegfried (Sica).

AGRADECIMENTOS

Todos os agradecimentos que tenho a fazer serão sinceros e emocionados.

Em primeiro lugar, agradeço aos queridos colegas de mestrado em Ciências da Religião da PUC-SP e aos colegas do NEMES (Núcleo de Estudos da Mística e da Santidade) igualmente da PUC-SP. Estas pessoas me restituíram o sentimento de alegria e esperança em um mundo de pessoas generosas, onde a inteligência e o pensamento têm terreno fértil;

- ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Felipe Pondé, por sua abertura em aceitar a minha “anarquia”. Julgo que o estímulo de seu pensamento instigante e a confiança na criatividade de seus alunos têm sido fundamentais para que eles dêem com tanta prodigalidade, como tenho constatado, o melhor de si;

- à Prof^a Dr^a Dulce Critelli as aulas tão esclarecedoras a respeito do pensamento de Hannah Arendt. É uma mestra que muito admiro;

- à Lilian Wurzba, minha colega do NEMES, sua prontidão e amizade em me ajudar a formatar a dissertação e em fazer sua revisão;

- ao colega Neivor Schuck que me instruiu com tanta profundidade nos conceitos filosóficos de que eu precisava para tratar dos temas aqui abordados;

- a Reuven Faingold as críticas e correções sobre o Nazismo;

- ao meu tio Isu Fang a tradução para o inglês do Resumo;

- à minha família e aos meus amigos por este tempo em que se mantiveram fiéis esperando por mim enquanto estive mergulhada no imenso mundo de Hannah Arendt e no doloroso mundo da Banalidade do Mal.

RESUMO

Com esta dissertação, pretende-se ampliar a abrangência do conceito de Banalidade do Mal, um termo criado por Hannah Arendt para qualificar um Mal que não fora ainda detectado com uma forma própria e que ela observou no nazista Adolf Eichmann durante seu julgamento em Jerusalém em 1962. Ela o chamou de um Mal sem raízes, que é como um fungo na superfície. Localizou-o em uma não-pessoa, em alguém que “não pensa”, que não realiza o diálogo de mim-comigo-mesmo e age em heteronomia, sob uma determinação exterior à qual obedece sem se responsabilizar pessoalmente por suas conseqüências morais. Este conceito ajuda a elucidar a forma de agir dos totalitarismos da era moderna e a atitude daqueles que “somente cumprem ordens”, sem levar em conta a monstruosidade que elas podem trazer embutidas. A primeira condição para esta nova forma do Mal foi a transformação prévia do homem num puro *animal laborans*, dedicado quase que exclusivamente à sua sobrevivência como espécie. Transformado em coisa, em meio e não em fim em si mesmo, o homem adquiriu a condição de superfluidade da qual pode derivar a lógica do extermínio. A segunda condição foi a destituição da sacralidade do homem na modernidade. Com a morte de Deus, o homem se tornou simples coisa, passível de ser moldado, usado ou descartado. A terceira condição é o predomínio do processo no mundo atual, que tem uma dinâmica autônoma e independe do homem e de suas decisões. Zigmunt Baumann acrescentou à visão de Hannah Arendt uma nova compreensão dos mecanismos e motivos que podem resvalar para esta forma de Mal: a luta contra o indeterminado, o caótico e a ambivalência, com o objetivo de criar um mundo controlado e menos ameaçador. Porém, na luta contra a ambivalência, cria-se um caos ainda maior em torno a estas ordens que são construídas. Neste mundo em que se pretende impor a ordem de uma lei determinística ou de um projeto, o burocrata é o principal agente da Banalidade do Mal. A questão desta forma de Mal suscita a pergunta de quais meios dispomos para nos contrapormos a ela.

Palavras-chave: Hannah Arendt, banalidade do mal, Eichmann, nazismo, ambivalência.

ABSTRACT

This dissertation intends to enlarge the scope of the concept Banality of Evil, a term coined by Hannah Arendt to qualify an Evil that had not yet been detected as a particular form and that she had observed in the Nazi Adolph Eichmann during his trial in Jerusalem in 1962. She called it an Evil without roots, which is like a fungus in the surface. She found it in a non-person, in someone that “doesn’t think”, that doesn’t perform the dialogue me-with-myself and acts in heteronomy, under an external command to which it obeys without assuming personal responsibility for its moral consequences. This concept helps to elucidate the way totalitarianisms of the modern era acts and the attitude of those that “only follow orders”, without considering the monstrosities that they can embed. The first condition for this new form of Evil was man’s preceding transformation in a pure *animal laborans*, dedicated nearly exclusively to his survival as a species. Transformed in a thing, as a mean and not an end in itself, man acquired the condition of superficiality from which it could derive the logic of extermination. The second condition was the destruction of the sacredness of man in modern times. With the death of God, he was transformed into a simple thing, able to be molded, used and discarded. The third condition is the predominance of the process in the world today which has an autonomous dynamics and is independent of man and his decisions. Zigmunt Baumann added to Hannah Arendt’s vision a new comprehension of the mechanisms and motives that can slip into this form of Evil: the fight against the indeterminate, the chaotic and the ambivalence, trying to create a controlled and less threatening world. But, in the fight against ambivalence, an even greater chaos is created around this orders that are built. In this world on which one wants to impose the order of a deterministic law or project, the bureaucrat is the main agent of this form of Evil. The question of the Banality of Evil raises the question of what are the means at our disposal to oppose it

Key-words: Hannah Arendt, Banality of evil, Eichmann, Nazism, ambivalence.

Sumário

Introdução.....	08
Capítulo 1. Hannah Arendt: vida, obra e tempo.....	13
Capítulo 2. O Nazismo e Holocausto, ocorrências de Mal Banal	31
2.1 O antissemitismo	32
2.2 O nazismo.....	35
2.3 Ideologia nazista.....	40
2.4 O mito ariano.....	42
2.5 A propaganda nazista.....	45
2.6 A corporificação da Banalidade do Mal	47
2.7 O programa racial nazista.....	49
2.8 A estrutura do sistema nazista	51
2.9 O Holocausto.....	53
Capítulo 3. Conceito de Banalidade do Mal a partir de Hannah Arendt	57
3.1 Localização da Lei Moral.....	59
3.2 A liberdade	61
3.3 Mal Radical	62
3.4 Sócrates e o dois-em-um	64
3.5 O Pensar como contraposição ao Mal.....	65
3.6 O caminho que conduziu até a superfluidade do homem	68
3.7 Os agentes da Banalidade do Mal.....	74
3.8 Os Totalitarismos e o homem exterminável.....	79
3.9 Ruptura.....	85
3.10 O Horror inexprimível	85
3.11 Banalidade do Mal.....	91
Capítulo 4. Eichmann: um agente da Banalidade do Mal.....	95
Capítulo 5. A Banalidade do Mal na Sociedade Contemporânea.....	117
Conclusão	136
Referências	142

INTRODUÇÃO

Sinto que minhas escolhas, a de fazer um mestrado em Ciências da Religião e a do tema a ser trabalhado, sem dúvida me enriqueceram e fico feliz pelas opções que fiz. Com a primeira, busquei dar forma às minhas inquietações, poder estar num ambiente acadêmico, estudar e refletir. Com a segunda, procurei localizar-me no mundo e na situação em que nasci.

Certamente, a motivação que possuo raízes mais fundas diz respeito à segunda, pois se remete à minha infância: ao sentimento de perplexidade e tristeza diante da revelação de seis milhões de pessoas que foram mortas no Holocausto. Esta questão permaneceu comigo por toda a vida e aproveito esta oportunidade para enfrentá-la.

A questão do Holocausto reaparece como central na consciência da humanidade. Sente-se no ar o instinto de morte nos rondando, o desespero tão palpável em toda parte. Aí se revelou uma assustadora potencialidade: a do extermínio industrializado quando o homem se torna um simples meio destituído de qualquer dignidade. Isto ocorreu com os judeus, mas suspeita-se que qualquer grupo humano poderá ser o próximo, uma vez que, com este acontecimento, o tabu que o interditava foi ultrapassado.

A miséria, a violência, a força das armas, a destruição da natureza, a depressão generalizada, tudo pede que se reencontrem sentidos em outros níveis que não o do homem reificado, consumível, reduzido à mercadoria. A questão da moral e dos valores, em torno da qual emergiu o conceito de Banalidade do Mal, precisa ser insistentemente retomada e um novo estatuto da dignidade do homem e da natureza refeito.

O niilismo, o gnosticismo, são tentações muito fortes neste momento, mas não devem ser a última palavra que devemos nos dar. Qual seria ela? Não o sabemos. Mas o simples fato de não saber demonstra, da nossa parte, tanta ignorância que justifica não decretarmos a morte da esperança. Nosso planeta merece sobreviver graças à riqueza e abundância de suas espécies e à beleza com que se apresenta em cada detalhe. E graças também à grandeza

possível do homem, sua criatividade, sua bondade, seu amor e todas as demais qualidades que nos negamos e que nos permitiriam construir um mundo de maior qualidade do que este em que agora estamos.

Adão foi chamado por Deus de *Shomer* (Genesis 2:15), termo que significa, em hebraico, o “guardião”: “Tomou, pois, o Senhor Deus o homem e colocou-o no paraíso de delícias para que o cultivasse e guardasse”, e não para que o possuísse com violência e desprezo. Por que tanta arrogância em se arrolar senhores de um Éden que não nos pertence? Por que abandonar valores verdadeiros? Agimos sob a compulsão do fazer, sem termos capacidade de prever de fato as consequências do que fazemos. Parece-me que agimos como aprendizes de feiticeiros, jogando em nossos caldeirões, de forma aleatória e irresponsável, misturas que podem explodir no final.

Diante da evidência de que podemos de fato explodir no final, e diante das amostras que representaram a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto, o poder nuclear e atualmente o problema do nosso relacionamento com a natureza, estas questões se tornaram urgentes. Creio que foram estas as urgências que moveram Hannah Arendt ao longo de toda a sua obra. Filha de um tempo sombrio, ela generosamente se propôs refletir sobre estes temas em busca de saídas para os horrores que testemunhou. E sobre este terreno arado em vistas do *amor mundi* que a movia, desejo seguir seu exemplo e poder também depositar uma boa semente.

Hannah Arendt vem se tornando uma referência e uma autora estudada em inúmeras áreas: na Filosofia, no Direito, na Educação, na Política, na Sociologia, etc. Sua obra, por ser tão ampla e desafiadora, permite todas estas abordagens.

A questão de uma nova forma do Mal detectada por ela a partir do julgamento do nazista Adolf Eichmann, realizado em Jerusalém em 1962, reverbera a antiga e ampla discussão sobre o Mal que acompanhou a humanidade desde os seus primórdios. O “Problema do Mal” sempre foi enunciado através de uma pergunta que necessariamente teria que provir da religião: “como pode um Deus bom criar um mundo cheio de sofrimento inocente?”. No livro *O Mal no Pensamento Moderno*, Susan Neiman fez um histórico deste problema a partir do século XVII, chegando até a nossa época e às reflexões que Auschwitz nos impôs.

Arendt usou a expressão “Banalidade do Mal” de forma muito passageira no subtítulo do livro *Eichmann em Jerusalém*, escrito a propósito deste julgamento, mas seu poder como ferramenta na compreensão do mundo atual foi imediatamente intuído. Ela descartou uma discussão mais aprofundada sobre o seu potencial significado e explicou que com o uso desta

expressão estava simplesmente descrevendo um fato evidente: a banalidade pessoal de Eichmann, o encarregado de toda a logística de transporte dos judeus para os Campos de Concentração e de Extermínio, sua mediocridade demonstrada na repetição de clichês e frases feitas, seu alheamento diante das terríveis consequências dos seus atos e a sua aspiração egocêntrica em meramente ascender na carreira, sem qualquer consideração moral pelos custos maléficis que isto implicava.

O objeto desta dissertação é o conceito de Banalidade do Mal enunciado por Hannah Arendt. Meu ponto de partida na discussão do conceito são duas obras desta pensadora: *Eichmann em Jerusalém* e *Origens do Totalitarismo*. Acrescento várias de suas outras obras para desenvolver um corpo de reflexões em torno deste conceito.

Algumas perguntas moveram esta pesquisa. A primeira delas é o que significa a Banalidade do Mal? A hipótese que responde a esta pergunta é que a Banalidade do Mal é o Mal cometido por meio de uma determinação exterior, por alguém que não pensa por si mesmo e age sob uma heteronomia. A segunda pergunta é aonde e sob que forma este mal localiza? Ele se localiza num indivíduo que abdicou de sua responsabilidade moral, colocado dentro de um sistema em que o Mal deixou de ser Mal, mas passou a ser a realização de um projeto ou de um determinismo sob a forma de uma ideologia. Nele, o indivíduo se considera um simples dente numa engrenagem maior à qual lhe compete obedecer com dedicação e eficiência, sendo-lhe exigido que desconsidere as consequências morais de seus atos, pelos quais ele deixou de ser o responsável. Por isso, mesmo diante do Mal em que ele foi o agente, o criminoso afirma não ter cometido um crime. Além disso, nas sociedades em que a Banalidade do Mal se manifesta, a própria forma que ela adquire é igualmente banal, pois necessariamente retira a complexidade da realidade para conseguir adequá-la aos seus postulados redutores.

À pergunta do que a tornou possível, diremos que a Banalidade do Mal depende do ser humano ter sido tornado coisa. Com o predomínio do secular na Idade Moderna, ele perdeu seu estatuto de sacralidade. O que significou que, em consequência do princípio de utilidade que direciona o mundo atual, ele foi tornado apto a ser fabricado ou descartado por supérfluo. E este descarte pode dar-se sob a forma do extermínio planejado.

A ciência, apoiada numa aparente lógica, parece ter hoje o mesmo poder de determinar a utilidade ou a inutilidade dos seres e das coisas que foi o da bruta matança dos totalitarismos: aquele que decreta o que pode e o que deve viver.

A mudança que conduziu o homem para uma situação de superfluidade dependeu de duas condições da modernidade. A primeira, o deslocamento, dentro da hierarquia da *vita activa*, do *homo faber* para o posto mais alto antes ocupado pela ação política do cidadão na pólis. Ao rejeitar o simplesmente dado, a partir de então o homem se viu compelido a “fabricar” o mundo. A segunda condição foi um novo deslocamento, desta vez afirmando o predomínio do *animal laborans*. Foi quando a vida ficou reduzida a uma simples função da sobrevivência biológica, sendo o homem, nesta função, destinado unicamente a consumir.

O objetivo desta dissertação é refletir sobre o âmbito que o conceito de Banalidade do Mal abrange e ampliar a definição literal que Arendt lhe deu. A palavra *abrangência* é usada com um duplo propósito: visa localizar e exemplificar no indivíduo e na sociedade as formas com que a Banalidade do Mal se apresenta.

No indivíduo ela está exemplificada em Eichmann e nas burocracias de um modo geral. O Mal, em ambos os casos, decorre do homem abdicar da sua autonomia, de não-pensar, de não responsabilizar-se diante das próprias ações, ao se deixar guiar passivamente sem exercer a prerrogativa de expressar sua opinião, sua pluralidade, sua espontaneidade e possibilidade de criar o novo.

No âmbito da sociedade, a Banalidade do Mal achata a realidade e a substitui por determinismos inexoráveis fornecidos pela ciência e pelas ideologias. Ela manipula, controla, busca “fazer” a realidade para afastar a ameaçadora ambivalência. No caso do Nazismo, este “fazer” o mundo era um projeto para os próximos mil anos: fabricar uma raça pura, o ariano, que haveria de dominar todo o planeta, eliminando os doentes e os elementos racialmente “inferiores”. No caso do stalinismo, o projeto era “fazer” a sociedade sem classes, eliminando as classes agonizantes que insistiam em resistir a este futuro grandioso. No caso da ciência, o projeto é igualmente gigantesco: “fazer” a natureza e selecionar as espécies que merecerão, para nosso proveito, segundo ela, habitar o planeta.

Zigmunt Bauman focalizou o mesmo tema em duas de suas obras: *Modernidade e Ambivalência* e *Modernidade e Holocausto*, que serão igualmente tratadas.

O ser humano, com todas as contradições que o habitam, não cabe neste mundo “feito” e engessado. Para sossegá-lo, ele é alimentado com virtualidades: mundos fictícios, emoções brutas, antidepressivos ou mesmo a prisão ou a morte. A Banalidade do Mal ilustra literalmente o resultado alcançado: uma sociedade à qual faltam raízes, à qual falta mundo e na qual as pessoas vivem em isolamento e solidão. Foi a perda das tradições e das raízes,

acompanhada pela perda da complexidade do mundo e dos seres, trazida pela Modernidade, que permitiu esta visão redutora capaz de conduzir com facilidade ao extermínio.

Arendt recorreu à Kant e a Sócrates e alertou que o pior mal, o de maior alcance e destrutividade, geralmente não é cometido em condições de monstruosidade patológica do agente, mas de sua banalidade, do abandono de si mesmo e de sua responsabilidade moral. Em vários de seus escritos posteriores, ela continuou repisando estes temas sob diversas roupagens e concluiu que a condição primordial que permite a emergência desta forma de agir é o não pensar.

A ampliação do conceito de Banalidade do Mal conduz à inevitável pergunta: como é possível contrapor-se a esta forma de Mal? A contribuição deste tema para as Ciências da Religião justifica-se pelo aspecto “redentor” embutido nele, uma vez que a hipótese que enunciamos permite ser continuada com a proposição esperançosa de que poderemos combater esta forma de Mal se a humanidade restituir à sua consciência a condição de “sacralidade” do homem e da natureza. Para Arendt, não é o mal, mas sim o bem que tem profundidade e dimensão. Quer dizer com isto que as origens do mal estão ao nosso alcance e suas raízes são rasas o bastante para poderem ser arrancadas.

Esta dissertação está dividida em 5 capítulos, sendo que o primeiro deles contextualiza a vida e o tempo histórico de Hannah Arendt, sob a premissa de que sua obra foi profundamente influenciada por estes conteúdos. Conhecê-los poderá nos ajudar a entender seu pensamento. O segundo capítulo ilustra e busca corporificar a Banalidade do Mal no nazismo além de descrever sua ideologia e o conteúdo raso e determinista de seus conceitos. O terceiro capítulo lida com o conceito filosófico do mal em Kant e em Sócrates. Analisa as condições que conduziram à superfluidade do homem culminando, na Modernidade, com o predomínio do *animal laborans* e com a matança nos Campos de Concentração e de Extermínio. No quarto capítulo, é apresentado o nazista Eichmann como o burocrata e o agente típico da Banalidade do Mal e também as questões legais que cercaram seu julgamento em Jerusalém, além das perguntas pelo papel do indivíduo e dos países em se contraporem a ela. E, finalmente, no quinto capítulo, partindo de Zigmunt Bauman, são localizados estes mesmos temas na sociedade contemporânea e descrito o papel das burocracias na implementação do Holocausto e de outros projetos maléficis que pretendem suplantam a ambivalência e a contingência, ambas inseparáveis do viver.

CAPÍTULO 1

Hannah Arendt: vida, obra e tempo

Hannah Arendt inúmeras vezes reafirmou sua necessidade de *compreender*, um recurso que, segundo Hegel, permite ao ser humano reconciliar-se com a realidade e estar em paz com o mundo.¹ Acontecimentos tremendos de uma era de ruptura marcaram sua vida e seu tempo e lhe solicitaram com urgência este tipo de compreensão. Conhecendo-os, será possível apreender algo de seu pensamento e de sua obra.

Numa entrevista ao jornalista Günter Gaus, transmitida pela televisão da Alemanha Ocidental em 1964, ela afirmou: "não acredito que possa existir nenhum processo de pensamento sem experiência pessoal. Todo pensamento é um pensamento posterior, isto é, uma reflexão sobre algum fato ou assunto"².

A insistência, ao longo de toda a sua obra, sobre a concretude das coisas, sobre a ligação necessária da vida com o pensamento, parece referir-se à sua crítica permanente ao agir sustentado no pensamento ideológico que, ao querer impor à realidade a sua fala vazia, abstrai-se das coisas como elas de fato se dão, não responde à experiência vivida e aos homens reais em suas vidas reais, e foi causa, nestes tempos sombrios, de um imenso sofrimento e muitos milhões de mortos.

Hannah Arendt nasceu em 14 de outubro de 1906 em Linden, um povoado hoje incorporado como um subúrbio de Hannover, na Alemanha. A partir dos dois anos foi viver em Königsberg, cidade onde nasceram seus pais, Paul Arendt, um engenheiro, e Martha Cohn

¹ Cf. Hannah ARENDT, *Entre o passado e o futuro*, p. 34.

² Hannah ARENDT, O que resta? Resta a língua: uma conversa com Günter Gaus, in: _____ *Compreender*, p. 50.

Arendt. Ambos eram judeus não religiosos e possuíam uma situação financeira confortável. Eram pessoas cultas, socialistas, politicamente atuantes desde a juventude, quando fizeram parte do movimento social democrata do círculo do jornal da *Sozialistische Monatshefte*³.

Ela foi uma menina precoce e viva, uma “criança radiante”, como a retratou sua mãe num diário que chamou de *Unser Kind*, “nossa criança”, no qual anotou com detalhes todas as etapas do seu desenvolvimento desde o nascimento. Nele descreveu seu temperamento como de uma extrema sensibilidade psicológica, sendo afetada por todas as pessoas com as quais se envolvia. Dos dois lados da família ela foi cercada, na infância, por uma rica vida familiar e cultural. Esta ambientação cálida formou a matriz emocional que a envolveu durante toda a vida. Ao descrever, anos mais tarde, o meio familiar de Rosa Luxemburgo, talvez estivesse se referindo também a si mesma e à sua vivência no interior da própria família:

O que os membros do grupo de iguais tinham em comum só se pode chamar de gosto moral, tão diferente de “princípios morais”; deviam a autenticidade de sua moralidade ao fato de terem crescido num mundo que não estava desarticulado. Isso lhes proporcionou a sua “rara autoconfiança”, tão perturbadora para o mundo a que então chegaram.⁴

Este “mundo de iguais” seria a “humanidade especificamente judaica”, “esta amundandade que o povo judeu sofreu com a diáspora, e que – como com todos os povos que são párias – gerou uma cordialidade especial... Era algo muito bonito esse se manter fora de todos os vínculos sociais, essa abertura mental e total falta de preconceitos”⁵. Mas acrescentou: “eu disse então: essa humanidade não sobrevive ao dia da libertação, não sobrevive nem cinco minutos à liberdade”⁶.

Ainda no início de sua infância, viu seu pai, doente com sífilis, progressivamente decair e deteriorar física, mental e neurologicamente. Seu avô paterno, Max, com quem também era muito ligada, morreu poucos meses depois de seu pai – ambas as mortes antes que completasse sete anos.

Talvez devido a estas perdas tão precoces, ela cedo se interessou pela filosofia. Desde muito nova, teve acesso aos livros da biblioteca do pai, dentre os quais os clássicos gregos e

³ *Cadernos Mensais Socialistas*: famoso jornal alemão da época.

⁴ Hannah ARENDT, *Homens em tempos sombrios*, p. 50.

⁵ Idem, O que resta? Resta a língua: uma conversa com Günter Gaus, in: _____ *Compreender*, p. 47.

⁶ Hannah ARENDT, Só permanece a língua materna, in: _____ *Dignidade da Política*, p. 139.

latinos. Leu muita poesia grega que afirmou ter tido uma grande presença em sua vida. Leu Kant aos 16 anos e pouco depois, Jasper e Heidegger.

Nas aulas com o rabino da comunidade, questionava os ensinamentos da religião com impertinência. Ao anunciar-lhe que não acreditava mais em Deus, ele respondeu: “e quem te perguntou?”⁷ Esta concepção de que a religião não equivalia e não estava mais no centro da identidade judaica, refletiu o deslocamento de sua autoconsciência durante os primeiros anos do século XX. Novas respostas ao desafio da questão identitária assumiram duas formas principais dentro deste grupo: a primeira, a mudança do caráter ortodoxo e tradicional da religião para formas mais liberais, e a segunda, um processo de “assimilação”, tanto religioso, com a conversão maciça dos judeus ao cristianismo, na maior parte das vezes como tentativa de escapar da sina milenar de violência e marginalização, quanto cultural, com o abandono dos costumes tradicionais e do predomínio da língua iídiche e com a auto-identificação dos judeus como cidadãos nacionais.

Porém, o processo de assimilação não tornou os judeus mais bem aceitos nas diversas sociedades aonde habitavam. O anti-semitismo persistia secularmente arraigado, mantendo-os numa posição marginal, diferenciada em vários aspectos da vida. Configurou o que ela viria a chamar de “o pária”, aquele que, embora tendo uma visão crítica privilegiada “de fora” – o que implicava também um sentimento que refletia uma orgulhosa, ainda que sofrida, posição marginal –, necessitava reafirmar seu caráter de excepcionalidade para ser aceito num meio em que desejava inserir-se, mas que lhe restringia imensamente o acesso.

Negar-se não foi a sua resposta, nem a de sua mãe. Anos mais tarde, numa carta a Gershom Sholem, disse: “ser judia pertence aos dados não controversos da minha vida, e, com relação a tais facticidades, eu nunca quis mudar nada, nem mesmo na infância”⁸. Tal facticidade deveria, segundo sua mãe lhe ensinou, ser dignamente reafirmada, o que implicava defender-se e não abaixar a cabeça diante da agressão e da injustiça. E este foi um traço dominante em sua personalidade: o destemor – expor com convicção, e até mesmo rudemente, o seu pensamento, e viveu as conseqüências de sua coragem como muito poucos o conseguiriam.

⁷ Elisabeth YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt for Love of the World*, p. 10.

⁸ Hannah ARENDT, O que resta? Resta a língua: uma conversa com Günter Gaus, in: _____ *Compreender*, p. 36.

Enquanto adolescente, Hannah Arendt lia muito e escrevia poesia.⁹ Leu Goethe em particular e também leu Hegel, Kierkegaard, Franz Rosenzweig e obras modernas e românticas, alemãs e francesas. Na entrevista a Gauss, disse que a filosofia foi uma opção segura desde os 14 anos. “Poderia estudar filosofia ou atirar-me a um rio... Eu tinha essa necessidade de compreender desde cedo”¹⁰.

Com o desencadear da I Guerra Mundial, Martha Arendt aproximou-se da visão mais radical da social democracia que era representada por Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo. Esta última havia vivido num tempo em que “as esperanças [ainda] eram verdes e a revolução rondava a esquina”¹¹ e Arendt admirava nela a figura moral de uma esquerda não corrompida, como a descreveu em *Homens em tempos sombrios*. Neste livro, postulou que seu assassinato, em 1919, tornou-se o divisor de águas entre duas eras na Alemanha: o ponto sem retorno para a esquerda alemã, com a divisão irrevogável da esquerda europeia entre os partidos comunistas e socialistas, e o ponto de partida para a “dança da morte na Alemanha pós-guerra” com a ascensão do nazismo.

Hannah cresceu nesta sociedade do pós-guerra, na qual imperava uma grande ebulição política e cultural. Massas rebaixadas, social e economicamente, buscavam saídas para uma situação de economia instável, altíssima inflação e grande desemprego. O sentimento dominante era de pessimismo, com a humilhação que se seguiu à derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, a pobreza e a perda das referências aos valores tradicionais.

Ela partilhou com seus amigos a inquietação intelectual da época e a busca de respostas aos novos tempos e seus conflitos. Esta foi uma geração que mudou comportamentos e conceitos morais. De acordo com Laure Adler, sua biógrafa, “essa geração de jovens pertenceu a um mundo desaparecido no qual a cultura servia de cimento e onde a erudição era algo normal”¹². Entre seus amigos próximos estavam Walter Benjamin, Hans Jonas, Gershom Scholem, Karl Löwith, Erich Neumann e também Günther Stern, que viria a ser seu primeiro marido.

Esteve toda a vida cercada de amigos e buscava e valorizava imensamente a amizade, conforme o testemunho de Hans Jonas, em seu funeral, de que ela possuía o “gênio para a

⁹ Cf. Elisabeth YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt, for Love of the World*, p. 32.

¹⁰ Hannah ARENDT, O que resta? Resta a língua: uma conversa com Günter Gaus, in: _____ *Compreender*, p. 38.

¹¹ Idem, *Homens em tempos sombrios*, p. 45.

¹² Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 40.

amizade”. Decisivo foi o reencontro com um amigo de sua família que conheceu ainda criança, Kurt Blumenfeld, líder do movimento sionista, quem a introduziu na vida política na perspectiva de uma militância dentro do judaísmo. Foi quem a incitou a escrever, a partir de 1929, um livro a respeito de Rahel Varnhagen, mulher culta e apaixonada, com quem Hannah explicitamente se identificava e a quem chamou de “sua melhor amiga”. Importante missivista, ela abrigou um dos mais importantes salões da Europa no final do século XVIII e início do XIX. Rahel possuía um interesse especial como personagem, pois viveu e encarnou a “fatalidade do destino judeu”¹³: todas as contradições e tormentos de ser uma judia numa sociedade onde esta condição representava uma mácula.

Sua geração, ao mesmo tempo em que produziu uma cultura brilhante, viveu na carne o que ela chamaria mais tarde de “tempos sombrios”: a realidade dos feridos e dos milhões de mortos – a destruição, as ruínas, as fugas, a incerteza, o pânico pela pura sobrevivência e a inquietante constatação da ausência de Deus e da impiedade dos homens.

A extraordinária efervescência cultural da República de Weimar, que terminou em 1933 com a ascensão de Hitler ao poder, constituiu o pano de fundo na construção de sua visão de mundo formada a partir de três pontos distintos: o mundo clássico, a filosofia cristã, representada por Santo Agostinho, e a filosofia moderna na tradição que veio de Kant, que percorre o existencialismo de Kierkegaard e alcança Husserl, Heidegger e Jaspers, e cuja expressão contemporânea é a moderna tradição da fenomenologia e da hermenêutica.

Iniciou estudos universitários não regulares aos 16 anos na Universidade de Berlim, com aulas de latim e grego, e curso de teologia cristã com Romano Guardini, um dos líderes da escola dos existencialistas cristãos. Nos cursos de Guardini, leu Kierkegaard e decidiu cursar teologia a partir desta leitura.

Em 1924, aos dezoito anos, Hannah entrou para a Universidade de Marburg, feudo do neokantismo, onde se especializou em filosofia e fez optativas em teologia e grego. Estudou teologia do Novo Testamento com Rudolf Bultmann e filosofia com Martin Heidegger. Este último constituiu para si uma presença intelectual poderosa durante toda a vida e com ele viria a manter um relacionamento amoroso intenso e muito sofrido, apesar de breve. Mudou-se para Freiburg, em 1926, onde, durante um semestre, seguiu os cursos de Husserl. Segundo Laure Adler, guardou de Husserl a convicção de que pensar é antes de tudo existir enquanto

¹³ Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 103.

sujeito responsável.¹⁴ Husserl tinha como programa da Fenomenologia a “volta às coisas mesmas” e à experiência, o que também veio a constituir a base do seu programa.

Para fazer o doutorado, ela se mudou, em 1926, para Heidelberg, defendendo, em 1928, a tese “O Conceito de Amor em Santo Agostinho”. Conforme explicou Elisabeth Young-Bruehl, em sua biografia, “enquanto a obra de Heidegger tende para a experiência futura da morte, a de Arendt, apesar de fundar-se sobre o mesmo esquema de tempo, está interessada também no nascimento, com aquilo que ela irá chamar mais tarde de ‘natalidade’”¹⁵. A noção de “natalidade”, que se tornou fundamental em sua obra, Hannah a formulou a partir de Santo Agostinho.

Teve como orientador Karl Jaspers, filósofo e psiquiatra que se tornou um amigo por toda a vida – um modelo de pensador e de homem íntegro, que recusou se deixar corromper pelo nazismo, como o fez Heidegger quando teve a oportunidade, em 1933, ao aceitar o posto de reitor da Universidade de Freiburg, celebrando no discurso de posse “a grandeza e a nobreza deste despertar nacional”¹⁶.

Com a ascensão e tomada do poder pelos nazistas, e diante da evidente degradação política e moral que este sistema representava, cada cidadão foi convocado a assumir uma posição de adesão ou repúdio a ele. Na entrevista com Gaus, Hannah Arendt explicou que “o pior no início da era nazista, o verdadeiro problema pessoal, não foi o que fizeram nossos inimigos, senão o que fizeram nossos amigos”¹⁷. A *Gleichschaltung* ou coordenação política, como era chamada, correspondia à atitude de aceitar e ceder ao novo clima político a fim de assegurar posições pessoais ou conseguir emprego. Segundo ela, “entre os intelectuais, a *Gleichschaltung* era a regra... Eu nunca esqueci isso”. E acrescentou: “hoje eu diria que eles caíram na armadilha de suas próprias idéias”¹⁸.

¹⁴ Cf. Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 73.

¹⁵ Elisabeth YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt for Love of the World*, p. 75-6.

¹⁶ *Ibid.*, p. 108.

¹⁷ Hannah ARENDT, O que resta? Resta a língua: uma conversa com Günter Gaus, in: _____ *Compreender*, p. 40.

¹⁸ *Ibid.*, p. 41.

Em janeiro de 1929, Hannah reencontrou Günther Stern¹⁹, a quem não via desde 1925 quando acompanharam juntos os seminários de Heidegger em Marburg, e passaram a viver juntos em Berlim. Casaram-se em setembro de 1929 numa cerimônia civil.

A situação política e econômica da Alemanha, que havia se estabilizado após os anos da inflação, piorou muito com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1929. Devido ao desemprego generalizado, artistas e intelectuais tinham imensa dificuldade de ganhar a vida: ou trabalhavam por conta própria ou precisavam contar com a ajuda dos amigos para sobreviver. Hannah Arendt conseguiu uma bolsa para financiar uma pesquisa sobre o Romantismo Alemão e passou a escrever resenhas de livros e artigos para jornais e revistas, enquanto seu marido tentava obter um cargo universitário. Trabalhando juntos, revisaram a dissertação sobre o amor em Santo Agostinho e escreveram uma resenha do livro de Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, além de um artigo sobre as *Elegias de Duíno*, de Rilke.

Antes mesmo da tomada do poder em 1933, as intenções de Hitler a respeito dos judeus já haviam sido claramente expostas, sobretudo em sua obra *Mein Kampf*, escrita em 1926: ali estavam o ódio venenoso e os planos detalhados de sua exclusão e, até mesmo, extermínio. Grupos para-militares foram autorizados e incentivados pelo Partido Nazista a usar de violência contra o cidadão inocente e desprotegido. As prisões, mortes e deportações criaram um ambiente de terror crescente. Logo após Hitler tornar-se chanceler em 1933, construiu-se em Dachau, uma localidade perto de Munich, o primeiro campo de concentração nazista, para onde judeus e opositores do nazismo eram enviados. Diante de tantas evidências de perigo, porém, uma boa parte dos judeus alemães, já habituados com as sucessivas ondas de anti-semitismo ao longo da história e com a crescente propaganda racista na Alemanha, se omitiu. Sentindo-se profundamente identificados com a cultura alemã, na qual desejavam ardentemente inserir-se, preferiram ignorar a proporção inusitada da ameaça. Julgavam ser impossível que uma cultura tão evoluída pudesse consentir com a pregação de um louco e, por isso, toda reação de defesa que tiveram foi basicamente individual, dispersa e não unificada.

¹⁹ Günther Stern, que mais tarde mudou seu nome para Günther Anders, foi um filósofo e jornalista nascido em Breslau, em 1902. Trabalhou em temas tais como os efeitos dos meios de comunicação na nossa existência ética e emocional. Seu mais importante trabalho é *Die Antiquierheit des Menschen*, em tradução livre: “A obsolescência do homem”. É em grande parte uma crítica de que produzimos mais do que podemos abarcar e nos responsabilizarmos, e que, como homens, não combinamos com a perfeição tecnológica de nossos produtos e acreditamos, equivocadamente, que aquilo que somos capazes de fazer, estamos autorizados a fazer. Escreveu sobre o Holocausto e tornou-se um dos fundadores do movimento antinuclear nos EUA. Sua obra inclui, ainda, numerosos trabalhos literários, tais como livros sobre Kafka e Brecht.

Para Hannah Arendt e Günther Stern, porém, as ideias nazistas, tão entusiasticamente acolhidas pela maioria dos alemães, e as possíveis conseqüências do poderoso incitamento ao ódio possuíam um potencial maligno evidente. Seus amigos comunistas preferiam priorizar a luta de classes, rejeitando o sionismo e negando importância ao anti-semitismo. Ela considerava esta posição equívoca e dizia: “se somos atacados na qualidade de judeus, é como judeus que devemos nos defender”²⁰. Coerente com esta compreensão, a partir de 1930 ela se juntou ao movimento sionista como forma de autodefesa e de resistência ao nazismo, apoiada, sobretudo, em sua amizade com Kurt Blumenfeld, que era presidente da União Sionista da Alemanha, para quem o sionismo representava a construção de uma cultura judaica específica na Palestina dentro dos marcos de uma civilização árabe-judaica.

Em 1931 e 1932, seu pensamento voltou-se progressivamente mais para o político e o histórico, porém a verdadeira guinada para o político se deu após o incêndio do Reichstag, em 27 de fevereiro de 1933, com a instalação do terror nazista e as prisões ilegais que se seguiram na mesma noite. Este foi o choque que a fez sentir-se responsável, pois, para ela, “não era mais possível contentar-se em agir como espectador”²¹. Engajou-se no trabalho clandestino, coletando, a pedido de Blumenfeld, documentos antisemitas na Biblioteca Estatal Alemã, em Berlim, para difundi-los no exterior. Passou a freqüentar, também, o *Hochschule für Politik*, um dos centros de ensino e debate mais criativos da Alemanha.

Num artigo publicado em 1933, no *Jüdische Rundschau*, Arendt escreveu que com a subida ao poder de Hitler, quando o racismo tornou-se a política de Estado da Alemanha, findou na história dos judeus alemães o capítulo chamado “assimilação”. Neste artigo, argumentou que a questão judaica não poderia ser separada dos interesses políticos nacionais e internacionais e criticou a indiferença dos judeus de se assumirem politicamente diante do anti-semitismo.

A violência aumentou com o terror nazista e as agressões e mortes tornaram-se incontroláveis e patrocinadas pelo Estado. Günther Stern fugiu para a França em 1933, mas ela ainda permaneceu na Alemanha, corajosamente abrigando amigos sionistas e comunistas em seu apartamento. Presa em Berlim e levada à polícia, foi interrogada durante 8 dias. Ao ser solta, decidiu exilar-se.

²⁰ Hannah ARENDT, Só permanece a língua materna, in: _____ *A dignidade da política*, p. 133.

²¹ Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 122.

Ela e a mãe atravessaram sem documentos, a pé, a fronteira da Tchecoslováquia. Passaram por Praga e chegaram finalmente a Genebra, onde ela trabalhou durante um tempo para a Liga das Nações e depois para a Agência Judaica. Partiu, em seguida, para Paris, enquanto sua mãe retornava para Königsberg. Em Paris, reencontrou seu marido, ambos sem dinheiro, sem documentos e sem emprego, tal como outros trinta e sete mil refugiados judeus e não-judeus alemães que, ainda assim, eram humilhados e tachados de estrangeiros perigosos pelas autoridades francesas. Slogans, tais como “A França aos franceses” ou “Abaixo os estrangeiros”, eram usados comumente pela população xenófoba e igualmente desempregada. A epígrafe que ela e Günther utilizaram num artigo que escreveram juntos em 1934, consagrado a Rilke, aludia ao desespero deste tempo: “quem, se eu gritasse, entre a legião de anjos me ouviria?”²²

O casal, que não vivia bem, separou-se em 1936 e Günther Stern conseguiu obter um visto de emigração para os EUA. Arendt empregou-se como secretária do grupo sionista alemão no exílio da *Aliyah Hadasha*, fundado por Henrietta Szold em 1933, que agia em prol da emigração de jovens judeus para a Palestina preparando-os para a vida nos *kibutzim* com aulas de agricultura, de história judaica e de hebraico. Atuou junto com a baronesa Germaine de Rothschild na coleta de fundos para esta organização e acompanhou estes jovens numa viagem à Palestina em 1935.

Hannah Arendt dedicava uma boa parte do seu tempo a proteger as crianças que chegavam à *Aliyah Hadasha* dos danos psicológicos provocados por esta atmosfera de ódio e medo em que estavam imersas. Em encontros na WIZO²³, deu conferências a respeito da “psicologia da criança judia” para assistentes sociais cuja responsabilidade era de afastá-las da delinqüência e do desespero.

Em 1936, Hannah conheceu Heinrich Blücher, com quem se casou em 1940, um não-judeu de origem proletária, autodidata, nascido em Berlim e que foi membro fundador do Partido Comunista Alemão, atuando na Liga Espartaquista de Rosa Luxemburgo. Viveram juntos durante trinta anos e ele teve grande influência no pensamento e na obra de sua mulher que, a partir de então, passou a orientar seu pensamento menos para a questão judaica e mais

²² Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 139.

²³ WIZO, *Women International Zionist Organization*, é um movimento internacional apartidário de mulheres fundado em 1920, que proporciona ajuda e apoio a centenas de projetos e serviços de educação e bem-estar a mulheres e crianças da sociedade israelense.

para a filosofia política e para a história, enquanto Blücher lentamente abandonava seu comunismo inicial.

Em 1936 e 1937, grupos fascistas se multiplicaram na França dedicados a disseminar propaganda antissemita, a maioria deles apoiados pelo Centro Mundial de Luta contra os Judeus com sede em Erfurt, na Alemanha. O grupo *Action Française*, que havia se formado em torno ao Caso Dreyfus, era dos mais importantes. A literatura nazista e versões francesas dos “Protocolos dos Sábios de Sião”²⁴ eram vendidos nas ruas e livrarias de Paris. Ela escreveu a respeito: “o anti-semitismo do governo de Pétain não vem apenas da pressão das forças de ocupação, mas, sem dúvida, de uma iniciativa autônoma, e ganha um caráter francês”²⁵.

Após a anexação da Áustria por Hitler, em 15 de março de 1938, o *Anschluss*, uma massa de refugiados, chegou a Paris. Em abril e maio foram promulgados decretos contra os judeus e estrangeiros de modo geral, que restringiam o número de judeus em certos ofícios, proibia-os de abrirem novos negócios e exigia o repatriamento dos judeus não registrados e a expulsão daqueles sem permissão de trabalho. Cerca de 20.000 judeus foram afetados por estes decretos. Centenas de refugiados judeus e alemães foram presos e outros repatriados pelas autoridades francesas. A Conferência Internacional de Evian, em junho deste mesmo ano, destinada a lidar com o problema dos refugiados, não conseguiu que seus 23 países participantes oferecessem visas aos judeus e a Inglaterra negou-se a alterar as quotas de imigração para a Palestina. Os judeus europeus tentavam desesperadamente fugir para qualquer lugar, mas o mundo estava fechado para eles e os preciosos vistos, que os salvariam, eram quase impossíveis de se obter.

Com o início da Guerra, o governo francês passou a confinar pessoas de nacionalidade alemã, consideradas como membros de uma potência inimiga. Blücher foi preso em Villemalard e libertado meses depois. Em maio de 1940, ambos foram aprisionados, sendo

²⁴ “Os Protocolos dos Sábios de Sion” foi escrito em 1897, originalmente em russo, provavelmente pela Okhrana, a polícia secreta do Czar Nicolau II e publicado pela primeira vez em 1903. Foi apresentado como um documento resultante de um Congresso que teria ocorrido na Basileia em 1807, onde a liderança judaica mundial reunida teria montado uma conspiração de dominação mundial através da subversão moral, do controle da imprensa e das finanças, da educação, das leis, da política, etc. Ele consiste de 24 protocolos que tratam dos meios de alcançar cada um destes objetivos substituindo a ordem social tradicional por uma baseada na manipulação das massas. Esta farsa intencional serviu de pretexto para inúmeros pogroms na Rússia e em outros países e tem sido usada até hoje como argumento para a demonstração cabal da periculosidade e más intenções dos pérfidos judeus. Henry Ford, nos EUA, baseou-se nela para escrever, entre 1920 e 1922, uma série de artigos de cunho anti-semita que compuseram o livro “O judeu Internacional”, muito admirado por Hitler. Ele foi amplamente instrumentalizado pelos nazistas na perseguição contra os judeus e na justificação do genocídio.

²⁵ *Apud* Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 188.

Hannah Arendt enviada para o Campo de Gurs, junto com quase 10.000 mulheres. Ela conseguiu evadir-se do campo em julho de 1940 e chegou a Montbaun, cujo prefeito, socialista e inimigo do governo de Vichy, abriu a cidade aos refugiados. Sem qualquer notícia do paradeiro do marido, reencontrou-o por puro acaso quando caminhava um dia pela rua principal da cidade. Enquanto permaneceram em Montbaun, leram, escreveram e freqüentaram grupos de discussão. Blücher lia Kant e Arendt, Proust, Hobbes e Tocqueville, num esforço permanente de compreender aquilo que viviam, mesmo nas situações mais extremas.

Devido à ocupação alemã do norte da França e o regime colaboracionista de Vichy no sul, o casal buscou de todas as formas obter o visto que lhes permitiria emigrar para os EUA. Com imensa dificuldade e com a ajuda de Günther Stern, eles o conseguiram finalmente e superando os impedimentos do governo de Vichy, que raramente concedia permissão de saída do país, partiram de trem para Lisboa. Aí estiveram seis meses aguardando o barco que os conduziria, enfim, aos EUA. Hannah levava consigo os últimos manuscritos que Walter Benjamin lhe havia confiado, entre os quais as “Teses sobre a Filosofia da História”. Nas palavras de Laure Adler: “a capital portuguesa havia se tornado a passagem estreita da Europa, a última porta de um imenso campo de concentração que se estendeu sobre todo o Velho Continente”²⁶. Chegaram aos EUA em maio de 1941, sem dinheiro, sem trabalho, sem documentos e sem falar o idioma, e precisaram recorrer inicialmente às organizações judaicas de ajuda para sobreviverem. Pouco tempo depois deles, chegou Martha Arendt.

Hannah passou a escrever a cada duas semanas para o *Aufbau*, um jornal dos emigrantes judeus alemães em Nova Iorque, e em vários outros jornais. Defendia neles a criação de uma brigada judaica no interior das forças antinazistas, pois considerava que a Guerra, para Hitler, era antes de tudo uma guerra contra os judeus e por isso seria como judeu que se deveria lutar. Indignava-se com o clima de derrota que tomou conta das instituições judaicas americanas e criticava a atitude do sionismo oficial de priorizar a Palestina como a única solução contra o anti-semitismo, ao invés do enfrentamento da situação concreta dos judeus na Europa.

Repetidas vezes elogiou o tema da resistência judaica, em especial a revolta do gueto de Varsóvia, criticando a vitimização e a inação dos judeus e manifestando, segundo o ponto

²⁶ Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 188.

de vista de Laure Adler, uma assustadora falta de compaixão pelas vítimas, pois julgava que os que morreram não deveriam ter aceitado o destino de infelicidade imemorial.²⁷

Tentando desesperadamente mobilizar os judeus para resistirem, em setembro de 1944 escreveu: “é claro que quando não aceitamos o que parece ser ‘destino’, não mudamos apenas o seu curso, mas modificamos também as leis do inimigo que faz o papel de destino”²⁸.

Sabedora da tragédia que ocorria na Europa, mas não ainda da sua espantosa proporção, Hannah alertou as instituições judaicas americanas quanto à necessidade de pressionar o governo americano a formar um exército judeu e atuar no salvamento dos judeus europeus. Mas o *American Jewish Congress* e outras coordenações judaicas se negaram a enfrentar esta questão e afrontar a administração Roosevelt.²⁹ Os relatos do extermínio em massa dos judeus europeus iam aos poucos chegando aos EUA, mas eram desacreditados como impossíveis por serem tão chocantes e também militarmente desnecessários. Somente em março de 1943, ela se deu conta da plena dimensão do horror de Auschwitz. Teve certeza, então, de que as notícias do extermínio em massa dos judeus europeus, e nas quais a princípio ela e seu marido não puderam acreditar, de tão bárbaras, além de serem militar e estrategicamente ilógicas e anti-utilitárias, eram reais, apesar de inconcebíveis.

Ao adquirir total consciência da extensão do Holocausto, dos milhões de judeus que estavam sendo assassinados num processo deliberado e sistemático nos campos de extermínio, sentiu “como se um abismo se abrisse diante de nós”, conforme explicou na entrevista já citada a Günther Gauss: “isto jamais deveria ter acontecido. Não digo o número de vítimas, mas o método, a fabricação de cadáveres”. E ainda: “Auschwitz não poderia ter acontecido. Lá se produziu alguma coisa que jamais chegaremos a assimilar”³⁰. Considerou este um mal que ultrapassa nossa capacidade de compreensão e que diz respeito a toda humanidade e não só aos judeus ou outros grupos afetados, uma perversidade disforme que está além da compreensão humana, e o chamou de Mal Radical, apoiando-se em Kant no uso do conceito.

Num encontro no Hadassah de Nova York, Hannah denunciou a “conspiração do silêncio que cobriu os sofrimentos e perdas do povo judeu”. Nesta crítica, incluiu a liderança

²⁷ Cf. Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 217.

²⁸ Cf. *Ibid.*, p. 216.

²⁹ Cf. *Ibid.*, p. 207.

³⁰ Hannah ARENDT, O que resta? Resta a língua: uma conversa com Günter Gaus, in: _____ *Compreender*, p. 43.

sionista e também a Agência Judaica e sua política de apaziguamento. Disse então: “se nossos políticos, assim como os políticos de outros países, não conseguiram apaziguar Hitler, tiveram, no entanto, um notável sucesso em apaziguar o povo judeu na sua justa indignação e em suas tentativas instintivas de defender-se”³¹. Foram estes alguns dos argumentos usados anos mais tarde na polêmica que envolveu o julgamento de Eichmann – e que despertaram, pela sua contundência, reações extremadas contra si.

No imediato pós-guerra escreveu a sua primeira grande obra, *Origens do Totalitarismo*, cuja primeira edição foi em 1951. O livro compõe-se de três partes. Antecedendo a análise do Totalitarismo, entendido, por ela, como a cristalização de desenvolvimentos históricos anteriores, nas duas primeiras partes, que tratam do antisemitismo e do Imperialismo respectivamente, Arendt discutiu, segundo André Duarte:

[...] a decadência e o desmonte da estrutura política do Estado-nação a partir da destruição de seu princípio básico, o da igualdade de todos perante as leis, em função das terríveis condições sociais, econômicas e políticas causadas pelos desastres da I Grande Guerra. Foi neste contexto dramático que milhões de pessoas perderam seu lugar próprio no mundo, além de perderem uma função social que lhes permitia manter sua dignidade e a própria cidadania. [...] A existência cotidiana de milhões de refugiados, apátridas e minorias foi o anúncio do colapso da ideia abstrata dos direitos humanos e do trágico destino de seres humanos que, por não contar com a proteção das leis ou de qualquer acordo político, se viram reduzidos ao estatuto de simples seres viventes, prefigurando sua posterior destruição física nos campos de extermínio. Ser expulso da comunidade política era igual a ser relegado à condição de um ser supérfluo, descartável.³²

Na terceira parte, referente ao Totalitarismo, ela destacou e descreveu os mecanismos e elementos comuns da prática totalitária, num esforço que, segundo Laure Adler, já havia sido empreendido anteriormente por David Rousset e também por Raymond Aron em 1939, na análise das forças profundas que favoreceram o surgimento do III Reich.³³ Para Aron, o totalitarismo é uma continuidade da tirania e existe uma polifonia dos totalitarismos e não uma única matriz. Arendt, no entanto, considerou-o uma ruptura de civilização que deu origem a uma forma totalmente nova. Para Laure Adler, Hannah pretendeu mapear os

³¹ Apud Elisabherh YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt, for Love of the World*, p. 182.

³² André DUARTE, Hannah Arendt, el entrelazamiento de filosofía y pensamiento político, *Cuadernos Filosóficos*: Universidad Nacional de Rosario, V, p. 27-47, 2008. (Tradução livre)

³³ Cf. Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 341.

elementos que constituem e dão origem a estes regimes bárbaros que, por sua novidade, exigem novas formas teóricas de pensar.³⁴

Tanto o nazismo como o stalinismo são concebidos como totalitarismos: formas inéditas de organização social e política, um tipo de regime baseado no terror e na ideologia e que atuaram obedecendo a dois determinismos. No primeiro caso, com a pretensão de obedecer à Lei da Natureza, que determina a extinção das “raças inferiores” e dos “indignos de viver” e, no segundo, em obediência às Leis da História, que atribui à luta de classes o papel de motor da história e determina, conseqüentemente, a liquidação das “classes agonizantes”. Um importante texto, “Ideologia e Terror”, escrito em 1952 e publicado em 1953, foi incorporado ao livro como o capítulo XIII em 1958.

Em 1944, Hannah passou a trabalhar como diretora de pesquisa na *Conference on Jewish Relations*, encarregada de estabelecer o inventário da cultura judaica européia nos países ocupados pelo Eixo. Em novembro de 1949, retornou pela primeira vez à Europa, inicialmente indo a Paris, onde pode reencontrar seus antigos amigos, e em seguida à Alemanha, a serviço da *Jewish Cultural Reconstruction*, da qual foi diretora executiva de 1948 até 1952, com a finalidade de recensear os catálogos dos museus e das bibliotecas judaicas não incendiadas pelos nazistas.

Hannah visitou Karl Jaspers e sua mulher, Gertrude, na Basileia, reforçando a profunda amizade que fora restabelecida por correspondência há vários anos e que haveria de persistir por toda sua vida. Reencontrou também Heidegger, apesar de todas as dúvidas compartilhadas com Jaspers se deveria fazê-lo, retomando o relacionamento anterior, talvez inclusive com um caráter amoroso. Em 1946, passou a trabalhar como editora sênior para a *Schocken Books* e foi responsável pela publicação, entre outros muitos livros, do *Diário* de Kafka. Fez inúmeras resenhas de livros que revelaram autores importantes da cultura americana e européia, tais como Randall Jarrell e Hermann Broch, autor de *A morte de Virgílio*.

Atuando dentro do movimento sionista, ela colaborou na revista judaica de esquerda *Commentary* e no *Jewish Frontier*. Opôs-se a Ben Gurion, na Palestina, e se aproximou do grupo Brit Shalom que defendia a idéia de um Estado binacional e de um acordo com os árabes. Participou ativamente das discussões que se seguiram à proclamação do Estado de

³⁴ Cf. Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 342.

Israel, em 14 de maio de 1948, e preparou para Judah Magnes as propostas de paz que este pretendia submeter às Nações Unidas.

Para sua grande satisfação, depois de quase 20 anos vivendo como apátrida, Hannah recebeu a cidadania americana em dezembro de 1951. Havia se tornado famosa como resultado da ampla divulgação e debates em torno ao seu livro. Recebeu convites da New School de Nova York, da Universidade de Harvard e da Universidade da Califórnia para cursos e seminários em ciências políticas. Tornou-se a primeira mulher a dar aulas na Universidade de Princeton e também a primeira a atender ao importante encontro no Christian Gauss Lectures desta mesma Universidade, em 1953.

Atuou em diversas frentes até o fim da vida, manifestando suas posturas e opiniões em livros, conferências e artigos, sempre numa posição ativa, tanto a respeito da política americana quanto da internacional, apesar de nunca ter aceitado qualquer pertencimento partidário ou ideológico.

Nos EUA, o casal Blücher manteve um círculo de amigos ao qual foram acrescentados poetas, escritores, historiadores e críticos literários e de arte. Os amigos, assim como as figuras históricas com as quais ela sentia especial afinidade, eram os *outsiders*, os párias, os *wirkliche Menschen* (gente de verdade). Para ela, “o não-conformismo social é o *sine qua non* da realização intelectual”³⁵. Segundo ela, os verdadeiros seres humanos, os autenticamente livres, são os párias.

Hannah propôs-se a pensar o pós-guerra: como e em que condições a liberdade e a vida em conjunto na Terra ainda são possíveis. O sentido da política deveria ser o da liberdade, pois é ela que assegura a possibilidade da vida.³⁶ Decidida a desembaraçar o discurso político do ranço de sistemas teóricos que deformam a percepção do mundo, ela aplicou à sua pesquisa a máxima da fenomenologia de Husserl de “retorno às coisas mesmas”, tendo por princípio não recorrer às teorias prontas na busca de compreender a realidade.³⁷

Estes temas desabrocharão no livro *A condição humana*, publicado em 1958, outra de suas obras capitais, na qual desenvolve o conceito de “natalidade”, concebida como a capacidade de criar o novo e de agir. A natalidade, por oposição à ideia de mortalidade, de Heidegger, é para ela a categoria central do pensamento político, pelo fato de sermos seres

³⁵ Apud Elisabeth YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt, for Love of the World*, p. XLIII.

³⁶ Cf. Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 359.

³⁷ *Ibid.*, p. 360.

singulares e únicos, capazes de constituir o próprio mundo e também o mundo em comum: “todo começo é salvação. [...] Cada novo nascimento é como uma garantia de salvação no mundo, como uma promessa de redenção para aqueles que não são mais um começo”³⁸.

Entre 1955 e 1959, Hannah publicou *Entre o passado e o futuro, A condição humana e Da revolução*. Em 1960, veio à luz um artigo que iria se tornar referência no debate sobre a crise da cultura na sociedade de massa: *Society and Culture*. Nele, denunciou a degradação da cultura em detrimento do lazer num ambiente em que predominam os interesses econômicos.³⁹

Em 23 de maio de 1963, o primeiro-ministro de Israel, David Ben-Gurion, comunicou ao Parlamento, o Knesset, o seqüestro na Argentina do nazista foragido Adolf Eichmann pelo Mossad, o serviço secreto israelense. Hannah Arendt propôs à revista *New Yorker* acompanhar o julgamento, como repórter, e a partir daí escreveu um livro, *Eichmann em Jerusalém*, que foi publicado em 1963.

O livro provocou uma gigantesca reação em torno das principais questões tratadas, a chamada “Controvérsia Eichmann”. Nas Universidades, em artigos, em livros e em cartas, os debates foram acalorados e muitas acusações lhe foram imputadas com indignação e grande veemência. Foram motivados, em grande parte, por sua crítica ao papel dos conselhos judaicos na cooperação com o Holocausto e também pelo “riso amargo” de que foi acusada quando descreveu o caráter de Eichmann. O sub-título do livro – “Um relato sobre a Banalidade do Mal” – foi considerado ofensivo em função do horror extremado da “Solução Final”, o nome do plano de extermínio sistemático do povo judeu. Ao longo de todo seu relato, ela apresentou Eichmann como um homem medíocre a quem chamou de palhaço, um burocrata típico que se esquivava da responsabilidade moral de seus atos, preocupado unicamente em ascender na carreira e cumprir com eficiência a tarefa ordenada – e não como um demônio, o monstro que comandou a logística de transporte e deportação de milhões de judeus para os campos de concentração e de extermínio para serem assassinados. Tratar Eichmann como um homem banal ao invés de um monstro, motivou grande parte da indignação, como se ela estivesse com isto minimizando o horror do Holocausto.

O que não se percebeu, devido à exacerbação emocional que envolveu toda a polêmica, foi até que ponto ela abordou, com seriedade e respeito, questões que se tornaram

³⁸ Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 378.

³⁹ *Ibid.*, p. 398.

essenciais à própria estrutura do mundo moderno, a estes sistemas nos quais homens considerados supérfluos teriam que ser logicamente destruídos, numa ação inerente a uma lógica tão articulada, que os executores do Mal podiam assumir estes papéis como técnicos e burocratas que cumprem simplesmente uma tarefa, desprovidos de qualquer dimensão moral. E devido à extensão impensável e indizível do crime cometido, ela não encontrou outra forma honesta de descrever este homem banal a não ser com ironia. A propósito desta polêmica, trocou cinco cartas com Gershom Scholem, entre 23 de junho e 19 de outubro de 1963, que se tornaram públicas. Numa delas, ele a acusou: “o que censuro em seu livro é a insensibilidade, o tom freqüentemente quase sarcástico e malevolente com que trata esses temas que nos tocam no ponto mais sensível”⁴⁰.

Mas esta acusação de insensibilidade não cabia em Hannah Arendt, nem em seu sentido de pertencimento ao povo judeu, nem em seu comprometimento ativo com a sobrevivência do Estado de Israel. A ela interessava “permanecer leal à realidade, mesmo contra a maré [que] é o que exige o amor pela verdade assim como a gratidão por termos sido postos no mundo”⁴¹.

E me parece que lhe foi necessária uma grande disciplina para manter intacta uma perspectiva clara e aparentemente fria diante do avassalador fator emocional envolvido no Holocausto, tendo em vista a responsabilidade que se atribuiu de compreender o que havia se passado e a necessidade, para toda a humanidade, de evitar semelhantes ocorrências no futuro. O termo “Banalidade do Mal” denota um conceito diverso do Mal Radical kantiano empregado em *Origens do Totalitarismo*. Com o tempo, este termo adquiriu vida própria, sendo percebido como uma ferramenta muito importante para a análise do mundo contemporâneo, sobretudo dos regimes totalitários e da burocracia moderna, e a partir dele a discussão a respeito do problema do Mal ganhou uma dimensão política. Possui múltiplas conotações, cujo alcance aos poucos se descortina e amplia.

Em 1971, Arendt começou a redigir seu último livro – *A vida do Espírito*. Este livro, publicado postumamente, foi concebido em três partes: o Pensar, o Querer (a Vontade) e o Julgar. Em sua abertura, Hannah explicou que por trás da expressão “Banalidade do Mal” não procurou sustentar nenhuma tese ou doutrina, muito embora estivesse vagamente consciente

⁴⁰ Apud Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 473.

⁴¹ Carta a Jaspers apud Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 491.

de que ela se opunha à nossa tradição de pensamento quanto ao fenômeno do mal.⁴² O mal sempre foi considerado algo demoníaco: produto da soberba, do orgulho, ou da inveja, ou ainda, da fraqueza ou do ódio. No entanto, o que a deixou “aturdida” em Eichmann, foi que:

[...] a conspícua superficialidade do agente tornava impossível rastrear o mal incontestável de seus atos em suas raízes ou em seus motivos em níveis mais profundos. Os atos eram monstruosos, mas o agente [...] era bastante comum, banal. E não demoníaco ou monstruoso. [...] a única característica notória que se podia perceber [...] era algo de inteiramente negativo: não era estupidez, mas *irreflexão*.⁴³

Até o final da vida, ela retornou repetidamente às discussões sobre filosofia moral, a natureza do Mal e as questões legais que acompanharam e seguiram os debates em torno ao julgamento de Eichmann.

Para Hannah Arendt, uma apátrida que viu tão de perto o nazismo e o assassinato de milhões de seres humanos nas “fábricas de morte” dos campos de extermínio, as questões concernentes ao certo e ao errado, à moralidade e à ética, ganharam grande importância em sua obra. Dedicou a elas vários escritos e reflexões e concluiu, assim como Kant, que a condição básica para distinguir o certo do errado depende do exercício da autonomia do ser humano, o que, para Sócrates, é produto de um diálogo “dois-em-um”, ou seja, do diálogo de “mim-comigo-mesmo”, ou seja, do pensar.

Arendt faleceu em 4 de dezembro de 1975 de um ataque cardíaco. Em sua máquina de escrever permaneceu, ainda em branco, a primeira página da terceira parte de *A Vida do Espírito*: “O Julgar”.

No seu funeral, assim falou dela o amigo Hans Jonas: “a sua intensidade, direção interna, instinto para a qualidade, busca pela essência, pergunta pela profundidade, a envolvia numa atmosfera mágica. Em face de uma grande vulnerabilidade, sentia-se nela uma absoluta determinação de ser ela mesma e a firmeza de levá-la adiante”⁴⁴.

É a partir da exposição desta bagagem de vida e acompanhando seu peculiar percurso filosófico que tentamos entender que aspectos do Nazismo e do Holocausto teriam suscitado em Hannah Arendt o conceito de Banalidade do Mal.

⁴² Hannah Arendt, *A vida do Espírito*, p. 17.

⁴³ *Ibid.*, p. 18.

⁴⁴ Cf. Elisabeth YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt, for Love of the World*, p. 468. (Tradução livre)

CAPÍTULO 2

O Nazismo e o Holocausto: ocorrências de um Mal Banal

Este capítulo tem como objetivo mostrar o nazismo como a encarnação, a personificação da Banalidade do Mal em sua concepção literal, na forma de um sistema político fundado numa ideologia fantasiosa, sem conteúdo real, e sem qualquer profundidade. Para se impor, ele só teve disponíveis, como únicos recursos, a mentira e a violência. Além disso, achatou a infinita complexidade do ser humano e da realidade em meia dúzia de postulados velhos, gastos, porém incomensuravelmente maléficos. A intenção, aqui, é, portanto, retratar este Mal Banal que provocou um sofrimento impossível de conceber, que atacou e destruiu todo o Bem, todo o humano, toda a beleza e tudo o que possuía valor, com grandes gritos e em nome de um nada.

O nazismo, considerado universalmente a encarnação do Mal, do ódio e do abismo, apesar da dimensão espantosa do dano e do mal que causou, era paradoxalmente banal: um sistema validado em mitos pueris e numa ideologia racista. Usou um linguajar simplório, embora grandiloquente, para manipular as massas. Reduziu seres humanos a robôs obedientes. Era composto por pessoas ausentes de qualquer grandeza humana: criminosos, marginais e burocratas carreiristas e servis, preocupados com a ascensão profissional e em adular um líder com graves perturbações psicológicas. Esta foi sua banalidade, incluída num quadro de violência e desumanidade sem iguais na história da humanidade. Um sistema que negou tudo o que o humano pode ter de louvável, de criativo e de livre. Sua derrota não deixou atrás de si sequer uma obra de que os alemães possam vir a se orgulhar no futuro. Só destruição, culpa, equívocos e vergonha. Nos tristes anos de sua vigência, a pátria de Bach e de Goethe mergulhou num espantoso pesadelo.

O homem moderno parece fascinado com a violência, a destruição, o sangue, as explosões e os grandes incêndios, como se isso o tornasse semelhante a Deus. Poderia, talvez, julgando radical o nazismo, glorificá-lo, sem perceber sua total banalidade. Desmistifique-se este pobre orgulho do diabo, negue-se qualquer grandeza ao miserável. Ele possui, sim, imensos meios de destruição da natureza e dos seres, e só. Nada pode criar, não tem profundidade, não possui uma verdadeira radicalidade, é raso como um fungo na superfície, como o definiu Hannah Arendt.

2.1 O antissemitismo

É importante entender o antissemitismo, pois Hitler era obcecado pela questão judaica. Segundo Hannah Arendt, a guerra foi, para ele, uma guerra contra os judeus. Hitler era o poder e sua palavra, a lei. O povo alemão inexplicavelmente abdicou de sua autonomia e o escolheu como o Führer, o guia onisciente a quem cabia cegamente obedecer. A sua obsessão pessoal, o ódio aos judeus e a ideia de uma raça ariana pura que deveria dominar o mundo, foi aquilo contra o que o nazismo se constituiu. É possível supor que Hitler, habitante de um universo de pensamentos absurdamente doentios, sem qualquer amor pelo ser humano e com uma inacreditável compulsão pela matança, escolheria com mais facilidade os judeus como ponto focal para onde todo seu ódio se direcionava, por já serem eles os objetos renitentes de um preconceito histórico.

Hannah Arendt, no prefácio à primeira parte do livro *As Origens do Totalitarismo*, que trata do antissemitismo, diz que este somente se tornou uma ideologia leiga no século XIX, pois antes ele possuía um caráter religioso inspirado no antagonismo de duas crenças em conflito, o judaísmo e o cristianismo.

A história do antissemitismo é antiga. Dispersos na chamada diáspora, após a destruição do Templo de Jerusalém no ano 70 d.C., em toda a parte os judeus passaram a depender da proteção das autoridades não judaicas para viver. Não formavam uma classe nos países em que viviam. “Eles se situavam, socialmente falando, no vácuo”.¹ Com a queda do Império Romano, eles foram, como os povos bárbaros no início da Idade Média e que depois foram cristianizados, os únicos não-cristãos a conviver em meio à cristandade européia. Isolados, poucos, em qualquer disputa eram vulneráveis e freqüentemente objetos de ódio

¹ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 34.

convenientemente direcionado, seja por ganância a respeito de seus bens, seja por conveniência política, seja por representarem em todos os lugares o único elemento estrangeiro e estranho, o “outro” demonizado. Por isso, de certa forma habituados às seguidas perseguições de incitação religiosa ou política que os acompanharam durante toda sua história, concebiam como previsíveis as explosões de violência de que eram vítimas, entendidas dentro da tradição religiosa judaica em termos de martirologia.

Do início do século XV até o final do XVI, ocorreu o processo de fragmentação da cristandade européia em grupos étnicos, os quais, após a Revolução Francesa, vieram a formar o sistema de estados-nações – e foi nesta fase que os próprios judeus passaram a conceber a sua diferença com as demais nações como sendo de natureza interior, e não mais só de credo. Durante o Esclarecimento, a mesma concepção alcançou os não-judeus e “ser judeu” foi desde então categorizado como uma qualidade inata, fosse como virtude, fosse como vício e teria sido esta a condição *sine qua non* do nascimento do antissemitismo moderno. Após conquistar o Sacro Império Romano-Germânico em 1806, Napoleão emancipou os judeus alemães, concedendo-lhes a partir de então os mesmos direitos civis recentemente outorgados aos judeus franceses.

O termo antissemitismo foi criado por Wilhelm Marr, nascido em 1819, na Alemanha. Marr embasou-o na noção de identidade racial, esta sustentada em postulados pretensamente “científicos” que afirmam que o caráter “inato” dos judeus ou semitas era oposto ao caráter nobre e puro do grupo dos arianos, composto pelos teutões e nórdicos como os alemães, os austríacos, os escandinavos, os holandeses, os ingleses, os franceses, etc. Os judeus não podiam deixar de ser o que eram; isto é, homens “inferiores moral e fisicamente”, porque a natureza, ou seja, a raça, assim havia predeterminado. Nesta preocupação com a pureza racial, o antissemitismo deixou de ser um problema religioso, pois a conversão ao cristianismo não seria capaz de limpar a mácula do “sangue judaico”, uma condição de origem racial sem possibilidade de remissão.

Zigmunt Bauman considerou, em seu livro *Modernidade e Holocausto*, que o antissemitismo na Alemanha não foi especialmente forte se comparado com outros países europeus. Porém, com o advento da modernidade e com a saída do confinamento dos guetos, os judeus foram apanhados no mais feroz dos conflitos históricos: o que opunha o mundo pré-moderno e a modernidade. Eles encarnaram o lado opaco de um mundo que lutava pela claridade, a ambigüidade de um mundo ansioso pela certeza.

A separação dos judeus perdera a naturalidade dada pela religião e pela segregação territorial e social. Ao se assimilar à sociedade circundante, o judeu tornou-se um cidadão como outro qualquer, indistinguível dos demais. Uma nova naturalidade tinha que ser construída. O método moderno de traçar fronteiras foi substituir o judaísmo pela qualidade de judeu, nas palavras de Hannah Arendt². A nova condição de ser judeu teria que se situar ao nível da lei natural, “aquilo que se é”. O homem é antes de agir e nada do que ele faça pode mudar esta condição. Esta é a essência filosófica do racismo.

Para Bauman, o racismo expressa a convicção de que certa categoria de seres humanos não pode ser incorporada à ordem racional, seja qual for o esforço que se faça. São falhas imanes que não têm remédio, que não podem ser removidas ou retificadas e, assim, permanecerão para sempre e, por isso, a categoria ofensora deve ser eliminada.

Segundo Emmanuel Levinas, encadeado a seu corpo pela concepção racista, o homem vê rechaçado o poder de escapar de si mesmo, o que constitui a negação da liberdade de escolher sua verdade como ser humano. Somente a comunidade de sangue passa a partilhar a humanidade. Constitui-se, assim, um mundo de amos e de escravos. “Está dentro da lógica mesma do racismo uma modificação fundamental da idéia de universalidade.”³

O antissemitismo foi muito utilizado na Alemanha como pretexto para retóricas nacionalistas e para reforçar a identidade da recém-criada nação, consolidada com a vitória sobre os franceses na guerra franco-prussiana de 1870 e com a unificação dos Estados alemães, em 1871, por Bismarck. Ele apresentava os judeus às massas como a personificação do inimigo, tanto interno quanto externo, que os alemães necessitavam para cimentar a nacionalidade.

Apesar dos slogans nacionalistas, os primeiros partidos antissemitas, que surgiram nas décadas de 1870 e 1880, tiveram em toda parte o caráter de organizações supranacionais. Apoiavam-se num nacionalismo tribal com um desmedido desejo de expansão e de hegemonia do grupo nacional. Os movimentos antissemitas foram utilizados como um dos principais instrumentos com que aniquilar as fronteiras e a soberania dos estados-nações e obter, com isso, o monopólio universal dos instrumentos de violência. Calcando-se no modelo do que seria o judeu supranacional, os antissemitas almejavam um governo intereuropeu, o que na verdade significava o domínio de uma nação “acima de todas as nações”.

² Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 81.

³ Emmanuel LEVINAS, *Algunas Reflexiones sobre la filosofía del hitlerismo*, p. 18-20. (tradução livre)

O antissemitismo, uma “corrente subterrânea da história européia [...] que corria longe da luz do público e da atenção dos homens esclarecidos”⁴, emergiu com uma virulência inesperada após a derrota na Primeira Guerra Mundial e alcançou a máxima destrutividade com o nazismo.

A expansão comercial e industrial da Alemanha dera aos judeus a oportunidade de se integrar à sociedade, exercendo, geralmente com bastante sucesso, todas as atividades econômicas, profissionais e culturais. Com a entrada na civilização européia ocidental, sentiram-se libertados do antigo gueto e admiravam as conquistas culturais e científicas deste novo mundo. Consideravam-se plenamente cidadãos e patriotas. Devido à inserção alcançada dentro da sociedade alemã, os judeus, de um modo geral, não perceberam na ameaça nazista uma forma nova e a mais terrível do antissemitismo, aquele de caráter racial, que proclamava como irrevogável o veredito do sangue poluído. “Os judeus haviam podido escapar do judaísmo para a conversão; mas era impossível fugir da condição de judeu.”⁵

Arendt considera que é essencial compreender o antissemitismo, pois:

Os acontecimentos políticos do século XX atiraram os judeus no centro do turbilhão de eventos; a questão judaica e o antissemitismo [...] transformaram-se em agente catalisador, inicialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de provar que *não* era judeu ou descendente de judeus; em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime até então desconhecido em meio à civilização ocidental.⁶

2.2 O nazismo

As precárias condições econômicas que se seguiram à Primeira Guerra Mundial culminaram com uma espantosa inflação no início da década de 20. A população alemã – nela compreendidos os agricultores, a classe média e as massas de *declassés* – assolada pela inflação e pelo desemprego, atormentada pela sensação de haver sido traída e injustiçada com a derrota na guerra e revoltada com as perdas territoriais e as pesadas indenizações impostas ao país com o “Tratado de Versalhes”⁷, deixou-se conduzir pelas pregações delirantes da

⁴ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 21.

⁵ *Ibid.*, p. 109.

⁶ *Ibid.*, p. 20.

⁷ O Tratado de Versailles foi assinado em 28 de junho de 1919 entre as potências aliadas e a Alemanha. Ele fixou as condições para a paz baseado no plano de Quatorze Pontos do presidente americano Woodrow Wilson, além de reparações financeiras e outros arranjos territoriais, tais como a perda pela Alemanha de 10% de sua

extrema-direita agrupada no Partido Nazista chamado "*National Sozialistische Deutsche Arbeiterpartei*" (*N.S.D.A.P.*), ou Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, refundado com este nome em 25 de fevereiro de 1920.

Em 9 de novembro de 1923, Hitler comandou um golpe de Estado, fracassado em Munique, para a tomada do poder que ficou conhecido como o "*Putsch da Cervejaria*". Foi preso por quase um ano e na prisão escreveu o livro *Mein Kampf*, "Minha Luta", onde expôs seu ideário anticomunista, expansionista, racista e antisemita.

Durante a década de 1920, os nazistas usaram o discurso do medo ao comunismo como meio de conseguir doações de banqueiros e industriais para suas campanhas eleitorais. Esta mesma elite alemã havia aceitado um acordo de paz desfavorável no final da Primeira Guerra contra o risco de uma revolução comunista. Para explicar a humilhante derrota, sem culpar os banqueiros alemães que financiavam as campanhas eleitorais do Partido, Hitler culpou uma grande conspiração internacional de judeus como responsável pela derrota da Alemanha na guerra e, conseqüentemente, pela crise econômica e social vivida pelo país.

Adolf Hitler, o principal líder nazista, nasceu na Áustria em 1889 e lutou como soldado na Primeira Guerra Mundial até alcançar o posto de cabo. Em 1919 entrou para o Partido Nazista e em 1921 passou a chefiá-lo, sobretudo por seus dons de orador carismático e pela confiança e convicção, que conseguia transmitir aos demais, de representar a própria encarnação da nação e a verdade inquestionável de seus objetivos. Ao tomar o poder, esta concepção se desdobrou na forma do *Führerprinzip*, ou o "princípio do Guia", que se tornou a única base de autoridade política no Terceiro Reich: a exigência de uma obediência absoluta dos cidadãos e dos membros do Partido Nazista à palavra de Hitler, quando ela e somente ela era a lei. Hitler combinava em si mesmo a autoridade dos três poderes: executivo, judiciário e legislativo.

Como líder do Partido Nazista, criou, em 1921, uma milícia paramilitar, a SA ou *Sturmabteilung*, a "tropa de assalto", predominantemente composta pelos que Hannah Arendt irá chamar "a ralé": os desajustados, os fracassados, os aventureiros e também pela massa, aqueles que, devido à crise econômica, haviam decaído na escala social. Ao aliam-se ao nazismo, era-lhes propiciado, instantaneamente, poder, por meio do terror, autoestima, por meio dos mitos que as glorificavam, e ascensão social.

população e territórios. A cláusula "culpa de guerra" impôs o pagamento de imensas indenizações aos quatro grandes: EUA, França, Itália e Reino Unido. Concessões feitas, ao longo dos anos, nas cláusulas do Tratado, abriram caminho para o ressurgimento do militarismo alemão na década de 30.

Estes grupos eram incitados pelos seus líderes para a violência por meio da propaganda que lhes apontava os inimigos, fáceis de atingir porque desprotegidos: os judeus e os esquerdistas, aos quais eram atribuídos todos os infortúnios e males destas vidas frustradas. Em 1923, os nazistas lançaram o *Der Sturmer*, um jornal antisemita, editado por Julius Streicher que tinha como mote na primeira página: “os judeus são nossa desgraça”. Nele, os judeus eram caricaturados sujos, feios, com narizes aduncos e traços diabólicos, sinistros representantes da maldade e da conspiração. Eram comparados com ratos, com piolhos e apresentados como a própria doença que ameaçava os alemães, sendo, portanto, imperioso eliminar. E Hitler, que se sentia predestinado, seria o instrumento divino desta obra:

Os judeus, com o auxílio de sua crença marxista, irão triunfar sobre as pessoas deste mundo; sua coroa será a coroa de flores do funeral da Humanidade, e este planeta irá mais uma vez seguir sua órbita através do espaço sem nenhuma vida humana em sua superfície, como há milhões de anos atrás. Então, eu creio hoje que minha conduta está de acordo com a vontade do Criador Todo-Poderoso. Estando em guarda contra os judeus, eu estou defendendo o trabalho do Criador.⁸

A relativa estabilidade econômica alcançada pela República de Weimar começou a declinar em 1928. O estouro da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em outubro de 1929, fez ressurgirem novamente a inflação, o desemprego e a pobreza. O descontentamento popular, provocado por esta situação, precipitou a busca por soluções radicais. Na eleição de setembro de 1930, o Partido Nazista ganhou proeminência, obtendo 18% dos votos no *Reichtag*, o Parlamento Alemão. Obtiveram 230 lugares, em julho de 1932, e se tornaram o maior partido alemão. Em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado Chanceler pelo presidente Hindenburg.

A população, de um modo geral, apoiou o novo sistema ou se manteve em estado de “completa apatia e passividade, resultado do terror exercido sobre os inocentes”⁹. Hitler contava com a cooperação de setores do exército, do serviço público e de outras áreas influente da sociedade. Na noite da sua posse como chanceler, em 30 de janeiro de 1933, tropas da SA e da SS, somando milhares de pessoas com tochas acesas, desfilaram sob os arcos dos Portões de Brandemburgo saudadas por uma multidão entusiasmada.

O incêndio do Reichstag em 27 de fevereiro de 1933, executado provavelmente a mando de Goering e de Goebbels, constituiu o pretexto decisivo para a radicalização do nazismo. Numa série de decretos que se seguiram à posse, os outros partidos foram

⁸ Apud Michael e Rachel STIVELMAN, *A Marca dos Genocídios*, p. 57.

⁹ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 347.

suprimidos e toda a oposição proibida. O principal meio para Hitler tornar-se um ditador foi o Ato de Habilitação ao Poder (*Ermächtigungsgesetz*) de 23 de março de 1933, que lhe facultou decretar o estado de emergência e suspender as restrições legislativas ao seu poder como chefe do Executivo. Ganhou também poderes que lhe permitiram usurpar o direito da livre opinião, incluindo a liberdade de imprensa, a atividade política, o direito de associação, a violação da comunicação postal, telegráfica e telefônica, a busca em casas e o confisco da propriedade. Em poucos meses, Hitler adquiriu o controle autoritário do país e a estrutura política, segundo Hannah Arendt, tornou-se “grotescamente amorfa”¹⁰, apoiando-se na liderança pessoal de Hitler e tendo a polícia, e não o Partido, como ramo executivo do governo. Em 14 de julho de 1933, a Alemanha se tornou um Estado de partido único sob o NSDAP. O sistema nazista destruiu em muito pouco tempo qualquer resquício do estado de direito e de democracia.

O terror absoluto e os procedimentos de exceção foram implantados por meio das tropas paramilitares do Partido: a SA, com 2 milhões de membros e a *Schutzstaffel* ou SS, formada em 1927 sob o comando de Heinrich Himmler, com 200.000 membros. Esta última, considerada uma unidade de elite, selecionava os seus membros na base de características raciais bem marcadas e tendo que provar a ausência de qualquer ancestral judeu até 1750. Ela lidava com a segurança, a polícia política, a polícia criminal e as forças armadas não regulares. A SS foi escolhida para implementar a “Solução Final da Questão Judaica” (*Endlösung der Judenfrage*), formalizada, em 1942, na Conferência de Wansee sob a liderança de Reinhard Heydrich, quando foi decidido o extermínio total dos judeus nos territórios ocupados pela Alemanha.

A exclusão dos judeus, após a tomada do poder por Hitler, ocorreu por etapas. Duas leis foram editadas em Nuremberg, em 1935. A primeira, a Lei da Cidadania, implicava a necessidade do sangue alemão para ser cidadão do Reich; a segunda, a “Lei para a Defesa do Sangue e da Honra”, estipulava, entre outros pontos, a proibição, sob pena de morte, dos casamentos e relações extraconjugais entre judeus e alemães em nome da preservação da pureza racial alemã. Os judeus perderam sua condição de cidadãos e a proteção da justiça. Cerca de 400 leis e decretos, entre 1933 e 1939, restringiram cada vez mais seu cotidiano, excluindo-os das Universidades e dos empregos públicos, dos meios de comunicação, dos transportes públicos, dos esportes e da vida cultural e os proibia de freqüentar praças, teatros,

¹⁰ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 347.

cinemas e de trabalhar em profissões liberais. A partir de 1938 suas lojas e fábricas foram expropriadas. Em 1939 foram obrigados a usar os prenomes Israel ou Sara antes do próprio nome e o J (*Jude*) em seus documentos de identidade. Ataques eram organizados contra lojas judaicas e nas ruas as agressões e a violência física eram diárias, oficialmente estimuladas e consentidas.

A população foi incitada a atos descontrolados de violência. Em 9 de Novembro de 1938, Goebbels conseguiu autorização de Hitler para desencadear um *progrom*¹¹, a *Kristallnacht*, ou “Noite dos Cristais”. Inúmeras sinagogas foram destruídas por todo o país, centenas de vitrines de lojas foram quebradas, casas depredadas, queimadas, muitos judeus espancados, assassinados e uns 30.000 enviados para campos de concentração. Os criminosos e psicopatas passaram a ter permissão de exercer todo e qualquer delírio de crueldade e estes eram os atos louvados no início do terror nazista.

Raros foram os que protestaram ou se negaram a jurar lealdade a Hitler. Heidegger, por exemplo, aceitou tornar-se reitor da Universidade de Freiburg em 1933, tendo que jurar lealdade a Hitler, fato que nunca renegou e pelo qual nunca demonstrou arrependimento. Afirmou, depois da guerra, ter acreditado que o nacional-socialismo haveria de permitir a cada um assumir o seu *dasein*, um destino autêntico ligado à crença na superioridade da terra, da língua e do espírito alemães. “A legislação antijudaica na Alemanha visava atender as demandas populares, e a eliminação dos judeus das atividades profissionais liberais já saturadas parecia destinada a abrir vagas para uma geração de intelectuais que enfrentava grave subemprego.”¹²

Nos meios intelectuais e universitários existia uma fascinação generalizada com um tipo de pregação romântica que evocava a “essência germânica”, a noção de uma germanidade primitiva de conotação racial, que remetia à ideologia do “sangue e do solo”¹³, ligada a valores pastorais e pré-industriais.

¹¹ *Pogrom* designa o ataque das massas contra um grupo com determinadas características étnicas ou religiosas, com assassinato indiscriminado e destruição de bens. O termo foi originalmente usado para designar a ampla violência contra os judeus durante o Império Russo.

¹² Hannah ARENDT, As técnicas sociológicas e o estudo dos Campos de Concentração, in: _____ *Compreender*, p. 263.

¹³ A expressão alemã *Blut und Boden*, “Sangue e Terra”, foi cunhada no final do século XIX em tratados que pregavam o racismo e o nacionalismo romântico. Richard Walther Darré, membro do Partido Nazista, foi quem popularizou a expressão. Propunha a volta à terra e a retomada dos valores rurais. Implicava uma conexão quase mística entre a terra e o sangue alemão. Contribuiu para o ideal nazista de mulher: uma camponesa robusta capaz de parir filhos fortes. Era exigido aos artistas alemães que suas obras refletissem estes valores. A arte degenerada

A “imperturbável docilidade dos intelectuais envolvidos”¹⁴ fez a maioria apoiar o nazismo e o antissemitismo, seja por convicção, seja por ingenuidade, seja por oportunismo carreirista ou por indiferença, respaldando-se em teorias raciais e eugênicas e em mitos que pretendiam recuperar a perda autenticidade pré-cristã na origem do povo alemão.

2.3 Ideologia nazista

Os principais pontos de apoio para o nazismo foram a ideologia, sustentada na propaganda, e o terror, instrumento de imposição à população do sistema de Estado Total.

A ideologia nazista reuniu elementos dispersos numa totalidade indiscutível, num dogma, num sistema abrangente e sem falhas que constituiu a sua visão de mundo. Embasada em noções de raça e de mitos, serviu para legitimar a conquista do mundo e a eliminação dos elementos indesejáveis. A manipulação, orquestrada através da propaganda, apresentou o mundo e seus males a uma massa passiva de maneira muito simples e fácil de entender. O cerne desta ideologia era formado pelo antissemitismo e pelo nacionalismo étnico. Os alemães eram os *Übermenschen*, os “super-homens”, termo retirado indevidamente de Nietzsche. Constituíam a *Herrenvolk*, a raça dominante, e possuíam ascendência nobre, mas estavam sendo deliberadamente destruídos pelo contágio com raças inferiores. Por uma questão de higiene e autodefesa, impunha-se destruí-las. Toda esta argumentação se apoiava numa pseudociência de derivação darwiniana, que pretendia fomentar uma política eugênica de recuperação das virtudes raciais arianas e de purificação do sangue através da exterminação ou esterelização dos elementos degenerados. E que também servia para justificar a guerra expansionista e o domínio total na luta pela sobrevivência do mais apto e do mais forte sobre o fraco e o inferior, ou seja, da Alemanha sobre o restante do mundo, que era o objetivo real que estava sendo perseguido. Nas palavras de Hitler:

A concepção racista do Estado não admite em absoluto a igualdade das raças, antes reconhece sua diferença com maior ou menor valor e, assim entendendo, sente-se no dever de, conforme a eterna vontade que governa este universo, promover a vitória dos melhores, dos mais fortes e exigir a subordinação dos piores, dos mais fracos.¹⁵

era aquela que fugia deste padrão. Pinturas de paisagens, temas rurais, camponeses e a glorificação da vida simples eram os temas recomendados nas artes.

¹⁴ Hannah ARENDT, A imagem do inferno, in: _____ *Compreender*, p. 231.

¹⁵ *Apud* Roney CYTRYNOWICZ, *Memória da Barbárie*, p. 24.

Este determinismo permitia promover, como inevitável, a matança. Ele apenas obedecia a uma lei da natureza. Assim o expressou Hannah Arendt:

Essa “cientificidade”[...] é o traço comum de todos os regimes totalitários de nossa época. Mas significa apenas que o poder puramente humano – sobretudo o destrutivo – surge envolto por uma sanção superior, sobre-humana, da qual ele deriva sua força absoluta e supostamente incontestável.[...] A interpretação nazista dessas leis naturais culminava na tautologia de que os fracos tendem a morrer e os fortes a viver. Ao matar os fracos, estamos simplesmente obedecendo às ordens da natureza, que “se alinha com os fortes, os bons e os vencedores”.¹⁶

Hitler era obcecado pelo “problema judaico”. “Os judeus eram um inimigo racial, e não religioso, e, portanto, a conversão ao cristianismo era inútil.”¹⁷. Este era o seu linguajar:

O judeu [...] é e permanece o parasita típico, o papa-jantares que, qual nocivo bacilo, se espalha sempre para mais longe, logo que um solo favorável a isto o convida. Lá onde se fixa, o povo que o acolhe extingue-se dentro de um período maior ou menor.[...] Envenena o sangue dos outros, mas preserva o seu inalterado.[...] O jovem judeu de cabelos negros espreita, durante horas, com a face iluminada de alegria satânica, a jovem inconsciente do perigo que ele macula com seu sangue e a rapta assim do povo do qual ela procede. [...] Foram e ainda são os judeus que levaram o negro para o Reno, sempre com o mesmo pensamento secreto e objetivo evidente: destruir pela bastardia resultante da mestiçagem esta raça branca que eles odeiam, fazê-la cair do alto nível de civilização e de organização política à qual se elevou e tornarem-se seus senhores.¹⁸

E ainda o Führer:

O ariano é o Prometeu do gênero humano; a centelha divina do gênio sempre jorrou de sua fronte luminosa. [...] Conquistando, submeteu os povos de raça inferior e ordenou a atividade prática destes sob seu comando segundo sua vontade e de acordo com seus objetivos. [...] Se deixássemos o ariano desaparecer, uma profunda obscuridade desceria sobre a terra; em alguns séculos a civilização humana desapareceria e o mundo se tornaria um deserto.¹⁹

Esta mentalidade e esta linguagem absurda, que beiram o tragicômico, não nasceram com Hitler. Herbert Marcuse, em *Technology, War, and Fascism*, identificou na ideologia nazista várias camadas que se sobrepuseram ao longo do tempo na construção do mito ariano e nelas considerou como essenciais o paganismo e o racismo. Com essa soma se esboçou um

¹⁶ Hannah ARENDT, A imagem do inferno, in: _____ *Compreender*, p. 232.

¹⁷ *Apud* Mark ROSEMAN, *Os nazistas e a solução final*, p. 13.

¹⁸ *Apud* Leon POLIAKOV, *O Mito Ariano*, p. XV.

¹⁹ *Ibid.*, p. XVI.

arquétipo do antepassado germânico, ao qual cada novo autor trouxe a sua contribuição e que foi a fonte de onde viriam beber a ideologia e o programa nazista.

Hannah Arendt num artigo de 1945, “As sementes de uma Internacional fascista”, incluído no livro *Compreender*, afirma que o antissemitismo moderno atuou desde o início como uma Internacional, cujo manual, ironicamente, era “Os Protocolos dos Sábios de Sião”²⁰. Diz:

[...] a organização dos supostos Sábios do Sião foi um modelo seguido pela organização fascista, e os princípios adotados pelo fascismo para tomar o poder estão implícitos nos *Protocolos*. Assim, o segredo do sucesso dessa falsificação não é tanto o ódio aos judeus, e sim a irrestrita admiração pela astúcia de uma técnica supostamente judaica de organização mundial global.

Desconsiderando o maquiavelismo barato dos *Protocolos*, suas características essenciais, em termos políticos, consistem nos seguintes aspectos: são, em princípio, antinacionais; mostram como subverter a nação e o Estado nacional; não se satisfazem com a conquista de um país particular, e visam à conquista e domínio do mundo inteiro; e, finalmente, a conspiração internacional global exposta nos *Protocolos* tem uma base étnica e racista.²¹

Entende-se que Hannah Arendt compreendia a ideologia nazista como construída de pura ficção, perigosíssima e de péssima qualidade. E como ficção, ou talvez um pesadelo coletivamente sonhado, uma vez o líder morto, não sobrou mais nada dela. Depreende-se esta mesma compreensão da epígrafe que abre o livro *Eichmann em Jerusalém*, parte de uma poesia de Bertolt Brecht, que diz:

Ó Alemanha...
Ouvindo as falas que vêm da tua casa, rimos.
Mas quem te vê corre a pegar a faca.

2.4 O mito ariano

Segundo Leon Poliakov, desde 1450 até 1550, o nascente humanismo alemão usou o tema de um passado de grandeza e superioridade pré-cristãs para se glorificar.²² Lutero remeteu a origem dos alemães ao mito do Gênesis e daí deduziu o direito de progenitura ao “povo valente e renomado” ao qual o “bando de romanos”, liderados pelo Papa, intentava

²⁰ Cf. capítulo 1, nota 24.

²¹ Hannah ARENDT, As sementes de uma Internacional Fascista, in: _____ *Compreender*, p. 170-71.

²² Cf. Leon POLIAKOV, *O Mito Ariano*, p.75.

converter num feudo do qual pudesse dispor.²³ Para Poliakov, o “modelo cultural nacional”, que brotou do humanismo alemão, rompeu a tradição cristã medieval. Os germanos queriam ser filhos de suas próprias obras e nada dever aos Antigos cujo lugar assumiram. “O mundo inteiro pertence [...] ao germano, de que a conquista à viva força constitui os títulos”²⁴. Este arquétipo, “triumfante e bárbaro”, era incompatível com o ideal cristão. Os mitos de genealogia bíblica, abandonados pela teologia racionalista do século XVIII, foram substituídos pelos mitos do sangue e da raça e esta mudança coincidiu com as tentativas de reabilitação dos deuses germânicos. Na Alemanha do século XIX, este arquétipo surgiu às claras e multiplicaram-se as heresias “germano-cristãs” e a busca de restabelecimento do paganismo pré-cristão. Diz Poliakov:

Cremos poder relacionar essas buscas teológicas ou ideológicas, implicando o mais das vezes uma rebelião contra “o sentido do pecado judeu-cristão”, com o traço saliente do arquétipo do germano, ou do “homem ideal alemão”, que é uma imperturbável boa consciência, ou antes, uma consciência que se quer assim a qualquer preço – a ponto de ter chegado, no fim das contas, ao fantasma de um ser desprovido de consciência.²⁵

O poeta Friedrich Gottlob Klopstock se tornou, no século XVIII, o grande popularizador da mitologia ancestral germânica com seus deuses e heróis. Celebrou as crenças filiadas ao Walhalla, preparando o terreno para a busca de uma “religião germânica”. De acordo com Poliakov,

Na segunda metade do século XIX, estas teosofias e heresias encontraram seu profeta supremo em Richard Wagner, seus principais ritos e cerimônias nos mistérios anualmente celebrados em Bayreuth e seu grande redentor em Parsifal, o Cristo-cavaleiro germânico, também qualificado de “terceiro Adão da História”.²⁶

Para o autor, este tipo de ideologia racista com o tema da grandeza germânica já vigorava há duas ou três gerações na Alemanha e em outros países europeus. Deriva de uma pretensão que a antropologia detecta universalmente, que se manifesta nos mitos de origem e faz apologia de uma genealogia gloriosa e augusta para um determinado grupo: descendência de reis, de deuses, de heróis ou de animais sagrados, remontando a um passado muito antigo. Poliakov sugere que, sob roupagens ideológicas distintas, estas forças subsistem no seio das

²³ Cf. Leon POLIAKOV, *O Mito Ariano*, p. 79.

²⁴ *Ibid.*, p. 80.

²⁵ *Ibid.*, p. 82.

²⁶ *Ibid.*, p. 92.

sociedades modernas e que os nazistas tentaram capturá-las invocando as intuições arcaicas da terra e do sangue para fortalecer sentimentos nacionalistas e o direito de “governar o mundo pela força das armas”. Por exemplo, a narrativa de um documento anônimo do século XV, o *Livro dos Cem Capítulos*, lembra extraordinariamente o discurso ideológico nazista. Aí está expressa a crença numa cultura germânica primitiva que foi solapada por uma conjuração de povos inferiores não-germânicos e que seria restaurada graças a uma aristocracia nova, de origem plebéia, mas de essência puramente ariana que, sob a direção de um Salvador divino, deverá submeter de novo os povos escravos.²⁷

Poliakov entendeu que a recusa a ver o homem criado à imagem de Deus subteu o pensamento determinista e racista do século XIX, enfatizado nas doutrinas antropológicas dos fisiologistas. No século XVIII, Saint-Simon pretendeu desembaraçar-se dos “preconceitos religiosos” e pediu que fosse elaborado um princípio explicativo radicalmente novo e superior a todas as outras interpretações da vida, que seria aportado pela ciência. Segundo Poliakov, a ideologia do determinismo racial surgiu na França. Invocando as leis da ciência, considerou-se a raça a influência predominante, “um princípio explicativo universal” que serviria para justificar a exploração do homem pelo homem.²⁸ Este tipo de “cientificismo”, como o denominou pejorativamente Karl Popper, que pretende que a ciência deva ser a única a ter autoridade para falar da realidade em todos seus aspectos, inclusive os éticos, religiosos e filosóficos, constituiu a linguagem predominante e sustentou o racismo nazista e suas teorias sobre o necessário predomínio das raças “superiores” sobre as “inferiores”.

Joseph Arthur Comte de Gobineau foi um aristocrata e orientalista francês que desenvolveu a teoria da raça ariana no seu livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de 1855. Apoiando-se nos “fisiólogos” de seu tempo e, sobretudo, na Bíblia, a qual, segundo ele, só tratava da raça branca, postulou que esta raça proveniente da Ásia Setentrional, basicamente do Cáucaso e da região montanhosa da Pérsia central, ter-se-ia dividido em três ramos, a partir de Cam, de Sem e de Jafé, os filhos de Noé, e seria ela a dar origem aos futuros arianos²⁹, uma raça superior às demais na criação de uma cultura civilizada e na manutenção da ordem. Para Gobineau, a miscigenação conduziria a raça humana a uma progressiva degeneração física e intelectual.

²⁷ Cf. Leon POLIAKOV, *O Mito Ariano*, p. 72-3.

²⁸ *Ibid.*, p. 208.

²⁹ *Ibid.*, p. 217.

Homens como Richard Wagner, Nietzsche e políticos como Huston Stewart Chamberlain aderiram ao chamado "gobinismo". Hitler e o nazismo extraíram dele grande parte de sua ideologia.

Um dos principais teóricos do nacional-socialismo foi Alfred Rosenberg, que sintetizou seus objetivos na obra *Der Mythos des zwanzigsten Jahrhunderts* (O Mito do Século XX), de 1930, a "bíblia" do movimento nazista, na qual defendia uma religião do sangue que deveria substituir o Cristianismo. Construiu uma escala cujo nível mais baixo correspondia aos negros, aos judeus e outros povos semitas, e o mais alto à raça branca ou ariana, representada pelos povos nórdicos, que seriam, em última análise, os descendentes dos remanescentes da Atlântida, o continente desaparecido segundo o mito de Platão. Concebia a história mundial como uma sucessão de lutas entre nórdicos e semitas na qual somente os povos nórdicos produziram cultura. Foi um dos principais disseminadores dos "Protocolos dos Sábios de Sião" na Alemanha.

Ideologias de uma mítica origem ariana e de um futuro de restauração da grandeza perdida eram difundidas e propagandeadas, elevando aquela massa sem perspectivas a uma aristocracia de sangue. Testemunha do que Hannah Arendt chamará décadas depois de Banalidade do Mal, a ausência do pensamento que responsabiliza cada um pelos próprios atos e suas consequências, inexistente na Alemanha nazista, onde cada um entregou sua autonomia ao Führer.

A comunidade judaica em geral, julgando tão desprovida de realidade a pregação nazista, tão incompatível com os valores da cultura alemã, tão vulgares as alegações contra si, os desfiles militares, o uso da suástica, a histeria do discurso hitlerista, demorou muito a dar-se conta da dimensão da catástrofe e, quando isto aconteceu, todos os caminhos de defesa ou de fuga já estavam praticamente fechados.

2.5 A propaganda nazista

Joseph Goebbels, Ministro de Propaganda do Reich, aperfeiçoou a técnica que ensina que uma mentira repetida muitas vezes acaba se tornando a verdade. Vangloriava-se de poder conduzir as massas ao sabor de sua vontade. Através da violência, do terror e da manipulação e controle total dos meios de comunicação, os alemães foram preparados para a guerra e para o assassinato das populações civis conquistadas. Foi sua a frase: "a boa propaganda é aquela

que conduz ao sucesso, e a má, a que não alcança o resultado desejado”. No universo nazista, as considerações éticas eram nulas.

Goebbels centralizava e censurava toda a vida cultural e intelectual alemã especialmente a imprensa, o rádio e as artes visuais e cênicas. Usou de forma pioneira o rádio e o cinema para a propaganda. Seu objetivo era criar uma emoção irracional nas massas que permitisse ao Estado nazista conduzi-las. Montava, como um espetáculo grandioso, as impressionantes paradas noturnas à luz de tochas, com as formações militares milimetricamente coreografadas, os gritos uníssonos da multidão fanatizada com os braços estendidos na saudação nazista, o *Heil Hitler!*, acompanhadas de música militar, emblemas e flâmulas e cujo climax era o discurso com gestual intenso e de poderosa qualidade emocional, em que Hitler era mestre.

O regime censurava obras de arte, jornais, livros e formas musicais – o jazz, por exemplo, era execrado. Era exigido dos artistas alemães que suas obras refletissem os valores nazistas. Em 10 de maio de 1933, Goebbels comandou a queima de 20.000 livros de autores judeus ou de opositores do nazismo. Em cada campo da cultura e do pensamento foram expurgados os judeus, os socialistas e os liberais e destruídas as formas artísticas de vanguarda, consideradas *degeneradas* pelos nazistas e detestadas por Hitler, tais como a pintura abstrata ou expressionista e a música atonal, substituídas pelas formas tradicionais e acadêmicas.

Desde a década de 1920, a pregação antissemita havia se tornado fundamental no processo de manipulação das massas. Os judeus eram muito visíveis e, embora percentualmente em pequeno número, menos de 1% da população, estavam presentes com destaque na política, nas Universidades, nas artes, no comércio e nas finanças. Mas, ao mesmo tempo, eram totalmente vulneráveis, não possuindo organizações políticas e militares que os protegessem e podiam, por isso, ser facilmente responsabilizados sem contestação por todos os males possíveis. A propaganda antissemita maciça, orquestrada por Goebbels e veiculada em discursos, cartazes e filmes, apresentava os judeus como uma sub-raça, equivalente a piolhos ou parasitas que faziam adoecer a raça ariana. Eram tumores no corpo do povo alemão; eram conspiradores, com um projeto de dominação mundial que abarcava toda a humanidade, verdade esta demonstrada nos infames “Protocolos dos Sábios de Sion”, documento usado amplamente pelos nazistas no incitamento aos “*pogroms*” junto às massas.

2.6 A corporificação da Banalidade do Mal

Hitler assistiu a ópera *Rienzi*, de Wagner³⁰, quando contava por volta de 15 anos e contou mais tarde que “foi naquela hora que tudo começou”. Hitler dizia: “só entende o Nacional Socialismo quem conhece Wagner”³¹. Dele absorveu o antissemitismo, o culto ao legado nórdico e o mito do sangue puro. O enredo trata da vida de Cola di Rienzi, o Tribuno, um personagem popular da Itália do século XIV que tenta restabelecer a ordem contra os nobres e exige que o poder seja atribuído a ele e ao povo. Com seu dom de empolgar as multidões, Rienzi reúne o povo em armas para ao seu lado combater os inimigos. Subjugados, os jovens de grandes famílias romanas desfilam diante de si como forma de garantir que os confrontos cessaram, mas Rienzi é traído por eles, e porque ele havia cometido o erro de os perdoar, eles agora ocupam e devastam a cidade.

Apesar de haver quem julgue imoral tentar “entender” psicologicamente Hitler, como se isto o absolvesse de seus atos absolutamente criminosos, seria importante especular o que este adolescente doentio e ressentido, com imensas fantasias e pretensões de um poder sobre-humano, teria reconhecido no enredo e no personagem, com o qual se identificou, que o abalaram tanto e que lhe teriam servido de inspiração e modelo de conduta por toda a vida. E, mais importante, especular em quais traços de Hitler esta sociedade se espelhou e porque ela aceitou e necessitou, como uma criança irresponsável, conceder a alguém como ele a onisciência de um deus que haveria de conduzi-la por caminhos medonhos.

A tese do documentário *Arquitetura da Destruição*, do cineasta Peter Cohen, é de que Hitler tinha um projeto que o guiou em sua obra de destruição. Seu programa essencial era de embelezamento e higienização. A arte deveria ser o espelho da saúde racial ariana e combater a decadência e o bolchevismo cultural instigado pelos judeus. Vemos no filme o que Hitler, um artista frustrado e ressentido, concebia por beleza: o sentimentalismo *kitsch* e vulgar do gosto.

Salta aos olhos o ridículo e a mediocridade daquilo que ele considerava sublime e em nome do que empreendeu a mais cruel e terrível destruição. Desfile com carros alegóricos em Munique, em 1939, por exemplo, no Dia das Artes: estandartes, águias, suásticas; Hitler solene balançando a cabeça com aprovação à passagem dos carros, tendo as demais

³⁰ Rienzi, libreto de Wagner, foi baseado no “Último Tribuno Romano” de Bulwer-Lytton e na peça de teatro de Mary Russell Mitford. O manuscrito original se perdeu, sendo dado como seu último paradeiro a biblioteca particular de Hitler.

³¹ Filme *Arquitetura da Destruição*, de Peter Cohen, 1992.

autoridades nazistas ao lado; uma monótona música de banda. Inúmeras referências à Grécia e à Roma Antiga num *revival* lamentável: jovens e louras arianas vestidas de gregas, uma cabeça grega gigantesca sobre uma liteira, estátuas de guerreiros de capacete com o olhar severo perdido ao longe, arqueiros, cavalos alados, um cisne de asas abertas encimando um barco, um homem forte montado num cavalo que empina, etc. Saúde, força física, um mundo racialmente limpo, nenhuma contradição. Nos escultores que promoveu e na sua coleção particular de pintura com mais de 1500 quadros, uma arte acadêmica quase pornográfica da pior qualidade: homens musculosos, grandes peitorais e armaduras, cupidos, ruínas romanas, grupos de mulheres nuas voluptuosas de mãos postas, olhos para o céu. Pretendeu reconstruir toda Berlim e, com a ajuda do arquiteto Albert Speer, as construções que concebeu e realizou eram todas monumentais, pesadas, tristes.

Os comícios tinham proporções astronômicas e neles, segundo Peter Cohen, Hitler era o cenógrafo, o diretor e o ator principal. Vêm-se os desfiles das tropas marchando a passo de ganso, impressionante pela precisão, pela assustadora coreografia que anunciava um poder tremendo e unificado: o mito do “Corpo do Povo”. Era este o desejo do Führer: “criar o novo homem alemão”³².

Por meio de uma engenharia social radical, Hitler almejava implantar um programa de higienização que consistia em limpar o mundo da sujeira e da doença. Seu sonho: purificar o que considerava o mal, o estrangeiro, o incompreensível, em nome de uma raça ariana branca de fortes, a única a merecer habitar e dominar o planeta. Havia os seres humanos superiores e os inferiores, e estes teriam ou que ser eliminados ou escravizados para uso dos superiores. Hitler imaginava estar reescrevendo a história a partir do ponto de vista racial.

A linguagem do Terceiro Reich era pomposa, vazia, toda feita de clichês. Refletia um mundo irreal, o mundo que teria que caber na concepção de um psicopata com um poder absoluto. Este foi o papel espantoso e incompreensível de um líder que conseguiu levar toda uma nação a embarcar no seu sonho cruel e delirante. E quando o líder morreu, disse Hannah Arendt, o projeto nazista morreu também – a vigência do projeto dependia dele. Mais tarde ela afirmará que a política, para voltar a ser nobre e confiável, deve repousar sobre os homens, e não sobre uma teoria do homem, e criticará as ideologias, pois elas têm como pretensão fazer o mundo caber num molde: os grandiosos sistemas totalizantes que definem, de antemão, o que merece e o que não merece existir e recusam a pluralidade de vistas e a

³² Filme *Arquitetura da Destruição*, de Peter Cohen, 1992.

possibilidade do novo que reaparece a cada nascimento, o que servirá de base para que ela desenvolva o conceito de “natalidade” a partir de seu livro *A Condição Humana*.

2.7 O programa racial nazista

Gerhard Weinberg, autor do livro *Germany, Hitler and World War II*, diz que o ponto focal da ideologia nazista era a reorganização do Estado a partir de princípios raciais. Criar uma sociedade racialmente pura, saudável e somente formada com o elemento ariano, destinada a dominar todo o planeta durante os próximos 1000 anos.

“O programa de domínio mundial nazista envolvia o extermínio e a transferência de povos que remodelariam a composição étnica de toda a Europa oriental”³³. Era “parte de uma política demográfica abrangente, no curso da qual, se a Alemanha tivesse vencido a guerra, os poloneses teriam sofrido a mesma sorte que os judeus: o genocídio”³⁴.

Com a finalidade de ampliar o “espaço vital”, o *Lebensraum*, e obter as terras aonde fixar os arianos que deveriam se reproduzir em grande número, planejou-se uma engenharia de longo prazo para redesenhar o mapa de suas populações por meio de deslocamentos, deportações, extermínio dos indesejáveis e dos excedentes, escravização e esterilização em massa dos “povos inferiores”, tais como os eslavos. Como diz Hannah, “o antissemitismo apenas preparou o terreno para que fosse mais fácil iniciar o extermínio dos povos, começando pelo povo judaico. Agora sabemos que esse programa de extermínio de Hitler não excluía o projeto de liquidar grandes segmentos do povo alemão”³⁵.

Para multiplicar a população, os jovens eram incentivados a se casar cedo e a terem muitos filhos. A propaganda nazista pregava um ideal de mulher saudável, boa parideira e totalmente conformada à estrutura de uma sociedade patriarcal. No caso de morrerem muitos homens na guerra, concebia-se inclusive a possibilidade futura da poligamia. As alemãs eram proibidas de abortar, a não ser nos casos de preservação da saúde racial. Nesta sociedade racialmente saudável, aos loucos, deficientes mentais e portadores de doenças hereditárias, ou seja, para estas “vidas inúteis” ou “vidas indignas de serem vividas” (*Leben unwürdig zu leben*), era reservada a morte ou a esterilização. A sociedade nazista se propôs implantar um

³³ Mark ROSEMAN, *Os Nazistas e a Solução Final*, p. 31.

³⁴ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 239.

³⁵ Idem, *As técnicas sociológicas e o estudo dos Campos de Concentração*, in: _____ *Compreender*, p. 263.

programa de eugenia para limpar a raça ariana de suas doenças e impurezas. Hitler agia em vistas do porvir e pretendia que o sofrimento imposto à humanidade neste século a livraria de sofrimentos idênticos por milhares de anos. Seis meses após a posse, Hitler fez passar uma “Lei para Prevenção da Progenie Defeituosa”, que obrigava a esterilização daqueles com doença hereditária.

Disse Hannah Arendt: “Um dos aspectos mais medonhos do terror contemporâneo é que, sejam quais forem seus verdadeiros motivos ou objetivos, ele aparece invariavelmente sob os traços de uma conclusão lógica inevitável, extraída de alguma teoria ou ideologia”³⁶.

O problema é que ninguém, exceto o Líder, conhece a verdade que emana de uma doutrina infalível e é ele quem detém o poder. E por isso, “o terror surge como uma conclusão lógica e natural a partir de uma hipótese pseudocientífica”³⁷.

Baseadas nesta “ciência racial” foram estabelecidas no primeiro ano de poder cerca de 250 Cortes de Saúde Hereditária que decidiam quem podia procriar. Os assistentes sociais e médicos eram encarregados de solicitar esterilizações para evitar a procriação dos “inaptos”. O médico era apresentado pela propaganda nazista como o líder da política racial. Na exposição “O milagre da vida” em Berlim, em março de 1935, viam-se expostos retratos grotescos de loucos e retardados mentais com a pergunta: “isto pode ser chamado de vida?” Hitler afirmou que “deve-se providenciar para que só pais saudáveis possam ter filhos. Só há uma coisa vergonhosa: que pessoas doentes ou com certos defeitos possam procriar, e deve ser considerado uma grande honra impedir que isso aconteça”³⁸

De 1933 até 1939, entre 200 e 350 mil alemães com doenças diversas foram esterilizados, entre eles epiléticos, cegos e surdos hereditários, alcoólatras, doentes mentais e portadores de demências hereditárias.³⁹ Foram também proibidos casamentos em que um dos pretendentes tivesse uma doença considerada nociva à saúde do povo ou podia-se obrigar a interrupção da gravidez no caso de uma “emergência racial”.

De outubro de 1939 até agosto de 1941 foi introduzido o Aktion T4, um programa de “saúde e assistência social” encarregado de matar crianças ou adultos com deficiência mental, senilidade, demência, esquizofrenia, epilepsia, sífilis, alcoolismo, tuberculose, câncer e os

³⁶ Hannah ARENDT, A imagem do inferno, in: _____ *Compreender*, p 232.

³⁷ *Ibid.*, p. 232.

³⁸ *Apud* Paula DIEHL, *Propaganda e Persuasão na Alemanha Nazista*, p. 65.

³⁹ Cf. Roney CYTRYNOWICZ, *Memória da Barbárie*, p. 24.

afetados por outros tipos de patologias neurológicas, assim como os considerados criminalmente insanos. O código T4 referia-se ao endereço da central do programa, a *Tiergartenstrasse 4*, em Berlim. Neste processo de “eutanasia”, foram assassinados entre 70 e 100 mil alemães classificados como “doentes incuráveis”⁴⁰.

Havia programas separados para o assassinato de crianças e adultos. O programa de eutanásia de adultos envolveu praticamente toda a comunidade psiquiátrica e parte da comunidade médica em geral. Trinta centros psiquiátricos foram instituídos na Alemanha, Áustria e Polônia, onde os assassinatos foram cometidos. Apesar da ordem, impossível de cumprir, de Hitler de manter em segredo o programa T4, a população alemã afetada protestou, e este foi o único exemplo de repúdio público em larga escala contra uma ação dos nazistas. O Programa foi encerrado em 23 de agosto de 1941 devido aos protestos dos familiares e da Igreja Católica, após um sermão do padre Clemens Von Galens, contrariando o acordo da Concordata de 1933, em que a Igreja se comprometeu a se abster de toda atividade política. Atendida esta solicitação, a Igreja novamente silenciou, não se manifestando contra o extermínio dos judeus e dos outros grupos afetados durante o período nazista.

Em todo o caso, o programa foi considerado um sucesso, pois permitiu desenvolver pessoal treinado e “tecnologia” de extermínio, especialmente no uso das câmaras de gás quando se tratou do assassinato em massa nos Campos de Extermínio. A matança era considerada uma missão biológica, um tributo sagrado ao sangue puro.

Além dos judeus, outros grupos étnicos considerados inferiores, como os ciganos, foram condenados. A SS foi também encarregada de matar os homossexuais e os opositores do regime, fossem políticos, como os comunistas e os socialistas, ou religiosos, tais como as Testemunhas de Jeová, além dos Maçons e dos membros do Rotary Club na Alemanha.

2.8 A estrutura do sistema nazista

O sistema fluido, a “típica confusão administrativa nazista”, refletia uma estrutura caótica, produto de uma concepção igualmente caótica e delirante da realidade. Era “a aprovação popular maciça de que Hitler gozava e a lealdade e devoção sem par que lhe devotava o núcleo do Partido que se tornaram os principais elementos da constituição não

⁴⁰ Roney CYTRYNOWICZ, *Memória da Barbárie*, p. 20.

escrita do novo sistema. [...] O sistema ficou tão sintonizado com seus sinais que o levantar de um dedo era suficiente”⁴¹.

Raul Hilberg, na obra *The Destruction of the European Jews*, publicada em 1961, enumerou 27 diferentes grupos atuando na Questão Judaica, os mais importantes dos quais foram o Partido, os ministérios e a polícia SS de Himmler. Segundo Hannah Arendt, “deve-se lembrar de que todos esses organismos enormemente poderosos competiam ferozmente uns com os outros – o que em nada ajudava as suas vítimas, uma vez que a ambição de todos eles era sempre a mesma: matar tantos judeus quanto possível”⁴².

A estrutura do sistema nazista foi estudada pelo jurista Franz Neumann, no livro *Behemot: The Structure and Practice of National Socialism*, de 1933. A tese do livro é que ela foi função de lutas contínuas entre grupos de poder, unidos somente pelo ódio ao movimento trabalhista, e que a Alemanha nazista, conseqüentemente, carecia de um Estado, no sentido de uma formação política moderna, orientada para a ordem e para a racionalidade. Atrás da fachada forte e autoritária, não havia nada, senão o terror desenfreado, egotismo e arbitrariedade da parte de certos grupos sociais. Um exemplo disto foi o confisco das propriedades judaicas que serviram, sobretudo, aos interesses das grandes companhias capitalistas, tais como a Mannesman, a Krupp ou a Thyssen.

Hans Mommsen, um historiador alemão nascido em 1930, também compartilhou desta visão do sistema nazista como uma estrutura caótica. Pertence ao grupo dos chamados *funcionalistas*, que consideram o Holocausto como resultado de uma “radicalização cumulativa” da burocracia alemã, ao invés do produto de uma decisão de Hitler. Retratou-o como um líder incapaz e avesso a envolver-se na administração de um regime incredivelmente desorganizado. Considerou a “Solução Final” o produto de um processo de decisões fragmentadas, da rivalidade das burocracias envolvidas em infindáveis lutas pelo poder e que competiam em empreender medidas antisemitas cada vez mais radicais que pudessem agradar Hitler, pois na estrutura caótica do Terceiro Reich, um número infindável de departamentos e escritórios disputavam uns com os outros realizar aquilo que acreditavam que fosse o desejo de um líder distante e preguiçoso. Os discursos fanáticos de Hitler eram avidamente interpretados como ordens para a ação por homens desejosos de provar a

⁴¹ Mark ROSEMAN, *Os Nazistas e a Solução Final*, p. 19.

⁴² Hannah ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p. 85.

eficiência de suas máquinas e sua indispensabilidade política. Teriam sido estas lutas pelo poder o motor que conduziu o Estado alemão à “realização do impensável”.

Hitler não possuiria um conjunto de convicções políticas a partir das quais iria operar. Apegava-se fortemente a algumas poucas ideias vagas, incapazes de lhe proporcionar uma base para o pensamento racional. Poder-se-ia dizer que ele atuou como um *showman*, preocupado somente em promover sua imagem. Sua política doméstica e exterior foram meramente reativas, uma longa série de movimentos incoerentes que conduziram no final a esta “radicalização cumulativa”.

2.9 O Holocausto

Após a invasão da URSS na “Operação Barbarossa”, em 22 de junho de 1942, a morte dos judeus, antes produto da pura brutalidade e sadismo, mudou para um genocídio sistemático, planejado por Heydrich. Quatro *Einsatzgruppen*⁴³, as Unidades Móveis de Extermínio, acompanhavam o exército alemão regular, o *Wermacht*, e junto com os habitantes que iam sendo cooptados – lituanos, estonianos, letões e ucranianos – calcula-se que mataram, geralmente por fuzilamento, quase 1 milhão e 300 mil judeus⁴⁴, além de poloneses, ciganos e os considerados inimigos políticos.

As matanças realizadas pelos *Einsatzgruppen* envolviam muita brutalidade e emoção, até mesmo para os assassinos.⁴⁵ Os alemães, preocupados com a disciplina e a eficiência, buscavam métodos que diminuíssem a possibilidade de resistência das vítimas e tornasse a ação dos carrascos a mais impessoal e burocrática possível, evitando o envolvimento emocional com as cenas horrendas de morte e sofrimento. Contudo, “muitos membros dos *Einsatzkommandos*, incapazes de suportar mais andar sobre sangue, cometeram suicídio.

⁴³ Grupos paramilitares com 500 a 900 homens cada, organizados por Himmler nos países conquistados do Leste europeu.

⁴⁴ Segundo cálculo do historiador Raul Hilberg, em seu livro *The Destruction of the European Jews*.

⁴⁵ Com esta devastação, foi destruída a riquíssima cultura do *Shtetl*, como eram chamadas as pequenas cidades de população predominantemente judaica da Europa Central e Oriental, sobretudo na Polônia, Rússia e Bielorrússia. Nelas se falava o *íidiche*, um composto de línguas no qual predominava o alemão, porém escrito com letras hebraicas. O *Shtetl* existiu durante séculos, e neles era muito vivo o estudo e as práticas da religião. Esta cultura, comunitária no mais alto grau, foi retratada em histórias saborosas como as do escritor Scholem Aleichem, nos contos de Isac Bashevis Singer e na pintura de Marc Chagall.

Alguns até enlouqueceram. A maioria dos membros dos *kommandos* tinha que se apoiar no álcool ao executar seu horrível trabalho”⁴⁶.

A guerra e os planos de assentamento a longo prazo, de Hitler, dependiam da apropriação dos alimentos e de outros recursos soviéticos, ainda que se soubesse que dispor destes recursos significaria que “sem dúvida, dezenas de milhões de pessoas morrerão de fome”⁴⁷. Com a pouca comida, as “bocas inúteis” teriam que ser eliminadas, e esta justificativa precipitou a Solução Final. A partir do fracasso completo do programa nazista de reassentamento do povo germânico, que tinha como intenção criar o Grande Reich Alemão, a execução do Holocausto tornou-se finalmente tudo o que restou de um programa mais amplo de limpeza étnica e reordenação do Leste.

Em 20 de janeiro de 1942, Heydrich chefou uma reunião que ficou conhecida como a “Conferência de Wansee”, realizada num aprazível palacete à beira do lago Wansee, em Berlim, convocada para organizar, a mando de Hitler, o plano de extermínio total da população judaica da Europa, a “Solução Final” ou *Endlösung der Judenfrage*. A decisão foi comunicada aos 15 homens, de diferentes instituições e órgãos, presentes que depois foram lançar num clima ameno e civilizado. Para realizar esta “tarefa” em tão grande proporção, toda uma burocracia, cuja missão era matar em grande escala, foi organizada. Seus membros, disciplinados e eficientes, para conseguir realizar o dever que lhes era atribuído, precisavam dissociar seu “trabalho” de suas consciências, não podendo ligar o papel preponderante na matança de seres humanos à autoimagem de boas pessoas, bons pais de família, bons cidadãos que, em suas casas, beijavam com carinho os filhos, acariciavam seus cachorros e julgavam linda uma flor e sublime um pôr do sol. Vemos, num documentário, Reinhard Heydrich, a segunda autoridade da SS e o grande responsável pela “Solução Final”, brincar de forma encantadora com seu filho e tocar violino com grande maestria e sensibilidade.

O problema maior “era como superar não tanto a consciência, mas sim a piedade animal que afeta todo homem normal em presença do sofrimento físico”⁴⁸. A forma de efetuar essa dissociação era fragmentando as responsabilidades. Cada elemento da burocracia alemã era responsável por uma pequena parte da tarefa de extermínio, muito pontual, muito concentrada e com isto podia não se assumir como assassino, mas somente como um bom

⁴⁶ Roney CYTRYNOWICZ, *Memória da Barbárie*, p. 64.

⁴⁷ Mark ROSEMAN, *Os Nazistas e a Solução Final*, p. 38.

⁴⁸ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 122.

servidor do Reich, pretextando ter apenas obedecido às ordens do Führer ou de seus superiores e, portanto, merecer até ser louvado como um funcionário exemplar, assim como alegaram todos os nazistas em seus julgamentos no pós-guerra. Alguns poucos tinham plena consciência moral da dimensão do que faziam, mas não o diziam em público. Himmler por exemplo, numa reunião secreta que foi gravada e onde estavam presentes alguns membros da SS em Poznan, na Polônia, em 4 de outubro de 1943, disse:

Quero agora mencionar um assunto muito difícil, de forma totalmente aberta. Ele precisa ser discutido entre nós, mas jamais falaremos dele em público. [...] Estou falando sobre a “Evacuação Judaica”: o extermínio do povo judeu. [...] A maioria de vocês saberá o que significam 100 corpos estendidos juntos, ou quando são 500 ou 1000 corpos. E tendo visto isto e, com exceção da fraqueza humana, ter permanecido decentes, nos tornou rijos e é uma página de glória que nunca é mencionada e não deverá sê-lo. [...] Tomamos suas riquezas [e] não ficamos com nada para nós mesmos. [...] Porque, afinal, não queremos, após ter exterminado o bacilo, adoecer e morrer devido ao mesmo bacilo. Nunca verei. [...] um nada de putrefação entrar em contato conosco ou fincar raízes em nós. [...] No geral podemos dizer que conduzimos esta tarefa tão difícil por amor ao nosso povo. E não absorvemos este mal em nós, em nossas almas, em nosso caráter.⁴⁹

Esta mixórdia, esta estranha mistura de perversidade com conceitos de dever, de ameaças de morte com declarações de honradez e de amor ao povo, constituía o discurso predominante do nazismo. “O que afetava as cabeças desses homens que tinham se transformado em assassinos era simplesmente a ideia de estarem envolvidos em algo histórico, grandioso, único, ‘uma grande tarefa que só ocorre uma vez em 2 mil anos’.”⁵⁰

Os judeus de toda a Europa ocupada foram deportados para os campos de extermínio na Polônia. Até o final da guerra, quando já era evidente a derrota, continuou-se a enviar judeus para a morte. As deportações eram feitas por trem e dependiam das negociações com os governos locais, da disponibilidade de trens ou da capacidade das câmaras de gás que passaram a ser utilizadas nos campos da Polônia no começo de 1942.

Os assassinatos eram chamados em código nos documentos nazistas de “tratamento”, os judeus de “mercadoria”, ou “carregamento” ou “peças”. O processo de morte por asfixia era “adormecer”; as câmaras de gás, “instalações especiais” ou “casas de banho”; as deportações, “evacuação”; matar com gás, “tratamento especial”; o extermínio, “limpeza racial”; os corpos, “marionetes”, “bonecos” ou então “trapos” e o genocídio, “solução final”. Não se podia usar a palavra morte. Ao abrigo destes eufemismos, os perpetradores do

⁴⁹ National Archives, in: College Park, Maryland. (Tradução livre)

⁵⁰ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 121.

Holocausto: os nazistas, os soldados, os burocratas, além da população que via seus vizinhos desaparecerem a cada dia e nunca mais retornarem, que via os trens correndo para as fábricas de morte com a sua mercadoria ou que sentiam o cheiro da carne queimada se desprendendo dos fornos crematórios – afastavam da consciência o peso de sua responsabilidade na morte de seres humanos.

Pela primeira vez na história da humanidade, milhões de seres humanos foram assassinados num processo industrial, numa linha de produção da morte, em que todos os aspectos de como matar seres humanos foram racionalizados e medidos em termos de economia de tempo e energia, de custo e benefício ⁵¹.

Milhões de judeus foram exterminados nestes campos entre 1942 e 1944. Somando-se os judeus, os ciganos, os homossexuais e presos políticos (anarquistas, socialistas e comunistas), somente nos Campos de Concentração morreram entre 5 e 6 milhões de pessoas. Com os 25 milhões de soviéticos, os milhões de alemães, os 3 milhões de poloneses não judeus e os demais soldados que lutaram na guerra, cerca de 50 milhões de pessoas morreram na Segunda Guerra Mundial.

Com o término da guerra foi instituído o processo de Nuremberg encarregado de julgar os criminosos de guerra do regime nazista. Os réus se declararam todos não culpados, na base da alegação de que apenas cumpriam ordens emanadas de uma hierarquia onde no topo estava Hitler, às quais lhes competia obedecer. Por isso, não se julgavam culpados, nem como cidadãos nem como funcionários. Nenhum demonstrou arrependimento.

Diante de todos esses acontecimentos, o conceito de “Banalidade do Mal”, que Hannah Arendt usou de forma quase inadvertida, ganhou vida própria. Apesar de não circunscrevê-lo e de não haver dado uma resposta clara do que pretendia que fosse seu significado, muitos perceberam que ele poderia ser usado como uma poderosa ferramenta, não só na análise dos sistemas totalitários e de seus agentes, mas do mundo pós-moderno de maneira geral. É sobre sua abrangência, localização e seus possíveis significados que tratará o próximo capítulo.

⁵¹ Roney CYTRYNOWICZ, *Memória da Barbárie*, p. 87.

CAPÍTULO 3

Conceito de Banalidade do Mal a partir de Hannah Arendt

E, quando estavam no campo, investiu Caim contra seu irmão Abel e matou-o. E o Senhor disse a Caim: onde está teu irmão Abel? E ele respondeu: não sei. Porventura sou eu o guarda de meu irmão? E o Senhor disse-lhe: que fizeste? A voz do sangue de teu irmão clama da terra sobre mim. Agora, pois, serás maldito sobre a terra que abriu a sua boca e recebeu da tua mão o sangue de teu irmão. Quando a cultivares, ela não dará os seus frutos; serás vagabundo e fugitivo sobre a terra. E Caim disse ao Senhor: a minha iniquidade é muito grande para que eu mereça perdão. (Gn 4: 9-14)

Eichmann¹: Não sou o monstro que fazem de mim.

Qual a diferença entre Caim e Eichmann? Caim reconheceu a imensidade de seu crime, teve consciência de sua dimensão e, atormentado, tornou-se um vagabundo e um fugitivo sobre a terra. Eichmann, o responsável pela logística de deportação de milhões de judeus que foram assassinados nos Campos de Extermínio, durante toda a vida se eximiu, se justificou, se lamentou e se auto-compadeceu. Considerando-se uma vítima, nunca se arrependeu e afirmou ter a consciência tranqüila, pois somente obedeceu a ordens e cumpriu com zelo louvável o seu dever. Ele não era um maldito – não trazia o sinal que Deus colocou sobre Caim pelo Mal cometido.

Mas o que era então? Podemos dizer que Eichmann era a representação de um homem banal, com um projeto de vida banal, instrumento passivo de um sistema banal, incapaz de assumir a responsabilidade de pensar por si próprio e que abdicou de sua autonomia moral em nome de uma ideologia delirante, com isso exercendo uma das muitas conotações subtendidas

¹ *Apud* Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 269.

neste conceito criado por Hannah Arendt, a forma mais extrema do Mal: a Banalidade do Mal, encarnada numa das formas do Totalitarismo, o nazismo.

Entre Caim e Eichmann, o que se passou? Que tipo de transformação ocorreu no trajeto entre ambos? Entre ambos ocorreu uma mudança no estatuto do mal. Entre ambos, o crime deixou de ser crime.

Vejamos o que diz Susan Neiman, em seu livro *O Mal no Pensamento Moderno*, no qual faz um estudo das mudanças na compreensão do mal. Segundo a autora, Iago, em *Otelo*, é pequeno e opaco demais para o grau de destruição que foi capaz de causar. Para Sade, porém, Deus era seu oponente e seus criminosos, movidos pelo desejo de atingir o prazer físico, eram o retrato do mal em si, o que na literatura, segundo ela, é raro, pois “mesmo o diabo, quando aparece em pessoa é decepcionante”². Os diabos representados em Goethe e Dostoiévski exalam um ar de miséria. Não representam impulsos maliciosos, mas sim impulsos mesquinhos. Mefistófeles, por exemplo, que Fausto chama de pobre-diabo, manca, reclama, conta piadas vulgares. Revela muito mais impotência do que poder.³ Ele destrói o que os outros criam. Descreve-se como alguém que *representa* o mal, o que não significa que ele *seja* o mal. O diabo que visita Ivan em *Os irmãos Karamazov* é descrito ora como um parasita, ora como um palhaço. Vestindo roupas sujas e puídas e vítima de resfriados, ele zomba de Ivan: “não sabia que vivemos num mundo desencantado?”⁴ Ele é a própria soma das fraquezas humanas, a expressão de anseios reais e não desafiadores.⁵

Neiman conclui:

A maior destruição é causada por homens mais parecidos com o diabo de Dostoiévski do que com Saint-Fond de Sade. Somos ameaçados com mais frequência por quem tem intenções indiferentes ou mal direcionadas do que por quem tem intenções malévolas; até mesmo formas deliberadas de malícia são com frequência assombrosamente insignificantes.⁶

Mas, não é isto que Hannah Arendt, para grande escândalo de seus contemporâneos, chamou de Banalidade do Mal? Diante da polêmica provocada pelo uso deste termo em seu

² Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p. 305.

³ *Ibid.*, p. 306.

⁴ *Ibid.*, p. 306.

⁵ *Ibid.*, p. 306.

⁶ *Ibid.*, p. 307.

livro *Eichmann em Jerusalém*, que tem como subtítulo “Um relato sobre a Banalidade do Mal”, ela explicou numa carta à Gershom Scholem:

Minha opinião agora é que o Mal nunca é radical, é apenas extremo e não possui nem profundidade nem qualquer dimensão demoníaca. Ele pode invadir tudo e assolar o mundo inteiro precisamente porque se espalha como um fungo na superfície. Ele desafia o pensamento, como eu disse, porque o pensamento tenta alcançar a profundidade, chegar às raízes, e no momento em que se ocupa do mal, ele se frustra, porque não há nada. Essa é a sua banalidade. Apenas o Bem tem profundidade e pode ser radical.⁷

3.1 Localização da Lei Moral

Segundo Kant, com quem Arendt dialogou durante toda a vida, o conhecimento moral, o conhecimento do certo e do errado é natural, está ao alcance de todos e se localiza na estrutura racional da mente humana. Haveria “uma distinção entre o certo e o errado, e essa é uma distinção absoluta. [...] Todo ser humano em sã consciência é capaz dessa distinção”⁸. Arendt considerou que tanto o homem comum quanto o sofisticado, “ambos estão igualmente abertos à evidência convincente de que todo ser humano possui esse tipo de racionalidade, a lei moral dentro de mim, como Kant costumava dizer”⁹. Ou seja, embora não possam ser provadas, as proposições morais são axiomáticas, são evidentes por si mesmas.

Kant emancipou a moralidade dos mandamentos religiosos, considerando-a um assunto estritamente humano. A virtude pertence ao domínio da razão humana. Para ele, a conduta moral não se relaciona com a obediência a uma lei determinada externamente, mas depende do relacionamento do homem consigo mesmo. Temos uma obrigação interior para com ela. Esta é a distinção entre legalidade e moralidade. A legalidade é moralmente neutra. A ordem política não requer integridade moral, mas apenas cidadãos respeitadores da lei. Essas ordens de uma determinada comunidade devem ser distinguidas da ordem moral obrigatória para todos os homens.¹⁰

Kant separou o conhecimento do pensamento. Separou e distinguiu a Razão, *Vernunft*, que pensa, compreende e busca *significados*, do Intelecto, *Verstand*, que conhece, é capaz de certo conhecimento verificável e busca a *verdade*. Arendt considera crucial esta diferenciação

⁷ Apud Elizabeth YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt, For Love of the World*, p. 369. (tradução livre)

⁸ Hannah ARENDT, Algumas questões de filosofia moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 139.

⁹ *Ibid.*, p. 141.

¹⁰ *Ibid.*, p. 132.

entre pensar e conhecer. Ao separar o conhecer do pensar, Kant abriu espaço para o pensamento, para a Razão. Pois, se a capacidade de distinguir o certo do errado tiver alguma coisa a ver com a capacidade de pensar, então devemos “exigir” o seu exercício de toda pessoa sã. “Nenhum coração malvado – fenômeno relativamente raro – é necessário para causar um grande mal. Por isso, em termos kantianos, precisaríamos da filosofia, o exercício da razão como a faculdade do pensamento, para impedir o mal.”¹¹

Sou o legislador, e o pecado ou o crime já não podem ser definidos como desobediência à lei de outra pessoa. Os deveres que o homem tem para consigo estão à frente dos deveres para com os outros. Nas principais proposições morais, tanto o pensamento filosófico como o religioso tomam como padrão o eu, o relacionamento do homem consigo mesmo. A moralidade diz respeito ao indivíduo na sua singularidade.¹² Para Kant, trata-se de uma questão de dignidade humana, de respeito por si próprio.¹³ A verdade moral permanece, nesse sentido, inteiramente negativa, porque do ponto de vista da comunidade ou do mundo em que vivemos, ela é irresponsável, já que o seu padrão é o eu e não o mundo.¹⁴ Segundo Arendt, Kant não acreditava que o homem pudesse querer o mal pelo mal; todas as transgressões são exceções a que se é tentado, apesar de uma lei que se reconhece como válida, apesar da capacidade de mentir para si próprio, o que para Kant seria o ponto mais penoso da natureza humana. Ao transgredir, o homem se coloca em contradição consigo mesmo, com sua própria razão e por isso se despreza.¹⁵

Porém, diz Arendt, aqueles que temem o desprezo por si próprio ou o contradizer-se a si mesmos são os que acham as proposições morais evidentes e não precisam de obrigação. Na Alemanha nazista, os poucos que permaneceram livres de toda culpa nunca passaram por um grande conflito moral ou crise de consciência; nunca duvidaram que os crimes permaneciam sendo crimes, mesmo que legalizados pelo governo, e que era melhor não participar desses crimes em qualquer circunstância. Agiam de acordo com algo que lhes era evidente por si mesmo, mesmo que não o fosse para aqueles ao seu redor. Assim, a sua

¹¹ Hannah ARENDT, Pensamento e Considerações Morais, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 232.

¹² Cf. Idem, Algumas questões de filosofia moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p.162.

¹³ *Ibid.*, p. 130-1.

¹⁴ *Ibid.*, p. 143.

¹⁵ *Ibid.*, p. 126.

consciência, se é disto que se tratava, não tinha caráter obrigatório e lhes dizia: “isso não posso fazer”, em vez de: “isso não devo fazer”.¹⁶

Considerava Platão que é o tipo de alma que se possui que decide o comportamento de acordo com os preceitos morais.¹⁷ Para o filósofo grego, aqueles poucos cuja natureza da alma permite que vejam a verdade não precisam da obrigação, de nenhum “assim farás ... senão”, pois o que importa é evidente por si. Mas aqueles que não conseguem vê-la não podem ser convencidos por argumentos e, por isso, é preciso encontrar meios de obrigá-los, como se eles também tivessem “visto”.¹⁸

3.2 A liberdade

A liberdade tem um papel central na ética kantiana, assim como na arendtiana, pois ela é o pressuposto para a possibilidade de julgamento moral. Sem a assunção da liberdade, a razão não age. Os animais são atuados pelo mundo, mas nós possuímos a capacidade de escolher o princípio que guia nossas ações, o que nos torna atores. Precisamos exercer nossa vontade e nossa razão para agir. A vontade é a capacidade de agir de acordo com os princípios fornecidos pela razão.

Kant definia a liberdade como obediência à Lei Moral que alguém dita para si mesmo. A produção moral em cada indivíduo é única. A ação moral depende da determinação da própria vontade. Ela é *a priori*. “Uma ação só é moral se for realizada tendo em mente a lei moral em si, independentemente de suas conseqüências.”¹⁹ Devemos ser virtuosos apenas em nome da virtude – o que nos torna dignos de sermos felizes –, mas não implica nos tornarmos felizes. Kant recomendava maturidade – reconhecer os próprios limites, (embora considerando legítimo o desejo de transcendê-los) – e a confiança cega de que o mundo funciona como deve. Integridade requer afirmação da dissonância e do conflito contidos na experiência. Significa reconhecer que nunca estamos metafisicamente à vontade no mundo.²⁰

Os seres com razão e vontade são *fins em si mesmo*, seres autônomos com liberdade de determinar suas próprias ações e de considerar seus objetivos e os meios utilizados para

¹⁶ Hannah ARENDT, Algumas questões de filosofia moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 142.

¹⁷ *Ibid.*, p. 151.

¹⁸ *Ibid.*, p. 153.

¹⁹ Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p.87.

²⁰ *Ibid.*, p.96.

alcançá-los. Os seres aos quais faltam estas faculdades são meros *meios*: coisas, animais, plantas, etc. Para Kant, o homem deve ser visto como um fim em si mesmo e não como um meio. O homem vira meio quando se tira dele, ou ele abdica, de sua autodeterminação, de sua lei moral, da escolha de si próprio. Ao se transformar em meio, ele se torna coisa, objeto destituído de sua humanidade, de sua essência. Pode então ser utilizado como qualquer outro meio.

Kant pensava que o homem não deve ser movido nem pelos fins nem pelo medo, mas pela razão. Autonomia é a capacidade de se viver segundo a razão, de colocar a vontade sob o domínio da razão. Ela é o oposto da heteronomia – ainda na expressão de Kant – que significa que algo fora do indivíduo o constringe a por sob regramento a sua conduta, ou seja, que ele permite que alguém pense e aja por si. Kant fazia equivaler os conceitos de autonomia e de heteronomia aos de maioridade e minoridade.²¹ Nisto se opunha ao pensamento de Maquiavel, a quem foi falsamente atribuída a frase “o fim justifica os meios” e também ao de Hobbes. Hobbes acreditava na selvageria natural dos homens e que estes, se deixados livres, tendem a se matar uns aos outros. Diante desta evidencia, julgou que o melhor seria que, por meio de um contrato social e coagidos pelo medo, os homens transferissem a um rei a sua liberdade em troca da garantia de suas vidas.

3.3 Mal Radical

Caim representa o Mal denominado por Kant de Mal Radical: significa que o mundo empírico é mau, limitado. É o Mal que envolve o desejo calculado de quebrar a lei moral, o próprio demônio que se mostra ontologicamente no homem que é egoísta e violento, assim como ocorre a Ricardo III de Shakespeare ao decidir “revelar-se um vilão”, ou em Milton quando Lúcifer proclama: “Evil, be thou my good”²².

O homem é tentado por suas inclinações e por seus sentidos. Kant chamou de Mal Radical ao fato do homem fazer o mal por seguir as inclinações que estão arraigadas em sua natureza.²³ Segundo Nádia Souki, Kant tomou de Baumgarten²⁴ este termo que, passando por

²¹ Meios e fins, autonomia e heteronomia, noções filosóficas registradas em notas de aula do Prof. Neivor Schuck.

²² Em tradução livre: “Mal, seja você o meu bem”. John MILTON, *Paradise Lost*. Book IV, Line 111.

²³ Cf. Hannah ARENDT, Algumas questões de filosofia moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 126.

²⁴ Cf. Nadia SOUKI, *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, p. 17.

Leibniz, tem raízes na tradição neoplatônica agostiniana. O radical representa, conforme Leibniz, a finitude original da criatura. Leibniz justificou a presença do mal no mundo explicando que, com esta matéria disponível, que é limitada, Deus fez o melhor dos mundos possíveis. Para Kant, o mal é uma realidade universal. A propensão para o mal é inata, enraizada na natureza humana, porém livremente escolhida. Pois existe também uma lei moral, universal e necessária, inerente à natureza da razão, que é legisladora, autônoma e determinante da vontade, embora não à natureza humana. “É na possibilidade do arbítrio humano que se inscreve o problema do mal radical”²⁵. Se o homem aceita a determinação vinda de fora, ele elimina a vontade, ou seja, sua autonomia. O ser humano pode escolher sua própria conduta, é um ser que age livremente. É neste contexto da liberdade que se inscreve o conflito entre o bem e o mal moral. De acordo com Arendt,

Nas profundezas dos maiores vilões [...] há sempre desespero e a inveja que acompanha o desespero. [...] Todo o mal radical vem das profundezas do desespero. [...] Sempre houve algum tipo de nobreza no malfeitor real, embora isso não exista no pequeno patife que mente e trapaceia no jogo. [...] eles agem por inveja daqueles que sabem que são melhores que eles próprios.²⁶

Com milênios nos separando, é-nos fácil compreender Caim e seus motivos. Caim teve inveja de Abel, pois: “Deus olhou para Abel e para os seus dons. Não olhou, porém, para Caim, nem para seus dons”. Compreendemos a inveja de Caim, pois a inveja é um dos pecados capitais, uma das condições do homem, cujo fundamento é a liberdade de poder escolher entre o certo e o errado, o Bem e o Mal. Compreendemos igualmente a advertência de Deus quanto ao dever de contrapor-se a esta propensão universal: “sob ti está o teu desejo, e tu o dominarás”. Estas duas possibilidades, o pecado e contrapor-se ao pecado, estão inscritas em nós e implicam nossa consciência e nossa vontade. Caim poderia contrapor-se ao Mal, pois reconheceu o seu crime. Eichmann, que se disse inocente por ter sempre agido sob o comando das ordens do Führer, abdicou de sua autonomia e, com isto, praticou a pior forma de mal, um mal sem raízes, sem arrependimentos, um mal que um burocrata pode realizar, um fantoche pode realizar, alguém que não pensa pode realizar: o mal na forma da Banalidade do Mal.

²⁵ Nadia SOUKI, *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, p.21.

²⁶ Hannah ARENDT, Algumas questões de filosofia moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 138.

3.4 Sócrates e o dois-em-um

Arendt analisou, em seu artigo “Filosofia e Política”, o problema da consciência: distinguir-se de si mesmo, tornar-se outro para si mesmo, duplicar-se. Debateu neste artigo o argumento de Sócrates em “Górgias”, no qual afirmou: “é melhor estar em desacordo com o mundo todo do que, sendo um, estar em desacordo comigo mesmo”²⁷.

Qualquer um, “sendo um”, pode falar consigo mesmo como se fosse dois. Sou “dois-em-um” quando penso. Preciso estar de acordo comigo mesmo, porque quem se contradiz não é confiável. Falo comigo mesmo, vivo junto comigo mesmo. A saída do filósofo da condição humana da pluralidade é uma ilusão, pois ainda que vivesse sozinho, ele teria que se suportar. Percebe-se claramente o “eu-comigo-mesmo” no pensamento puro, que é sempre um diálogo entre os dois que eu sou. É a companhia dos outros que, atraindo-me para fora do diálogo do pensamento, torna-me novamente um — um só ser humano, falando apenas com uma voz e sendo reconhecido como tal por todos os outros. O eu é a única pessoa de quem não posso me separar, com quem estou fundido. Logo, “é muito melhor estar em desacordo com o mundo todo do que, *sendo um*, estar em desacordo comigo mesmo”.

A ética, assim como a Lógica, tem sua origem nessa afirmação, pois a consciência se baseia no fato de que posso estar de acordo ou em desacordo comigo mesmo. Não só apareço para os outros como também para mim mesmo²⁸. É neste pressuposto que Arendt se apóia quando indaga se a condição básica para distinguir entre o certo e o errado seja a faculdade de pensar.

É uma questão recorrente nos diálogos políticos de Platão saber se um ato é bom, mesmo “que permaneça desconhecido e oculto para os homens e para os deuses”²⁹. Para o problema da consciência em um contexto secular, sem a fé em um Deus que tudo sabe e de tudo cuida e que irá emitir um julgamento final sobre a vida na terra, essa questão é decisiva: saber se é possível existir a consciência em uma sociedade secular e se ela pode desempenhar um papel na política secular. É também saber se a moralidade tem uma realidade terrena.

A razão pela qual não devemos matar, mesmo quando não somos vistos por ninguém, é que não queremos estar juntos a um assassino. Sócrates estava convencido de que não é possível alguém querer viver junto a um assassino ou em um mundo de assassinos potenciais.

²⁷ *Apud* Hannah ARENDT, Filosofia e Política, in: _____ *A Dignidade da Política*, p. 100.

²⁸ *Ibid.*, p.102.

²⁹ *Ibid.*, p. 102.

Aquele que afirma que um homem pode ser feliz e ser um assassino, bastando para tal que ninguém saiba de seu ato, faz uma declaração contraditória e mostra querer viver junto a alguém com quem não pode concordar. Este foi o conselho de Sócrates: “seja como você gostaria de aparecer para os outros”³⁰.

3.5 O Pensar como contraposição ao Mal

No artigo “Pensamentos e Considerações Morais” e também no livro *A Vida do Espírito*, Arendt explicou que, ao relatar o julgamento de Eichmann, iniciado em 1961 em Jerusalém, mencionou a expressão “Banalidade do Mal” sem pretender haver nenhuma tese ou doutrina por trás dela. Com isso se referia a:

[...] algo completamente factual: ao fenômeno dos atos malignos, cometidos numa escala gigantesca, que não podiam ser atribuídos a nenhuma particularidade de maldade, patologia ou convicção ideológica do agente, cuja única distinção pessoal era uma superficialidade talvez extraordinária. Por mais monstruosos que fossem os atos, o agente não era nem monstruoso nem demoníaco, e a única característica específica que se podia detectar no seu passado, bem como no seu comportamento durante o julgamento e o inquérito policial que o precedeu, era algo inteiramente negativo: não era estupidez, mas uma curiosa e totalmente autêntica incapacidade de pensar.³¹

Eichmann “nunca havia tomado conhecimento da exigência de pensar nos fatos e acontecimentos”³². Essa “ausência de pensamento” ficava evidente no uso de “clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados”³³. Pareceu claro a Arendt, analisando Eichmann e os crimes nazistas, que esta ausência de pensamento não representava estupidez, podendo ser encontrada em pessoas altamente inteligentes, e tampouco esquecimento dos costumes e hábitos morais e éticos apreendidos e que “nada tinha a ver com as assim chamadas decisões éticas ou assuntos de consciência”³⁴. Por isso, voltou a se perguntar:

Seria possível que a atividade do pensamento como tal – o hábito de examinar o que quer que aconteça ou chame a atenção, independentemente de resultados e conteúdo específico – estivesse entre as condições que levam os homens a abster-se de fazer o mal, ou

³⁰ Hannah ARENDT, *Filosofia e Política*, in: _____ *A Dignidade da Política*, p. 102.

³¹ Idem, *Pensamento e Considerações Morais*, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 226.

³² Idem, *A Vida do Espírito*, p.19.

³³ *Ibid.*, p. 18.

³⁴ *Ibid.*, p.19.

mesmo que ela realmente os condicione contra ele? [...] Pois não são apenas os bons que são incomodados pela má consciência, que é rara entre os criminosos reais? [...] É possível praticar o mal [...] na ausência, não meramente de “motivos vis” (como diz a lei), mas de quaisquer motivos, qualquer estímulo particular de interesse ou volição? [...] A nossa capacidade de julgar, de distinguir o certo do errado, o belo do feio, depende da nossa faculdade de pensamento?³⁵

Enfim, será que a maldade, como quer que se defina este estar "determinado a ser vilão", não é condição necessária para fazer o mal? Pareceu claro a Arendt, analisando Eichmann e os crimes nazistas, que esta ausência de pensamento não representava estupidez e tampouco esquecimento dos costumes e hábitos morais e éticos apreendidos e que “nada tinha a ver com as assim chamadas decisões éticas ou assuntos de consciência”³⁶. Esta lhe parecia uma dimensão do fenômeno do mal sem precedentes na história do pensamento tradicional. A Banalidade do Mal seria um mal que não tem necessariamente raízes nem na natureza humana nem em motivos maus, mas na ausência de raízes e pensamento.

Todavia, os resultados do pensar são incertos e não verificáveis. Para Kant, a faculdade de pensar tem uma “aversão natural” a aceitar seus próprios resultados como “sólidos axiomas”. Assim, não se pode esperar que a atividade de pensar produza alguma proposição ou mandamento moral, algum código final de conduta ou alguma definição, supostamente final, do que é bom ou mau. O pensar “é como o véu de Penélope: desfaz toda manhã o que tinha acabado na noite anterior”³⁷.

Se observarmos os diálogos socráticos de Platão, veremos que todos são aporéticos. Neles, a argumentação não leva a lugar nenhum ou ela anda em círculos. O pensamento não produz definições nem resultados. Sócrates provocava as pessoas a pensar, a examinar as questões, uma atividade sem a qual a vida não é plenamente viva, mas apenas fazia com que as pessoas examinassem seus pré-julgamentos, que impedem o pensar, liberando-as de suas opiniões, não lhes dando, no entanto, a verdade. A busca de significado dissolve e examina de novo todas as doutrinas e regras já aceitas. O pensamento tem um efeito destrutivo e solapador em todos os critérios estabelecidos, nos valores e medições do bem e do mal, nos costumes e regras de conduta de que tratamos na moral e na ética. Ficam somente perplexidades, e o máximo que se pode fazer com elas é partilhá-las uns com os outros. Ao pensar, já não mais ficamos seguros do que nos tinha parecido indubitável quando não

³⁵ Hannah ARENDT, *Pensamento e Considerações Morais*, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p.227.

³⁶ Idem, *A Vida do Espírito*, p.19.

³⁷ Idem, *Pensamento e Considerações Morais*, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 233 et seq.

pensávamos no que fazíamos e aplicávamos regras gerais de conduta aos casos particulares que nos surgem na vida comum.

O dois-em-um socrático, o encontro do eu comigo mesmo, significa que quem pensa deve cuidar para que os dois que travam o diálogo do pensamento sejam amigos. A consciência, ao contrário da voz de Deus dentro de nós, não fornece prescrições positivas – diz apenas o que não fazer. O não-pensar, ao contrário, tem os seus perigos, pois ensina as pessoas a se agarrarem a quaisquer regras de conduta, prescritas num dado tempo e numa dada sociedade, e a se acostumarem a nunca tomar decisões. Para alguém que deseja abolir antigos valores ou virtudes, achará esta tarefa fácil, desde que ofereça um novo código. Em certas circunstâncias, é fácil provocar estas inversões, como é o caso dos governos totalitários ao invertermos os mandamentos básicos da moralidade ocidental.

Foi o que se passou, por exemplo, na Alemanha, quando depois da derrota na guerra, seus membros deixaram de acreditar “no dogma”, pelo qual antes poderiam até morrer. Disse Arendt: eles “revertem ao antigo status de indivíduos isolados que aceitam de bom grado uma nova função num mundo novo e mergulham novamente em sua antiga e desesperada superfluidade”³⁸. É o que acontece com os membros dos movimentos totalitários cujo fanatismo dura somente enquanto o movimento existir, mas em caso de derrota o abandonam calmamente e vão procurar em torno de si outra ficção promissora. Por isso os aliados, terminada a guerra, procuram em vão um único nazista entre os alemães.

A importância política do pensar só aparece nos raros momentos da história em que as coisas se esboroam. Quando todo mundo é arrebatado sem pensar por aquilo que todos os demais fazem e acreditam, aqueles que pensam são puxados para fora de seus esconderijos. O elemento purificador do pensar, a maiêutica socrática, que traz à luz as implicações das opiniões não examinadas e com isso as destrói, é político por implicação.³⁹ Essa destruição tem efeito liberador sobre a faculdade de julgar os particulares e coisas próximas, sem submetê-los às regras gerais que são ensinadas e aprendidas até se tornarem hábitos que podem ser substituídos por outros. A manifestação do pensamento não é o conhecimento; é a capacidade de distinguir o certo do errado, o belo do feio.

³⁸ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 413.

³⁹ Idem, *Pensamento e Considerações Morais*, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 256.

3.6 O caminho que conduziu até a superfluidade do homem

Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt analisou as etapas do desenvolvimento que culminou no sentimento de superfluidade do homem de massa moderno. Nesta sociedade, onde a vida humana não possui um valor de fim em si mesmo, mas é, ao invés disto, um mero meio para outros fins, o extermínio pode tornar-se uma conclusão “lógica”, que foi efetuada dentro dos Totalitarismos modernos. Ela considerou neste livro que três eventos principais marcaram o caráter da Era Moderna: a descoberta da América, com a subsequente exploração de toda a Terra; a Reforma que, ao expropriar as propriedades eclesiásticas e monásticas, desencadeou o duplo processo de expropriação individual e de acúmulo de riqueza social; e a invenção do telescópio.⁴⁰ Da minuciosa análise destes três acontecimentos, concluiu que a Era Moderna foi marcada pela expropriação e pela alienação do mundo, que distanciaram o homem de seu ambiente imediato e terreno. Max Weber identificou este fenômeno com o nome de “ascetismo do mundo”.

A expropriação, o fato de certos grupos serem despojados de seu lugar no mundo, possibilitou o acúmulo de riqueza e sua transformação em capital através do trabalho. Estas foram as condições para o surgimento da economia capitalista. Ela deu início a um fluxo crescente de riqueza que permaneceu ligado ao princípio de alienação do mundo do qual resultou. O processo só pode continuar se a durabilidade mundana e a estabilidade não interferirem e se todos os produtos finais do processo de produção o realimentarem a uma velocidade cada vez maior. Nas condições da modernidade, a conservação dos bens cria a bancarrota, pois obstaculiza o processo de reposição, o único que permanece constante e o único que resta onde este processo se estabelece. A prosperidade se relaciona com a produção “inútil” de bens fabricados para serem desperdiçados por obsolescência ou destruídos. Tudo é devorado no processo de produção e toda a estabilidade do mundo é minada num constante processo de mudança.

A alienação do mundo vitimou o amor ao mundo. O eclipse do mundo público comum, provocado pela expropriação e pelo domínio da esfera econômica sobre todas as demais, levou ao crescimento cada vez maior da riqueza e foi crucial para a formação da massa solitária e para a mentalidade dos modernos movimentos ideológicos de massas. Por isso, diz Hannah Arendt,

⁴⁰ Cf. Hannah ARENDT, *A Condição Humana*, p. 260 et seq.

Na situação de radical alienação do mundo, nem a história nem a natureza são em absoluto concebíveis. Essa dupla perda do mundo [...] deixou atrás de si uma sociedade de homens que, sem um mundo comum que a um só tempo os relacione e separe, ou vivem em uma separação desesperadamente solitária ou são comprimidos em uma massa. Pois uma sociedade de massas [é] aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre os seres humanos que se relacionam ainda uns com outros, mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles.⁴¹

A ciência reforçou esta alienação em relação ao mundo ao anular o testemunho da observação da natureza pelos sentidos.⁴² Descartes escolheu como último ponto de referência a configuração da própria mente que se convence da realidade e da certeza das coisas por meio de um arcabouço de fórmulas matemáticas produzidas por ela mesma que permite substituir o que é dado através dos sentidos por um sistema de equações nas quais todas as relações reais são reduzidas a relações lógicas entre símbolos criados pelo homem. “Nesta condição de alheamento, todo conjunto de coisas transforma-se em mera multiplicidade [...] que por mais confusa que seja, assume certos padrões e configurações, tão válidos e pouco significativos quanto a curva matemática que [...] sempre pode ser traçada entre pontos lançados ao acaso numa folha de papel.”⁴³

O que se tem agora em comum talvez não seja o mundo, mas a faculdade de raciocínio que é a mesma para todos. Um jogo da mente que, na sua busca de conhecimento, só encontra as configurações da própria mente, se fecha contra a realidade e somente sente a si própria.⁴⁴ A moderna perda da fé não lançou o homem de volta ao mundo, mas para dentro de si mesmo, preocupado exclusivamente com o ego, numa tentativa de reduzir todas as experiências com o mundo e com outros seres humanos a experiências entre o homem e si mesmo⁴⁵.

Inauguramos um novo poder de criar que antes era prerrogativa da ação divina. Com novos utensílios e instrumentos repetem-se os processos naturais, fabrica-se a natureza. Obtém-se o ponto de vista Daquela que fez a natureza – e esta seria única forma de alcançar o conhecimento: fazer aquilo que se deseja conhecer, depositar a fé no engenho das próprias mãos. O homem futuro parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal

⁴¹ Hannah ARENDT, O Conceito de História: Antigo e Moderno, in: _____ *Entre o Passado e o Futuro*, p. 126.

⁴² Cf. idem, *A Condição Humana*, p. 278 et seq.

⁴³ *Ibid.*, p. 279.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 297.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 266.

como nos foi dada, que ele deseja trocar por algo produzido por si mesmo.⁴⁶ Buscando por detrás das aparências enganosas e forçando a natureza a revelar seus segredos, a verdade e o conhecimento passam a só poder ser atingidos através da ação e não mais da contemplação.⁴⁷

O conceito mecanicista do mundo considera todas as coisas como resultantes do processo de fabricação.⁴⁸ A própria história emergiu como objeto de um processo de fabricação. A partir do início do século XX, a tecnologia passou a tratar o homem como um ser inteiramente natural, cujo processo de vida pode ser manipulado da mesma maneira que todos os outros processos. Apagam-se atualmente as fronteiras entre os elementos naturais e o artefato humano. Com as descobertas nucleares e a fissão do átomo⁴⁹, em certo sentido também “fazemos natureza”, pois os processos naturais passam a existir com a interferência direta da ação humana.

Porém, ao se deflagrar processos naturais, o imprevisível é transportado para um domínio que pensávamos regido por leis inexoráveis. A concepção atual do homem, como um ser de ação, parece ter-se tornado o centro de todas as faculdades humanas. Ela é a mais perigosa de todas as aptidões e possibilidades, pois cria riscos autogerados. Para nossa moderna maneira de pensar nada é significativo em si e por si mesmo. Processos invisíveis engolfaram todas as coisas tangíveis e entidades individuais, degradando-as a funções de um processo global. O processo adquiriu o monopólio de universalidade e significação.

Com o grande enigma do súbito surgimento do secular, isto é, com a separação da religião e da política ocorrida durante a transição da Idade Média para os Tempos Modernos⁵⁰, e com a perda da fé moderna como consequência da dúvida cartesiana, a vida humana foi despojada da imortalidade que o cristianismo lhe fornecera com a certeza de um mundo futuro. “A vida individual voltou a ser tão mortal quanto o era na Antiguidade e o mundo passou a ser menos estável, menos permanente e, portanto, menos confiável do que o fora na era cristã.”⁵¹

⁴⁶ Hannah ARENDT, *A Condição Humana*, p. 9.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 303.

⁴⁸ Idem, O Conceito de História: Antigo e Moderno, in: _____ *Entre o Passado e o Futuro*, p. 88 et seq.

⁴⁹ E diremos, também, com o desenvolvimento da engenharia genética a partir do final do Século XX.

⁵⁰ Hannah ARENDT, O Conceito de História: Antigo e Moderno, in: _____ *Entre o Passado e o Futuro*, p. 102.

⁵¹ Idem, *A Condição Humana*, p. 333.

A época moderna supõe a mortalidade como absoluta. Tanto a vida como o mundo tornaram-se precíves, fúteis. Foi na busca de um âmbito estritamente secular de duradoura permanência que se descobriu a imortalidade potencial da espécie humana. A única coisa que podia ser potencialmente imortal era a própria vida, isto é, o processo vital, possivelmente eterno, da espécie humana.⁵² É assim que, na crescente ausência de sentido do mundo, própria de todas as filosofias utilitaristas tão características da primeira fase industrial, os homens, fascinados pelas novas possibilidades de manufaturar, passaram a pensar as coisas em termos de meios. Todo fim alcançado é transformado imediatamente nos meios para um novo fim. O sentido é perseguido com o mesmo mecanismo de intenções e meios usado para atingir desígnios particulares da ação concreta, como se aos homens somente fosse deixada uma interminável cadeia de objetivos em cujo progresso a plenitude de sentido das realizações passadas constantemente se cancelasse por metas e intenções futuras.⁵³ O sentido é degradado em fins, até que os próprios fins são degradados e se tornam meios. Construimos atualmente a ação à imagem do fazer. Este processo, no entanto, é incapaz de garantir qualquer imortalidade, porque cancela e destitui de importância tudo o que veio antes. O processo como um todo parece ser guiado por uma “intenção da natureza”, desconhecida pelos homens que agem, mas que deverá ser compreensível para aqueles que os sucedem.⁵⁴ É a fuga para o todo, nas palavras de Kant, incitada pela ausência de significado do particular.⁵⁵

Aristóteles distinguiu três modos de vida (*bioi*) que os homens podem escolher livremente. Esta escolha elimina, de saída, qualquer modo de vida dedicada basicamente à sobrevivência do indivíduo: a do escravo, a do artesão livre e a do mercador. Os três modos de vida restantes tinham em comum o fato de se ocuparem do “belo”, isto é, de coisas que não eram necessariamente nem meramente úteis: a vida voltada para os prazeres do corpo, a vida do filósofo, dedicada à investigação e contemplação das coisas eternas, e a vida dedicada aos assuntos da *polis*.

A expressão *vita activa* vem de Aristóteles. Na hierarquia que ele concebeu como própria da *vita activa*⁵⁶, a ação política ocupava a posição mais alta, o fazer do artesão e do

⁵² Hannah ARENDT, O Conceito de História: Antigo e Moderno, in: _____ *Entre o Passado e o Futuro*, p. 108.

⁵³ *Ibid.*, p. 114.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 117.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 118.

⁵⁶ A *vita activa*, conforme definido por Arendt em *A Condição Humana*, designa as três atividades humanas fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. A cada uma delas corresponde uma das condições básicas da vida do

artista uma posição intermediária e o labor, que provê as necessidades do funcionamento do organismo humano, a mais baixa. Nem o labor nem o trabalho eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano.

Com Agostinho, a expressão *vita activa* perdeu seu significado especificamente político e passou a denotar todo tipo de engajamento ativo nas coisas deste mundo. A ação passou a ser vista como uma das necessidades da vida terrena, e a *vita contemplativa*, como o único modo de vida realmente livre (noção esta já encontrada em Platão).

Esta hierarquia foi invertida na modernidade. Entre as principais características da era moderna encontramos as atitudes típicas do *homo faber*: a instrumentalização do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do fazedor de objetos artificiais, a confiança na categoria de meios e fins, a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação reduzida ao princípio da utilidade, o considerar todas as coisas dadas como matéria-prima e toda a natureza como “um imenso tecido do qual podemos cortar qualquer pedaço e tornar a coser como quisermos”⁵⁷, como disse Henri Bergson.

Esta predileção é evidente nas tendências pragmáticas da filosofia moderna, cujo princípio central é o da utilidade, a quintessência da concepção do mundo do *homo faber* e a chave usada para explicar todas as motivações da conduta humana. De modo geral, a sua mais antiga convicção, de que “o homem é a medida de todas as coisas”, foi promovida ao posto de lugar-comum universalmente aceito.⁵⁸ Esta mentalidade busca “fazer a história” e impor à realidade o significado e a lei preconcebidos pelo homem. O problema é que parece não existir questão alguma que não conduza a um conjunto coerente de respostas. Podemos tomar praticamente qualquer hipótese e agir sobre ela, com uma seqüência de resultados que não apenas fazem sentido, mas funcionam. Isso significa que tudo é possível, não somente no âmbito das ideias, mas da própria realidade.⁵⁹

homem. O labor visa o processo biológico do corpo; é exercido pelo *animal laborans*. Produz os bens de consumo que garantem a sobrevivência do indivíduo e da espécie. O trabalho é a atividade *homo faber*. Corresponde ao artificialismo da existência humana e produz o artefato, um mundo de objetos e de obras de arte. É a condição humana da mundanidade. A ação é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens e se empenha em fundar e preservar corpos políticos. Ela corresponde à condição humana da pluralidade. Estas três condições têm íntima relação com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte.

⁵⁷ *Apud* Hannah ARENDT, *A Condição Humana*, p. 318.

⁵⁸ Cf. *Ibid.*, p. 319.

⁵⁹ *Idem*, *O Conceito de História: Antigo e Moderno*, in: _____ *Entre o Passado e o Futuro*, p. 123.

Essa estima pelo *homo faber* foi seguida de uma segunda inversão hierárquica: a promoção do *animal laborans* à mais alta posição na ordem hierárquica da *vita activa*. Sujeito aos processos devoradores da vida e constantemente ocupado com eles, a durabilidade e a estabilidade do mundo são basicamente representados pelos instrumentos e ferramentas que utiliza.⁶⁰ Declarou-se inadequado o princípio da utilidade, substituído pelo princípio de processo, quando o homem não se define mais como o fabricante de objetos e construtor do artifício humano, mas primordialmente como o “fazedor de instrumentos para fazer instrumentos”⁶¹. O produto final do processo de produção já não é um fim verdadeiro e a coisa produzida é avaliada em relação à sua capacidade de “produzir outra coisa”.

A posição central do conceito de processo na modernidade⁶² roubou ao homem as medidas permanentes que precedem e sobrevivem ao processo de fabricação, uma faculdade destinada basicamente a construir um mundo e produzir coisas mundanas, que constituem um absoluto confiável e autêntico e permitem perceber os processos como simples meios para um fim, isto é, como secundários e derivados. O homem moderno passou a se considerar como parte integrante dos processos universais da natureza e da história, ambos aparentemente condenados a progredir infinitamente, sem jamais alcançar qualquer *telos* inerente ou aproximar-se de qualquer ideia determinada.

Também nas Ciências Naturais, o pensar em termos de processos e a convicção de que conheço somente aquilo que eu mesmo fiz, levaram a uma completa ausência de significado, conseqüência do entendimento de que posso escolher fazer o que quiser, resultando o que faço sempre em alguma espécie de “sentido”⁶³. Com a vitória do *animal laborans*, a vida em si, o laborioso metabolismo do homem com a natureza, invalidou todas as outras considerações e permaneceu como o bem supremo para a sociedade.⁶⁴ Em última análise, foi a vida da espécie que se afirmou soberana. Restou esta “força natural”, a força do próprio processo vital, cujo único objetivo é a sobrevivência da espécie animal humana e cuja máxima necessidade é “laborar”, isto é, garantir a continuidade da vida de cada um e de sua família, de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância, numa economia de desperdício na

⁶⁰ Hannah ARENDT, *A Condição Humana*, p. 157.

⁶¹ *Ibid.*, p. 321.

⁶² Cf. *Ibid.*, p. 319.

⁶³ Hannah ARENDT, O Conceito de História: Antigo e Moderno: in: _____ *Entre o Passado e o Futuro*, p. 125.

⁶⁴ *Idem*, *A Condição Humana*, p. 327.

qual todas as coisas devem ser produzidas e abandonadas quase tão rapidamente quanto surgem, a fim de que o processo não chegue a um fim repentino e catastrófico.⁶⁵ Quando todas as atividades humanas se resumem ao esforço de se manter vivo, desaparece a relação com o mundo como criação humana e a vida se transforma em objeto descartável e supérfluo.

Para Arendt, a nossa é uma sociedade de operários cujo último estágio é a sociedade de detentores de emprego. Ela requer de seus membros uma atividade puramente automática, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, abandonar sua individualidade e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e “tranqüilizada”⁶⁶, a passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu.

3.7 Os agentes da Banalidade do Mal

Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt ligou o declínio do estado-nação ao fenômeno do Imperialismo, dominante entre 1884 e 1914. O Imperialismo foi decorrência de uma inversão de valores que priorizou a economia sobre a política e correspondeu à primeira fase da “emancipação política da burguesia” ao se estender além das fronteiras nacionais. Segundo a autora, a “expansão pela expansão” deu-se “em nome de uma crescente economia que abraça o modelo da acumulação capitalista encarregada de um dinamismo infinito visando partilhar o planeta”⁶⁷. O Totalitarismo representaria a culminação de um processo que iniciou com o Imperialismo e caminhou até a dissolução das sociedades nacionais em agregados de homens supérfluos.

Foi o que aconteceu na Alemanha e na Áustria após a Primeira Guerra Mundial, quando as consequências da derrota militar foram agravadas pela inflação e pelo desemprego.⁶⁸ O dramático colapso do sistema de estratificação social e político das classes dos estados-nações européias resultou na desestruturação do sistema partidário, no caráter apolítico de suas populações e favoreceu a ascensão do nazismo. O colapso das classes transformou-as numa grande massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos, de homens insatisfeitos e desesperados que só possuíam em comum a vaga noção de que as

⁶⁵ Hannah ARENDT, *A Condição Humana*, p. 147.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 335.

⁶⁷ *Apud* Nadia SOUKU, *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, p. 50.

⁶⁸ Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p 365 et seq..

esperanças partidárias eram vãs. O homem de massa da Europa passou a se avaliar em termos de fracasso, o que lhe provocava amargura egocêntrica e lhe enfraquecia o instinto de autoconservação. A consciência da própria não importância e dispensabilidade tornaram-se um fenômeno geral, com perda do interesse em si mesmo, indiferença cínica ou enfastiada diante da morte, inclinação apaixonada por noções abstratas e desprezo geral pelas óbvias regras do bom senso.

Esse isolamento de indivíduos atomizados constitui a base para o domínio totalitário. A atomização social e a individualização extrema precederam os movimentos destas massas isoladas e carentes de relações sociais normais que emergiram dos fragmentos da sociedade. O nazismo deu a esta massa de indivíduos indefiníveis, instáveis e fúteis, um meio de se autodefinirem e se identificarem, restaurando a dignidade que antes lhes advinha da sua função na sociedade. Os nazistas recrutaram seus membros dessa massa de pessoas indiferentes, apáticas e estúpidas, “um grande corpo flácido destituído de educação política”⁶⁹. Até então, fora do sistema de partidos e rejeitadas por ele, formavam um grupo que nunca fora alcançado por nenhum dos partidos tradicionais.

Todavia, foi a ralé que se tornou a força motriz das massas durante o nazismo. A ralé, diferentemente da massa, representa os resíduos de todas as classes, é o subproduto da produção capitalista, o submundo da classe burguesa. Situa-se fora de qualquer ramificação social e representação política normal. A ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada.⁷⁰ Hitler veio da ralé. Seu antigo partido era composto quase que exclusivamente de desajustados, fracassados e aventureiros, “um exército de boêmios”⁷¹.

A Primeira Guerra Mundial impactou uma camada de soldados, o chamado “soldado da linha de frente” – e Hitler era um deles –, em grande parte proveniente da classe média e média baixa que, após o término da guerra, ressentiu-se da sua perdida oportunidade de heroísmo. Eles proporcionaram grande parte dos esquadrões de ultranacionalistas violentos

⁶⁹ Maxim GORKI *apud* Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 363.

⁷⁰ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 129

⁷¹ *Ibid.*, p. 368.

que formaram a maioria do *freikorps*⁷² alemães, quando então tiveram ampla possibilidade de liberar sua brutalidade latente.

As ideologias do fascismo, do bolchevismo e do nazismo foram formuladas na década de 1920 pela vanguarda intelectual européia. No livro *Fascismo de Esquerda*, Jonah Goldberg considera que uma coalizão de intelectuais com denominações diversas acreditou que a era da democracia liberal havia chegado ao fim e que cabia ao homem assumir a responsabilidade de refazer o mundo à sua própria imagem. “Deus estava morto, e já passava da hora do homem assumir Seu lugar.”⁷³

Esta vanguarda era afetada por histórias de fracasso na vida profissional e social, perversão e desastre na vida privada, semelhantes às dos líderes da ralé. Antes ainda que o sistema de classes entrasse em colapso, ela já se situava fora dele. Já antes da 1ª Grande Guerra proclamavam rejeitar a cultura, desejar “fazer a vida desmoronar em tempestades de aço”, e ver a ruína deste mundo de segurança, cultura e vida falsas. A destruição sem piedade e o caos assumiram para ela a dignidade de valores supremos contra o odiado mundo da falsa respeitabilidade. Eram os adoradores da guerra que exaltavam a destruição pura e simples e aspiravam serem apenas peças da grande máquina da carnificina.⁷⁴

Mórbida e niilista, a elite do pós-guerra demonstrou um doentio ódio do espírito contra si mesmo ao aceitar as idéias da ralé.⁷⁵ Desejou obliterar as diferenças individuais, perder-se a si mesma, incorporar-se a qualquer massa sem distinções nacionais. Segundo Bakunin, o desejo era: “não quero ser eu, quero ser nós”⁷⁶. A violência, o poder e a crueldade eram louvados como supremas aptidões do homem. Multiplicavam-se as demonstrações “científicas” de que a lei do universo é a luta de todos contra todos. A crueldade, o descaso pelos valores e a amoralidade geral foram promovidas à categoria de virtude revolucionária maior porque contradiziam a hipocrisia humanitária e liberal da sociedade. Pelo menos destruía a duplicidade do mundo mesquinho da burguesia. Para Hannah Arendt,

⁷² Unidades paramilitares voluntárias que formaram a vanguarda do movimento nazista. Muitos dos futuros líderes do Partido nazista serviram no *Freikorps*, tais como Ernst Röhm, Himmler e Rudolf Höss, o futuro comandante do campo de concentração de Auschwitz.

⁷³ Jonah GOLDBERG, *Fascismo de esquerda*, p. 41.

⁷⁴ Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 377-8.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 379-80.

⁷⁶ *Apud ibid.*, p. 379.

O mergulho voluntário nas forças sobre-humanas da destruição parecia salvá-los da identificação automática com as funções pré-estabelecidas da sociedade e sua completa banalidade. [...] Esses homens sentiam-se atraídos pelo pronunciado ativismo dos movimentos totalitários, pela [...] insistência no primado simultâneo da ação pura e da força irresistível da necessidade. [...] a experiência da atividade constante dentro da estrutura da fatalidade inelutável⁷⁷.

É assim que atuam as Ideologias: como núcleos de sistemas de lógica nos quais, como nos sistemas dos paranóicos, tudo se segue uma vez que se aceita a primeira premissa. A insanidade destes sistemas reside na própria lógica em que se baseiam. São irrefutáveis. Desprezam a realidade e os fatos por serem consistentes. A verdade do raciocínio lógico não precisa do eu, dos outros, nem do mundo para funcionar. O bom senso, treinado no pensamento utilitário, é impotente contra esse supersentido ideológico. É um mundo demente que funciona dentro de uma coerência. A agressividade do totalitarismo não advém do desejo do poder. Ele se expande para tornar o mundo coerente.⁷⁸

A ideologia, um fenômeno muito recente, é a lógica de uma idéia que pretende explicar o movimento da história a partir de uma única premissa⁷⁹. Apresenta-se como uma filosofia científica. Reduz as questões históricas a elementos da natureza. Esta explicação total a liberta da experiência e da realidade, insistindo numa realidade mais verdadeira que se esconde por trás das coisas perceptíveis.

Tanto Hitler quanto Stalin levavam a sério as suas ideologias com as quais os governados eram obrigados a entrar em harmonia. Hitler orgulhava-se de seu “raciocínio frio como o gelo” e Stalin de sua “impiedade da dialética”, armas com as quais as implicações ideológicas eram levadas aos extremos da coerência lógica, quais sejam: matar as “classes agonizantes” para a realização da sociedade sem classes ou matar as “raças indignas de viver” para impor a raça dominante.⁸⁰

A propaganda totalitária atua neste clima de fuga da realidade, de desprezo pelos fatos, substituindo-os por uma ficção dotada de coerência ideológica. Ao chegar ao poder, o movimento altera a realidade através da propaganda, segundo as suas afirmações

⁷⁷ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 381.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 509.

⁷⁹ Cf. *ibid.*, p. 521.

⁸⁰ Cf. *ibid.*, p. 524.

ideológicas.⁸¹ A coerência da ficção e o rigor organizacional permitiam à generalização sobreviver ao desmascaramento das mentiras.⁸²

A revolta das massas contra o “realismo” e o bom senso resultou da sua atomização, da perda do status social e das relações comunitárias em cuja estrutura o bom senso faz sentido. O propósito da propaganda é o de criar um mundo fictício à imagem da doutrina, embora com elementos de plausibilidade. O extremo de loucura artificialmente forjada, a organização de toda a textura da vida segundo uma ideologia, só pode ser atingida num mundo inteiramente totalitário.⁸³ Para as massas crédulas, isoladas do mundo real, este mundo fictício faz sentido.

Foi assim que a propaganda nazista comandada por Goebbels, atingiu as massas. Ela apregoava doutrinas vulgares que exprimiam frustração, ressentimento e ódio cego, com temas de conspirações, ocultismo, mistério e influências secretas. As mentiras eram apresentadas como fatos incontestáveis e o passado podia ser mudado à vontade. Esta forma de atuação marcou o crescente triunfo das atitudes e convicções da ralé – as mesmas da burguesia – despidas de fingimento.⁸⁴ A ralé, crédula e cínica, características que se tornaram também um fenômeno das massas, aderiu à ficção ideológica central, pois diante de um mundo incompreensível, acredita-se em tudo e em nada. Tudo é possível e nada é verdadeiro.

A propaganda de massas descobriu que seu público estava sempre disposto a acreditar no pior, por mais absurda a alegação, apoiado na convicção de que tudo é mesmo mentira e que a política, de qualquer forma, é um jogo de trapaças necessárias aos fins da política mundial.⁸⁵ Porém, a propaganda totalitária só é empregada nos estágios iniciais, pois quando o regime totalitário detém o poder absoluto, ele substitui a propaganda pela doutrinação. Quando o terror atinge a perfeição, como nos campos de concentração, a propaganda desaparece inteiramente.⁸⁶

⁸¹ Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 523.

⁸² Cf. *ibid.*, p. 408.

⁸³ *Ibid.*, p. 402.

⁸⁴ Cf. *ibid.*, p. 383.

⁸⁵ Cf. *ibid.*, p. 432.

⁸⁶ Cf. Nadia SOUKI, *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, p. 63.

3.8 Os Totalitarismos e o homem exterminável

O totalitarismo se baseia, em última análise, na convicção de que tudo é possível, e não apenas permitido. Os sistemas totalitários tendem a demonstrar que a ação pode ser baseada sobre qualquer hipótese e que no curso da ação, coerentemente guiada, a hipótese particular se tornará verdadeira, se tornará realidade factual e concreta. Por exemplo, a partir da lógica da existência de “vidas inúteis” ou de “raças indignas de viver”, torna-se consequente extinguí-las na impiedosa luta darwiniana do necessário domínio das raças superiores. A hipótese que subjaz à ação pode ser louca, mas ela sempre terminará por produzir fatos que são, então, “objetivamente” verdadeiros, jamais refutáveis. O axioma do qual partiu a dedução não precisa ser, como supunha a lógica e a metafísica tradicionais, uma verdade autoevidente e nem sequer se harmonizar com os fatos; o processo da ação, se for coerente, criará um mundo no qual as hipóteses se tornam axiomáticas e autoevidentes.⁸⁷

O desemprego e o crescimento populacional dos últimos 150 anos criaram as grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento. Somente nestas condições é que se torna viável o governo Totalitário. “Suas fábricas de extermínio, que demonstram a solução mais rápida do problema do excesso de população, das massas economicamente supérfluas e socialmente sem raízes, são ao mesmo tempo uma atração e uma advertência”⁸⁸. O silencioso consentimento às condições sem precedentes do totalitarismo resultaram daqueles eventos que num período de desintegração política tornaram centenas de milhares de seres humanos apátridas, desterrados, proscritos e indesejados, enquanto o desemprego tornava milhões de outros economicamente supérfluos e socialmente onerosos.

O objetivo do totalitarismo é a luta pelo domínio total de toda a população da terra. Ele cria um mundo fictício cujas normas impõe, na tentativa de deter a perigosa torrente da realidade. Despreza a individualidade e a nacionalidade, embora possa usá-las como pretexto na propaganda. Visa à completa abolição da liberdade e da espontaneidade e não a sua simples restrição.⁸⁹ A cada membro do movimento é exigida lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável. A obediência precisa ser absoluta e imune a qualquer tentativa de

⁸⁷ Cf. Hannah ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p. 124.

⁸⁸ Idem, *Origens do Totalitarismo*, p. 511.

⁸⁹ Cf. *ibid.*, p. 455.

compreender o que se faz.⁹⁰ Hitler considerava que a grandeza do movimento consistia nos homens parecerem quase uma só unidade.⁹¹ Dizia: “esses homens são uniformes não apenas nas idéias, mas até a expressão facial é quase a mesma. Vejam esses olhos sorridentes, esse entusiasmo fanático, e ficarão sabendo [...] como 100 mil homens num movimento podem tornar-se um só”⁹².

O Terror é a essência do domínio totalitário. Tem como objetivo tornar possível, à força da natureza ou da história, propagar-se sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea, “estabilizar” os homens para liberar tais forças. “Culpado” é quem estorva o caminho do processo natural ou histórico que já emitiu seu julgamento quanto às “raças inferiores”, quanto a quem é “indigno de viver” e quanto às “classes agonizantes e os povos decadentes”. Todos são subjetivamente inocentes: os assassinados e também os assassinos, que somente executaram a sentença de morte pronunciada por um tribunal superior.

Depois de exterminar os reais inimigos ideológicos, o terror se torna o verdadeiro conteúdo dos regimes totalitários. Novos inimigos são apontados segundo as circunstâncias. Assim que uma categoria é liquidada, declara-se guerra a outra. Os nazistas pretendiam que os próximos a serem exterminados, depois dos judeus, seriam os poloneses. A Polícia totalitária é totalmente sujeita ao desejo do Líder, o único a decidir quem será o próximo inimigo. Seu dever é estar disponível quando o governo decide aprisionar ou liquidar certa categoria da população. Já não interessa saber o que se passa na cabeça das futuras vítimas. Todo crime que o governante possa conceber como viável deve ser punido.⁹³

No último estágio do Terror, as vítimas são escolhidas ao acaso. Os indesejáveis desaparecem da face da Terra e os vestígios desaparecem junto, dentro de “poços de esquecimento”, como se o condenado jamais tivesse existido. O maior crime consistia em falar acerca destes “segredos”: campos de concentração, desaparecimento de pessoas, prisão de inocentes. Este conhecimento, nunca comunicado, assume, com isso, a natureza de um pesadelo. Somente a elite pode se comunicar entre si sobre o que constitui a realidade.

O totalitarismo visa criar um estado de instabilidade permanente, uma vez que a estabilização das leis e instituições liquidaria o movimento e a futura conquista do mundo. É

⁹⁰ Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 373.

⁹¹ Cf. *ibid.*, p. 468.

⁹² *Ibid.*, p. 468.

⁹³ Cf. *ibid.*, p. 472 et seq.

necessário evitar a normalização, pois ele perderia sua qualidade de “total” e ficaria sujeito às normas das nações: a contingência e a lei da pluralidade dos homens.⁹⁴

O Governo totalitário é amorfo. O amorfismo é o instrumento para efetivar o princípio de liderança. Não há hierarquia no Estado totalitário, não há níveis intermediários definidos. Somente poucos iniciados conhecem a relação exata entre as autoridades. Cada cidadão fica diretamente confrontado com o desejo do Líder de quem emana toda a autoridade e todo o monopólio do poder. A dependência é direta. Por exemplo: todos os juramentos, no partido e nas formações de elite, eram feitos invocando pessoalmente Hitler.⁹⁵ Os programas partidários originais deveriam ser abolidos e a doutrina esvaziada de todo conteúdo. Hitler dizia: “quando tomarmos o governo, o programa virá por si mesmo”⁹⁶.

Neste regime não há estrutura legal ou governamental. Nunca se sabe a quem obedecer e a quem ignorar. Durante o período nazista, emitiam-se ordens vagas e contraditórias na expectativa de que quem as recebesse percebesse a intenção de quem ordenava e agisse de acordo. Hitler nunca reconheceu o programa do partido nazista. A lei suprema não era a ordem, mas o desejo do Führer. O centro do poder é transferido continuamente e nem os membros dos círculos governantes ficam seguros quanto à sua posição na hierarquia secreta do poder. Sempre que se torna pública, a autoridade é repudiada. Criam-se, então, novas instâncias de governo em relação às quais a anterior vira governo fantasma. Nenhum órgão é abolido quando a sua autoridade é liquidada. A estrutura política do país mantém-se à prova de choque exatamente por ser amorfa. A multiplicação de cargos destrói todo o senso de responsabilidade e competência, embora implicando um aumento oneroso e improdutivo da administração. O fanatismo dos altos escalões da elite faz desaparecer todo real interesse em tarefas específicas.⁹⁷ Saía “mais barato apoderar-se da riqueza e dos recursos de outras nações”⁹⁸.

⁹⁴ Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 448.

⁹⁵ Cf. *ibid.*, p. 454.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 374.

⁹⁷ Cf. *ibid.*, p. 449 et seq.

⁹⁸ Para o historiador Götz ALY, em seu livro *Hitlers Volksstaat apud* Marcos GUTERMAN, no artigo “Totalitarismo de Resultado”, a maioria dos alemães foi conivente com o nazismo por ter sido implementado um “Estado de Bem-Estar Social” nazista, uma extraordinária malha de proteção social formada com os bens pilhados dos judeus e das nações invadidas e com o uso da mão-de-obra escrava nos campos de concentração. Havia prosperidade sem necessidade de trabalho e aos alemães não interessava saber de onde vinha nem de que maneira era obtida a riqueza que sustentava o seu bem-estar.

Os nazistas não tinham respeito sequer pelas próprias leis. Coexistiam em paralelo o governo verdadeiro e o governo ostensivo, com a correspondente multiplicação dos órgãos da máquina administrativa. Segundo o Juiz Robert H. Jackson, “a forma da República Alemã foi mantida durante certo tempo e constituía o governo externo e visível. Mas a verdadeira autoridade estatal estava fora e acima da lei e repousava no Corpo de Liderança do Partido Nazista”⁹⁹. Também na URSS havia o governo fantasma dos soviets e o governo de fato do partido bolchevista. O poder verdadeiro encontrava-se nas instituições do movimento e não na estrutura do Estado e do Exército. E o núcleo real de poder era a polícia secreta. O Estado representa a mera fachada externa do país perante o mundo não-Totalitário.

O projeto nazista visava conquistar o mundo, deportar os racialmente estrangeiros e exterminar todos que tivessem herança biológica “inferior”. Hitler considerava a carnificina da guerra uma excelente oportunidade para dar início a um programa de assassinatos medido em termos de milênios. O domínio total nazista projetava para o futuro o extermínio dos poloneses, dos ucranianos, de 170 milhões de russos, da *intelligentsia* da Europa ocidental, da população da Alsácia e Lorena e dos alemães não enquadrados na projetada lei de saúde pública do Reich. A própria Alemanha era somente a sede temporária do movimento internacional a caminho da conquista do mundo. O grandioso projeto final considerava que os arianos deveriam habitar toda a terra e exterminar ou escravizar as raças inferiores.¹⁰⁰

Este “caminho da loucura” se legitimava em concepções “científicas” eugênicas derivadas da formulação darwinista da lei de sobrevivência do mais apto e do papel decisivo do conceito de evolução.¹⁰¹ O século XIX recusou-se encarar qualquer coisa assim “como é”, mas como estágio de um desenvolvimento ulterior. Os Totalitarismos trataram de converter em realidade a pretensa lei científica do movimento da história ou da natureza e cabia aos governantes serem apenas os executores das leis históricas ou naturais, realizando um projeto de “fabricação de humanidade” que elimina os indivíduos pelo bem da espécie e sacrifica as “partes” em benefício do “todo”.

Os nazistas não achavam que os alemães fossem uma raça superior à qual pertenciam, mas que deveriam ser comandados, como todas as outras nações, por uma raça superior que

⁹⁹ Apud Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 444.

¹⁰⁰ Cf. *ibid.*, p. 461.

¹⁰¹ Cf. *ibid.*, p. 516.

somente agora estava nascendo¹⁰². A aurora desta nova raça era a SS. A tarefa da SS seria formar, através “da mais copiosa reprodução”, um “estrato racial”, que em 20 ou 30 anos apresentaria “a toda a Europa a sua nova classe dirigente”¹⁰³. Por isso Hitler se apresentava como o líder do povo alemão e não como chefe de Estado e por isso proibia o uso da expressão “raça alemã” porque ela tenderia a sacrificar a idéia racial em favor de um simples princípio de nacionalidade¹⁰⁴. Dizia: “somente raças podem funcionar como conquistadores do mundo. Mas uma raça é algo que ainda temos de nos tornar”¹⁰⁵. “O Império mundial ariano” só viria dali a séculos. Segundo Himmler, devemos “subordinar o ideal nacional ao ideal maior, racial e histórico, do Reich Alemão”¹⁰⁶. Mais importante era fabricar uma raça do que ganhar uma guerra com objetivos limitados. Eles desprezavam os interesses limitados e locais em favor de um futuro distante e indefinido onde as vitórias e derrotas seriam computadas em termos de séculos ou milênios e as questões ideológicas em termos de décadas e de séculos.

A Ideologia e a Propaganda alimentaram os mundos fictícios dos Totalitarismos. De acordo com Dulce Critelli:

nestes sistemas, o Mal deixa de ser Mal e passa a ser um gesto natural para a realização do que está inscrito na lei. O Mal neles se esvaziou da realidade. É um Mal que todo mundo faz sem saber que é Mal. O Totalitarismo transformou o Mal em condição do progresso da Natureza na sua pretensão de transformar a espécie humana. Esta forma de Mal representa uma ruptura com a tradição. Ele é a experiência dos regimes totalitários.¹⁰⁷

Nestes sistemas, o conteúdo tradicional do mal mudou. É agora um mal movido por ideologias apresentadas como inevitáveis, portanto disfarçadas de bem, correspondendo a dois determinismos: num caso, o determinismo biológico de predomínio de uma raça superior sobre raças inferiores destinadas à extinção e, no caso do totalitarismo stalinista, a determinação de cumprir a lei que move a história: a luta de classes.

O extremo da superfluidade humana, apoiada numa lei de um determinismo inexorável, conduz ao Extermínio. Passa a não constituir mais uma escolha responsável de

¹⁰² Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 461.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 462.

¹⁰⁴ *Apud ibid.*, p. 462.

¹⁰⁵ *Apud ibid.*, p. 462.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 462.

¹⁰⁷ Dulce CRITELLI, notas de aula no curso: *Hannah Arendt: “A vida do Espírito” (O pensar)*, 2010.

homens autônomos e, por isso, os assassinos não se sentiam culpados, ou, nas palavras de Eichmann, declaravam-se “inocentes no sentido da acusação”. Eles não se consideravam assassinos, mas agentes cumpridores de uma lei maior, e faziam aquilo que *tinha* que ser feito, sem tormentos de consciência. As massas, que haviam perdido o seu lugar no mundo, agora se reintegravam nas forças eternas e todo-poderosas segundo o veredicto da genética ou da História.¹⁰⁸

A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade. Ele jamais pode admitir que errou. É dele a interpretação correta das forças históricas ou naturais que em longo prazo tendem a prevalecer. O primeiro juramento dos membros do Partido dizia: “O Führer sempre tem razão”¹⁰⁹. Uma vez no poder, os líderes da massa tratam de fazer com que as suas predições se tornem verdadeiras, e por isso, é comum os ditadores totalitários anunciarem as suas intenções políticas sob a forma de profecias.

A lógica do totalitarismo apaga a distinção entre o fato bruto e a ficção, o verdadeiro e o falso. Ao matar os fracos, cuja tendência é naturalmente morrer, simplesmente obedecemos às ordens da natureza, que “se alinha com os fortes, os bons e os vencedores”. Diz Himmler: “Vocês podem achar isto cruel, mas a natureza é cruel”. Este é, portanto, o “veredicto da realidade”. Não é mais o poder do homem quem determina, mas a “crença religiosa” na eternidade do poder da História ou da Natureza.

Era dessa atmosfera geral de “cientificidade”, ao lado de uma tecnologia moderna e eficiente, que os nazistas precisavam para suas fábricas de morte. O assassinato sistemático em massa é a verdadeira consequência de todas as teorias raciais e outras ideologias modernas.¹¹⁰

Os regimes totalitários estão dispostos a sacrificar os interesses vitais e imediatos de todos à execução de uma forma superior de legitimidade, que, ao se inspirar nas próprias fontes, dispensa legalidades menores. Pretendem estabelecer diretamente o reino da justiça na terra ao executar estas leis. A própria humanidade é seu produto final. Por trás da pretensão de governo global, é essa a esperança acalentada por todos os totalitarismos: tornar a espécie humana portadora de uma lei à qual ela somente passiva e relutantemente se submeteria.¹¹¹

¹⁰⁸ Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 400.

¹⁰⁹ Cf. *ibid.*, p. 398.

¹¹⁰ Idem, *Culpa organizada*, in: _____ *Compreender*, p. 155.

¹¹¹ Cf. idem, *Origens do Totalitarismo*, p. 514.

Neles, o terror total toma o lugar das leis positivas que garantem a preexistência de um mundo comum, de uma continuidade que transcende a duração individual de cada geração, que absorvem todas as novas origens e delas se alimentam.

3.9 Ruptura

Arendt inicia seu livro *Entre o Passado e o Futuro* citando René Char quando este fala de uma herança que nos foi deixada sem nenhum testamento. Um testamento lega posses do passado para um futuro. Sem testamento, ou seja, sem tradição que transmita e preserve onde se encontram os tesouros e qual o seu valor, não há continuidade consciente no tempo.

A ruptura traduziu-se no campo intelectual pelo esfacelamento da tradição, que Arendt chamou de perda da sabedoria, ou, na expressão de Tocqueville: “Desde que o passado deixou de lançar sua luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas”¹¹². Estas trevas, ou seja, a “dificuldade de discernir no contexto as classes de perguntas que devem ser feitas”¹¹³, significam a “lacuna entre o passado e o futuro [que marca] a crise profunda do mundo contemporâneo – e se traduz no campo intelectual pelo esfacelamento da tradição”¹¹⁴, como diz Celso Lafer. Para Arendt, o fenômeno totalitário é inédito e possui uma *natureza* própria. A ruptura e o esfacelamento da tradição, que são agora fatos acabados, deram-se a partir da dominação totalitária que quebrou a continuidade da História Ocidental.

[Ela] assinala a divisão entre a época moderna – que surge com as Ciências Naturais no século XVII, atinge seu clímax político nas revoluções do século XVIII e desenrola suas implicações gerais após a Revolução Industrial do XIX – e o mundo do século XX, que veio à existência através da cadeia de catástrofes deflagrada pela Primeira Guerra Mundial.¹¹⁵

3.10 O Horror inexprimível

Auschwitz causou tal perplexidade que as exclamações que Arendt usou em *Origens do Totalitarismo* e em outros de seus escritos, para descrever este mal absoluto, refletem um choque que impede as palavras: “o mal real é o que nos causa o horror inexprimível, quando só o que podemos dizer é: isso nunca deveria ter acontecido”. Ou, “o próprio horror na sua

¹¹² Alexis de TOCQUEVILLE *apud* Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro*, p. 32.

¹¹³ Karl DEUTSCH *apud* Celso Lafer, Introdução, in: Hannah ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p. 11.

¹¹⁴ Introdução, in: Hannah ARENDT, *Entre o Passado e o Futuro*, p. 10.

¹¹⁵ Hannah ARENDT, A tradição e a época moderna, in: _____ *Entre o Passado e o Futuro*, p. 54.

nua monstruosidade” e, ainda, “a perversidade disforme [... que] está *além da capacidade de compreensão humana*”¹¹⁶.

Anos depois, ela acrescentou à sua muda perplexidade a expressão “Banalidade do Mal” – uma expressão paradoxal diante de um mal de proporções inéditas, plena de assustadores presságios na compreensão do mundo atual e de suas latentes possibilidades.

Julgo que o fato de que não se tinha, e não se tem ainda, como dimensionar tamanho horror é que foi violado um princípio absoluto, até então intocável na civilização ocidental, que envolve o estatuto da sacralidade do homem, feito à imagem e semelhança de Deus. Com a morte de Deus na modernidade, morreu igualmente este Deus dentro do homem que, a partir de então, tornou-se supérfluo, pura coisa, puro barro, destituído de seu sopro divino e, como tal, moldável ou descartável.

O “horror inexprimível” é diverso das “experiências não horrendas, mas freqüentemente repulsivas, em que a conduta das pessoas está sujeita ao julgamento normal e em que surge a questão da moral e da ética”¹¹⁷. Este *mal real*, extremo, inexprimível, superlativo, que busca destruir a própria essência do humano, é aquele que ocorre quando “tudo é possível”, epígrafe que Arendt utilizou na abertura de *Origens do Totalitarismo*, que foi retirada do livro *L'Univers concentrationnaire*, de 1946, escrito por David Rousset, um sobrevivente do campo de Buchenwald.

Na descrição do inferno totalitário, reconhecemos esta radicalidade, esta sensação de haver sido ultrapassada alguma coisa até então interdita.

Por último, as fábricas de morte – e todos morreram juntos, novos e velhos, fracos e fortes, doentes e sadios; não como pessoas, não como homens e mulheres, crianças e adultos, meninos e meninas, bons e maus, bonitos e feios – mas reduzidos ao mínimo denominador comum da simples vida biológica, mergulhados no mais negro e fundo abismo da igualdade primal, como gado, como matéria, como coisas sem corpo nem alma, nem mesmo uma fisionomia em que a morte pudesse imprimir o seu selo.¹¹⁸

O Inferno que os nazistas aperfeiçoaram foi o lugar onde toda a vida era organizada, completa e sistematicamente de modo a causar o maior tormento possível. Uma crueldade tão

¹¹⁶ Hannah ARENDT, A imagem do Inferno, in: _____ *Compreender*, p 227.

¹¹⁷ Idem, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 120.

¹¹⁸ Idem, *Origens do Totalitarismo*, p. 497.

incrível leva à aceitação do extermínio como solução normal. Aí reinava o mundo das fantasias malignas e perversas, do jogo cruel ou do sonho absurdo.

O verdadeiro horror, porém, começou quando a SS tomou a seu cargo a administração dos campos. A antiga bestialidade espontânea cedeu lugar à destruição absolutamente fria e sistemática de corpos humanos, calculada para aniquilar a dignidade humana. Os campos [...] agora eram “campos de treinamento, onde homens perfeitamente normais eram treinados para tornarem-se perfeitos membros da SS.”¹¹⁹

Os métodos totalitários de dominação basearam-se inicialmente no princípio niilista de que “tudo é permitido”. Estes métodos ainda tinham relação com motivos utilitários e de interesse dos governantes. Mas as novas formas de domínio totalitário transcenderam esse princípio e passaram a atuar na esfera, até então desconhecida, de que “tudo é possível” – o que o bom senso e as “pessoas normais se recusam a crer, porque ultrapassa nosso poder de compreensão. A tal ponto, que sequer podemos classificar estes atos como criminosos. Por que no fundo, qual o significado do conceito de homicídio quando nos defrontamos com a produção de cadáveres em massa?”¹²⁰, indaga-se Arendt. Não existe castigo proporcional a tais crimes.

Igualmente disforme e além do alcance da justiça humana, está a inocência dos que morreram nessa igualdade. Ninguém jamais mereceria a câmara de gás e, diante dela, o pior criminoso seria tão inocente quanto um recém-nascido. [...] Culpa e inocência já não eram mais produtos da conduta humana; [...] nenhum crime humano possível mereceria tal castigo, nenhum pecado imaginável mereceria esse inferno em que santos e pecadores foram igualmente degradados.¹²¹

Segundo Susan Neiman, em seu livro *O Mal no Pensamento Moderno*, o ano de 1945 marcou uma cisão na compreensão do Mal. Ele inicialmente foi identificado com o nome de Hiroshima e sinalizou a possibilidade de aniquilação total da vida, tornando incerta a própria sobrevivência da humanidade. Compreendeu-se depois que Auschwitz era ainda mais poderoso como emblema de uma nova e desconhecida forma de mal que havia surgido.¹²²

Para as formas de mal do século XX, a consciência moderna não encontra respostas. A Primeira Guerra Mundial já havia parecido “trágica demais para qualquer palavra”¹²³. Porém,

¹¹⁹ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 505.

¹²⁰ Idem, A imagem do Inferno, in: _____ *Compreender*, p. 227.

¹²¹ *Ibid.*, p. 227.

¹²² Cf. Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p. 292.

¹²³ Henry JAMES *apud* Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p. 276.

ela nos parece hoje inteligível, “o fruto letal de um imperialismo antiquado e do início da tecnologia moderna. De nossa posição atual, ela permanece dentro dos limites externos do normal”¹²⁴. Auschwitz, não. “Auschwitz é indescritível. O impossível tornava-se verdade.”¹²⁵ No caso do mal contemporâneo pós Auschwitz, a maioria dos pensadores concorda que nos faltam recursos conceituais para fazer mais do que testemunhar.

Neiman considera Arendt fundamental para revelar o que torna Auschwitz emblemático do mal contemporâneo, ao mostrar que mesmo crimes imensos são cometidos por pessoas banais. No mal contemporâneo, as intenções dos indivíduos raramente correspondem à magnitude do mal que eles são capazes de causar, o que nos obriga a tentar entender o Mal de forma nova.

No caso do indivíduo que cometeu o mal, fica em questão a ausência freqüente de malícia e premeditação. “Aqueles que realizavam o trabalho cotidiano nos campos da morte criavam um abismo entre si mesmos e o resto da humanidade. O problema... não é que os assassinos nazistas fossem particularmente brutais ou desprovidos de coração – mas justamente que, de modo geral, não o fossem.”¹²⁶ Havia, sem dúvida, sádicos, pervertidos e antissemitas entre os assassinos, mas a SS procurava evitar usar para o extermínio aqueles movidos pela crueldade ou que tivessem um óbvio prazer com o assassinato. A maior parte do “trabalho” precisava ser feita de forma rotineira. O indivíduo propriamente parecia ausente do Mal que cometia. Auschwitz personificou um mal que invalidou dois séculos de pressupostos modernos sobre a intenção que leva em conta o fator subjetivo no crime. “Em todos os níveis, os nazistas produziram mais mal, e com menos malícia, do que a civilização jamais conhecera antes”¹²⁷, e é isto que é o mais perturbador. “O horror extremo [...] é gerado por aquela imensa máquina de assassinato administrativo em massa, a cujo serviço não só milhares de pessoas, nem mesmo muitos milhares de assassinos seletos, mas um povo inteiro pôde ser e foi empregado.”¹²⁸

Em *Origens do Totalitarismo*, Arendt reconheceu no nazismo e no stalinismo formas inéditas do Mal, sem precedentes na história do pensamento tradicional. Para qualificá-lo, utilizou, a partir de Kant, o termo Mal Radical, porém ao descrever o extermínio, o terror e a

¹²⁴ Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p.276.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 277.

¹²⁶ *Ibid.*, p.277 e 288.

¹²⁷ Hannah ARENDT, *Culpa organizada*, in: _____ *Compreender*, p. 154.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 154.

violência dentro dos Totalitarismos, ampliou a definição kantiana, incluindo nela “uma nova espécie do agir humano [...], um mal absoluto que não pode ser atribuído a motivos humanamente compreensíveis”¹²⁹.

Com os campos de concentração, a infâmia atingiu todos os homens. O poder do homem é maior atualmente do que jamais se ousou pensar. Podemos realizar nossas fantasias infernais, algo que está além da linguagem humana. O mal absoluto, impunível e imperdoável, surgiu em relação a um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos. Hoje, com o aumento universal das populações e dos desterrados, grandes massas de pessoas constantemente se tornam supérfluas. A tentativa totalitária de tornar supérfluos os homens reflete a sensação de superfluidade das massas modernas numa terra super povoada.

As instituições totalitárias corresponderam aos sonhos das novas massas desarraigadas. Quantos que expostos a constante ameaça de desemprego aceitarão uma “política populacional” de eliminação regular do excesso de pessoas? Quantos diante da crescente incapacidade de suportar a carga da vida moderna se conformarão a um sistema que, junto com a espontaneidade, elimina a responsabilidade? Não sabemos quão bem ou até onde isto corresponde aos desejos e cumplicidade secretos das massas do nosso tempo.

Arendt considerou os Campos de Concentração e de Extermínio os laboratórios onde foi experimentado o Domínio Total sobre o homem e onde as mudanças na natureza humana foram testadas. Em condições cientificamente controladas, os Campos realizaram a experiência de eliminação da espontaneidade e a transformação da personalidade humana numa simples coisa, num feixe de reações substituível por outro de igual comportamento.¹³⁰

Os homens são preparados para uma sociedade de campos de concentração através de preparação de cadáveres vivos. Chegamos a isto através daquela cadeia de eventos que, “num período de desintegração política, súbita e inesperadamente tornaram centenas de milhares de seres humanos apátridas, desterrados, proscritos e indesejados, enquanto o desemprego tornava milhões de outros economicamente supérfluos e socialmente onerosos”.¹³¹

Na esfera totalitária do “tudo é possível” tentamos classificar como criminosos atos que esta categoria jamais poderia incluir: a transformação de homens em “animais que não se

¹²⁹ Nadia SOUKI, *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, p. 33.

¹³⁰ Cf. Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 489.

¹³¹ *Ibid.*, p.498.

queixam”, a destruição da psique humana, que resulta na fabricação de homens inanimados. Primo Levi, sobrevivente de Auschwitz, descreve-os em seu livro *É isto um homem?*:

Estamos transformados em fantasmas, como os que vimos ontem à noite. Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. Roubaram também o nosso nome, e, se quisermos mantê-lo, deveremos encontrar dentro de nós a força para tanto, para que, além do nome, sobre alguma coisa de nós, do que éramos.¹³²

O poder total só pode ser conseguido e conservado num mundo de reflexos condicionados, de marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade. Por isso, neste mundo, a individualidade, ou qualquer outra coisa que distinga um homem do outro, é intolerável. Primo Levi explica como são estes marionetes, produzidos pelos “laboratórios” dos Campos:

A sua vida é curta, mas seu número é imenso; são eles os muçulmanos¹³³, os submersos, são eles a força do Campo: a multidão anônima, continuamente renovada e sempre igual dos não-homens que marcham e se esforçam em silêncio; já se apagou neles a centelha divina, já estão tão vazios, que nem podem realmente sofrer. Hesita-se em chamá-los vivos; hesita-se em chamar “morte” a sua morte, que eles já nem temem, porque estão esgotados demais para poder compreendê-la.¹³⁴

As implicações desse mundo irreal e de suas normas é que a fé na onipotência e a convicção de que tudo pode ser feito levou-os a experiências que a atividade humana nunca havia realizado, conduzindo-os a abomináveis descobertas no reino do possível, inspiradas por um cientificismo ideológico.¹³⁵ Somente nos Campos essa experiência, que depende do isolamento do mundo de todos os homens, é exequível.¹³⁶ Os homens aí já não existem, são remessas humanas, material humano supérfluo.

¹³² Primo LEVI, *É Isto um Homem?*, p. 91.

¹³³ Os próprios prisioneiros dos campos davam este nome àqueles cuja força de vontade havia sido tão completamente destruída, que mesmo antes de morrer, era como se já não habitassem mais entre os vivos. Os *Musselmänner* ou muçulmanos eram reconhecidos como sombras, que murmuravam sons incompreensíveis, como que numa língua estrangeira.

¹³⁴ Primo LEVI, *É Isto um Homem?*, p. 91.

¹³⁵ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p. 487.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 496.

Um abismo separa o mundo dos vivos do mundo dos mortos-vivos. Esse isolamento explica a peculiar irrealidade e incredibilidade que caracterizam todos os relatos dos sobreviventes e a dúvida quanto à realidade das próprias experiências dos que aí passaram. Os nazistas organizaram seus crimes da maneira mais vasta e inverossímil, pois sabiam que a sua própria imensidade garantia que os assassinos, que proclamam a sua inocência com mentiras, sejam mais facilmente acreditados do que as suas vítimas que dizem a verdade. Hitler dizia abertamente que “a mentira, para ser bem sucedida, deve ser enorme – o que não impediu que as pessoas acreditassem nele”¹³⁷. Eles sabiam que uma parede de incredulidade protegia o que faziam. Os homens normais, por uma repugnância do bom senso, não sabem que tudo é possível e se recusam a crer em seus próprios olhos e ouvidos. Fogem da realidade ante a verdadeira loucura, tanto quanto as massas fogem diante do mundo normal.

O Estado Totalitário têm como propósito manter um povo inteiro na escravidão e na submissão. Ele exige poder ilimitado e, por isso, persegue a individualidade, a espontaneidade e a imprevisibilidade. O Domínio Total procura anular a infinita pluralidade e diferenciação dos homens, como se toda a humanidade consistisse apenas num único indivíduo. Só é possível quando toda pessoa é reduzida à mesma identidade de reações.¹³⁸ Busca fabricar uma espécie humana assemelhada a outras espécies animais, cuja única liberdade consiste em “preservar a espécie”. Os meios para atingir estes fins são a doutrinação ideológica e o terror absoluto. O resultado final almejado é fabricar uma sociedade de Campos de Concentração.¹³⁹

3.11 Banalidade do Mal

O Totalitarismo foi um fenômeno sem precedentes e exigiu, para ser pensado, que se inaugurassem novos conceitos.¹⁴⁰ O conceito de Banalidade do Mal poderia ser uma chave que permitiria pensá-lo. Susan Neiman considerou que ao chamar este mal tão terrível de banal, Arendt estava, na verdade, fazendo retórica moral, como uma maneira de desarmar o poder que torna atraente o fruto proibido.¹⁴¹

¹³⁷ Hannah ARENDT, *Origens do Totalitarismo*, p.490

¹³⁸ Cf. *Ibid.*, p. 492.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 488.

¹⁴⁰ Cf. Nadia SOUKI, *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*, p. 46.

¹⁴¹ Cf. Susan Neimann, *O Mal no Pensamento Moderno*, p. 331.

A indiferença e a recusa a julgar são o maior perigo dos termos modernos. Daí surgem os obstáculos que os poderes humanos não podem resolver porque não foram causados por motivos humanos ou humanamente compreensíveis.¹⁴² A Banalidade do Mal, um Mal “previamente desconhecido por nós”, refere-se, de acordo com a definição de Hannah Arendt, como vimos anteriormente, a um mal sem raízes, que é como um fungo na superfície: “essa é a sua banalidade. Apenas o Bem tem profundidade e pode ser radical”.

No caso de Eichmann, Arendt observou a impossibilidade de remontar o Mal incontestável de seus atos a qualquer nível mais profundo. O agente da Banalidade do Mal, no que se refere ao indivíduo, pareceria ser alguém que não pensa. Não possui autonomia. Abdicou dela e de seu julgamento moral e anulou-se como pessoa. Nele, o Mal como o compreendemos, perdeu a sua maldade. Ele realiza a atitude burocrática e corriqueira da simples e irrestrita obediência, motivado pelas pequenas ambições, pelo oportunismo e pela indiferença moral. Como é possível realizar a justiça diante de alguém que alega somente haver obedecido a ordens? Somente ter cumprido bem o seu dever? Ainda que este fosse conduzir com eficiência milhões de pessoas à morte? “A triste verdade é que a maior parte do mal é feita por pessoas que nunca decidiram ser boas ou más.”¹⁴³ Se o mal está ligado à capacidade de pensar, estará ligado também à capacidade de lembrar e de arrepender-se. Se me recuso a lembrar, estou pronta a fazer qualquer coisa.

Mas tenho certeza de que os maiores males que conhecemos não se devem àqueles que têm de confrontar-se consigo mesmo de novo, e cuja maldição é não poder esquecer. Os maiores malfeitores são aqueles que não se lembram porque nunca pensaram na questão; e sem lembrança, nada consegue detê-los. Para os seres humanos, pensar no passado significa mover-se na dimensão da profundidade, criando raízes e assim estabilizar-se para não ser varrido pelo que possa ocorrer – o *Zeitgeist*, a História ou a simples tentação.¹⁴⁴

A expressão “Banalidade do Mal” parece ter o poder de denominar uma nova forma de mal, de grande abrangência, até então não claramente exposto e delimitado, e que neste momento de ruptura com a tradição, representada pelo Totalitarismo e trazido à luz na Modernidade, pode ser apreendido e formulado. A ruptura fez com que emergissem e se tornassem visíveis potencialidades até então virtuais na sociedade.

¹⁴² Hannah ARENDT, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 212.

¹⁴³ Idem, Pensamentos e Considerações Morais, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 247.

¹⁴⁴ Idem, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 159-60.

A partir do julgamento de Eichmann, Arendt desenvolveu a ideia de uma nova forma do Mal. A Banalidade do Mal significa ausência de raízes e de pensamento. “O maior mal não é radical, não possui raízes e, por não ter raízes, não tem limitações, pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo todo”¹⁴⁵. O nazismo era constituído de homens banais. Veja-se a descrição que Arendt dá, por exemplo, de Himmler:

Himmler era “mais normal”, isto é, mais filisteu do que qualquer outro dos primeiros líderes do movimento nazista. [...] Demonstrou sua suprema capacidade de organizar as massas sob o domínio total, partindo do pressuposto de que a maioria dos homens não são boêmios, fanáticos, aventureiros, maníacos sexuais, loucos nem fracassados, mas, acima e antes de tudo, empregados eficazes e bons chefes de família.¹⁴⁶

Foi esse devotado pai de família, preocupado principalmente com sua segurança, que se transformou, sob a pressão das condições econômicas caóticas de nossos tempos, num aventureiro involuntário que, apesar de todo seu cuidado [...] nunca pode ter certeza do que lhe trará o dia seguinte. [...] esse tipo de homem, para defender sua aposentadoria, o seguro de vida, a segurança da esposa e dos filhos, se disporia a sacrificar suas convicções, sua honra e sua dignidade humana.¹⁴⁷

Arendt considera que a única possibilidade do mal ilimitado e extremo ocorrer é quando não existem as raízes cultivadas a partir do eu que automaticamente limitam as possibilidades, ou seja, “quando os homens apenas deslizam sobre a superfície dos acontecimentos, quando se deixam levar adiante sem jamais penetrarem em qualquer profundidade de que possam ser capazes”¹⁴⁸.

Ter raízes traz as necessárias limitações. Significa desdobrar-se em outros planos, tornar-se dois-em-um, ampliar-se, multiplicar as perspectivas de visão da realidade, alimentar-se de tradições e sabedorias acumuladas, não acompanhar o delírio de qualquer agitador em tempos de crise, tornar complexo o que parece totalmente explicado numa visão redutora que achata a realidade numa única e fácil explicação. E só podemos “deitar raízes” quando pensamos e lembramos. Diz Arendt:

Pensar e lembrar são os modos humanos de deitar raízes, de cada um tomar o seu lugar no mundo a que todos chegamos como estranhos. O que em geral chamamos de pessoa

¹⁴⁵ Hannah ARENDT, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 160.

¹⁴⁶ Idem, *Origens do Totalitarismo*, p. 388.

¹⁴⁷ Idem, Culpa organizada e Responsabilidade Universal, in: _____ *Compreender*, p. 157.

¹⁴⁸ Idem, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 166.

ou uma personalidade, distinta de um mero ser humano ou de um ninguém, nasce realmente deste processo do pensamento que deita raízes.¹⁴⁹

Ser uma pessoa é distinto de ser meramente humano. Falar em personalidade moral é quase uma redundância. Continuo a ser uma pessoa na medida em que sou capaz dessa constituição repetidas vezes. Isto é o que chamamos de personalidade, o que não tem nada a ver com talento e inteligência, mas é o resultado, quase automático, do pleno exercício da capacidade de pensar. No processo de pensamento realizo a diferença especificamente humana da fala e me constituo de modo explícito como uma pessoa.¹⁵⁰ Como disse Nicolau de Cusa, “a base de toda conduta é que escolho ser eu mesmo”¹⁵¹. Pensar significa examinar e questionar, e sempre implica aquela destruição de ídolos de que Nietzsche tanto gostava.¹⁵²

Para Kant, a mentalidade alargada designa a aptidão da razão de se transportar em pensamento para outros pontos de vista. A maior liberdade do homem se expressa na capacidade de pensar, de se alargar em todos os aspectos. A razão tem a capacidade de transcender a realidade e postular outras possibilidades que não o fenómeno diante de si e seria esta a alternativa para a Banalidade do Mal.

Hannah Arendt inquiriu pelo ser humano que consente em ser usado como agente do Mal. E fez questão de ver pessoalmente Eichmann, na busca de entender quem foi este indivíduo, em que contexto atuou, como eram os seus iguais, o que o moveu na consecução do impensável, qual foi o seu crime e qual a sua responsabilidade. E, ainda, como e em que bases julgá-lo e quais alternativas ele teria para agir de forma diferente da que agiu. Este será o percurso do próximo capítulo.

¹⁴⁹ Hannah ARENDT, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 166.

¹⁵⁰ Cf. *ibid.*, p. 160.

¹⁵¹ *Apud ibid.*, p. 167.

¹⁵² Cf. *ibid.*, p. 168.

CAPÍTULO 4

Eichmann: um agente da Banalidade do Mal

Ao saber da prisão e do próximo julgamento de Adolf Eichmann, um nazista foragido na Argentina e elemento chave na organização do Holocausto, Hannah Arendt pediu para a revista *New Yorker* que a enviasse como correspondente para Israel, movida por uma premência que até para si mesma era inexplicável. Numa carta dirigida ao *Vassar College*, justificou a razão de suspender uma palestra já agendada com esta instituição: “assistir a este julgamento é, de certa maneira, eu sinto, uma obrigação que eu devo ao meu próprio passado”¹.

Ela viu no julgamento de Eichmann uma oportunidade de aprofundar reflexões quanto a questões morais que dizem respeito à conduta e ao comportamento individuais. Pierre Bouretz, na introdução à tradução francesa de *Eichmann em Jerusalém*, escreveu que Arendt teria ido buscar “compreender no âmbito mais baixo dos comportamentos humanos o que havia abordado por cima, numa teoria do totalitarismo”². A necessidade de ver Eichmann em “carne e osso” a levou a ir receber ao vivo a lição que “este longo curso de maldade humana nos ensinou – a lição da temível banalidade do mal”³.

Para Hannah Arendt, somos hoje em dia grandemente afetados pela questão de como pensar o mal depois de Auschwitz. Em 1945, em um artigo na *Partisan Review*, ela disse considerar que o problema do mal será a questão fundamental da vida intelectual europeia no pós-guerra.

¹ *Apud* Elizabeth YOUNG-BRUEHL, *Hannah Arendt, For Love of the World*, p. 329.

² Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 441.

³ Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 274.

Escreveu no artigo, *Algumas questões de Filosofia Moral*, de 1968, que a questão moral permaneceu adormecida nestes quase 20 anos após o final da guerra porque foi ocultada por algo muito difícil de falar e com o qual é quase impossível chegar a um acordo – o próprio horror na sua nua monstruosidade: “o horror parecia transcender todas as categorias morais, pois fazia desmoronar todos os padrões jurídicos, aquilo que os homens são capazes de punir ou perdoar. Não conseguimos nos reconciliar com o fato, de ‘pensar o impensável’, de chegar a um acordo com o acontecido”⁴. Conseqüência dessa situação é a incapacidade de o procedimento do tribunal chegar a um acordo com esse passado de uma forma jurídica e a sua insistência em fingir que esses novos assassinos não são de modo algum diferentes dos criminosos comuns.

Nas décadas de 30 e 40, testemunhou-se na Alemanha de Hitler e na Rússia de Stalin o colapso total de todos os padrões tradicionais na vida pública e privada. Na Alemanha, os acontecimentos foram moralmente muito mais extremos. Não só as fábricas de morte, nem a total ausência de hipocrisia, que pelo menos ainda subsistia na URSS, mas a colaboração de todas as camadas da sociedade alemã.

O regime nazista anunciou um novo conjunto de valores e introduziu um sistema legal de acordo com eles. Ninguém precisava ser nazista convicto para se adaptar e esquecer-se da noite para o dia de suas convicções morais. A moralidade desmoronou, transformada num mero conjunto de costumes – maneiras, usos e convenções a serem trocados à vontade. Com a derrota, num piscar de olhos a moralidade criminosa de Hitler novamente se alterou e presenciou-se, pela segunda vez, o colapso da ordem “moral”.

Ao ir para Jerusalém assistir ao julgamento, Arendt tinha em vista também uma perspectiva mais ampla: não unicamente o Holocausto que vitimou o povo judeu, mas a busca de diretivas que precisam ser urgentemente pensadas por toda a humanidade, diante da possibilidade nova e terrível que acabara de ser aberta: a do genocídio industrializado e burocratizado que, a partir do precedente que foi aí inaugurado, agora ameaça a todos os seres humanos.

Faz parte da própria natureza das coisas humanas que cada ato cometido e registrado pela história da humanidade fique [...] como uma potencialidade muito depois de sua efetividade ter se tornado coisa do passado. [...] Uma vez que um crime específico apareceu pela primeira vez, sua reaparição é mais provável do que poderia ter sido a sua emergência inicial.⁵

⁴ In: Hannah ARENDT, *Responsabilidade e Julgamento*, p. 116.

⁵ *Ibid.*, p. 296.

Questões cruciais haviam sido colocadas em causa e ela se sentiu convocada a pensá-las e a buscar universalizar o que havia se passado, sair do estreito círculo do povo judeu e devolver a toda a humanidade a obrigação de defrontar-se com esta ameaça que também a atinge. No artigo *A imagem do inferno* deixou clara esta necessidade: “a história real do inferno construído pelos nazistas é de absoluta necessidade para o futuro”⁶. E acrescentou: “as fábricas de morte de fato constituíram um ‘crime contra a humanidade’, cometidos no corpo do povo judaico; e se os nazistas não tivessem sido esmagados, as fábricas de morte teriam engolido os corpos de muitos outros povos”⁷.

Otto Adolf Eichmann nasceu em 19 de março de 1906 em Solingen, na Alemanha, no interior de uma família luterana. Seu pai era um negociante e industrial. Após a morte de sua mãe, em 1914, a família mudou-se para Linz, na Áustria. Eichmann abandonou a *Realschule* sem graduar-se. Tentou tornar-se um mecânico, também sem sucesso. Com 17 anos começou a trabalhar na companhia de mineração de seu pai. Dos 19 aos 21 anos trabalhou como vendedor e, depois, até 1933, como gerente da *Vacuum Oil Company AG*, uma subsidiária da Standard Oil.

Por conselho de Ernst Kaltenbrunner, amigo de sua família e futuro chefe da RSHA, filiou-se, em 1932, ao ramo austríaco do Partido Nazista. Com a tomada do poder pelos Nazistas em 1933, requereu sua inclusão nos regimentos da SS, onde chegou a alcançar o grau equivalente ao de Tenente-Coronel. Em novembro de 1933, foi incorporado à equipe administrativa do Campo de Concentração de Dachau. Transferido para a Áustria em 1938, após a *Anschluss*, foi encarregado, no final do mesmo ano, de organizar o Escritório Central para a Emigração Judaica, órgão responsável pela deportação forçada dos judeus da Áustria. Este trabalho colocou-o em contato com o movimento sionista e, seguindo esta trajetória, tornou-se aos poucos, como disse, “um perito na questão judaica”⁸.

Retornou à Berlim em 1939, com o início da Segunda Guerra, e em dezembro passou a encabeçar o departamento responsável pela evacuação judaica, chefiado por Heinrich Müller. No outono de 1941, Reinhard Heydrich enviou-o para participar como secretário da Conferência de Wansee quando se anunciou a decisão de Hitler de exterminar todos os judeus da Europa, a chamada “Solução Final”. A ele coube a responsabilidade de coordenar e

⁶ Hannah ARENDT, *A imagem do Inferno*, in: _____ *Compreender*, p. 229.

⁷ *Ibid.*, p. 228

⁸ Idem, *Eichmann em Jerusalém*, p. 48

comandar toda a logística do transporte dos judeus para os guetos e para os campos de extermínio na Europa Oriental ocupada.

Capturado pelos americanos e feito prisioneiro no final da guerra, Eichmann conseguiu fugir em 1946. Com a ajuda de um frade franciscano ligado a uma das rotas de fuga para os membros do Eixo, Eichmann obteve, em 1950, um passaporte humanitário do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e um visto para a Argentina, onde durante dez anos viveu com a sua família sob o nome de Richard Klement. Em 1955 concedeu uma entrevista secreta a um ex-nazista holandês chamado Sassen, publicada pela revista *Life* nos EUA e pela *Stern* na Alemanha.

Localizado pelo *Mossad*, o serviço secreto israelense, foi seqüestrado em 11 de maio de 1960 e nove dias depois levado drogado dentro de um container para Israel. Seu julgamento ocorreu em Jerusalém e no dia 15 de dezembro de 1961 recebeu a condenação à morte por enforcamento. Após os trabalhos de revisão diante da Corte de Apelação, a Suprema Corte de Israel manteve a sentença e, em 31 de maio de 1962, ele foi enforcado, em seguida cremado e suas cinzas espalhadas no Mediterrâneo, fora das águas territoriais israelenses.

A razão, certamente discutível, alegada por Israel para o seqüestro de Eichmann, é ter a Argentina sistematicamente negado todos os pedidos anteriores de extradição dos muitos criminosos nazistas refugiados em seu solo.⁹ A forma de sua captura provocou polêmica no mundo e protestos do governo da Argentina que, em junho de 1960, requereu uma reunião de urgência do Conselho de Segurança da ONU para protestar contra a violação dos direitos de soberania do país. Após diversas negociações, ambos os governos concordaram em cessar a disputa.

Em Israel, Eichmann foi interrogado pelo agente de polícia Avner Less. O julgamento teve início em 11 de abril de 1961 na Corte Distrital em Jerusalém e terminou em 14 de agosto do mesmo ano. O réu recebeu cinco acusações, entre as quais: crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, sendo julgado sob a Lei (de Punição) dos Nazistas e Colaboradores dos Nazistas, de 1950, estando prevista a pena de morte para cada um desses crimes. O julgamento foi presidido por três juízes, segundo o procedimento criminal israelense.

⁹ Cf. Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 401.

Durante todo o julgamento, Dr. Robert Servatius, advogado de defesa, usou a mesma linha de defesa já utilizada pelos réus no Julgamento de Nuremberg. Alegou que para o sistema legal nazista então existente, Eichmann nada fizera de errado. Atuara sob ordens superiores e não cometera crimes, mas “atos de Estado”¹⁰, sobre os quais nenhum outro Estado tem jurisdição.

Diante da polêmica desencadeada pela questão de como, ou de se, ou de que país deveria julgar Eichmann, Hannah Arendt apoiou a ideia de que Israel o julgasse, pois quem poderia falar em nome de todos os judeus do mundo senão este país onde trezentos mil sobreviventes viviam como cidadãos?

A captura de Eichmann detonou o primeiro esforço sério da Alemanha no sentido de levar a julgamento pelo menos aqueles diretamente envolvidos nos crimes de assassinato em massa, “os assassinos em nosso meio”, entre os quais sequer um havia julgado necessário adotar um nome falso e que muitas vezes ocupavam postos administrativos importantes no governo alemão.¹¹ Em rápida sucessão, vários foram presos. Apesar de que só assassinatos de primeiro grau podiam ser agora julgados, uma vez que os outros crimes prescreviam após vinte anos, “a relutância das cortes locais em processar esses crimes se revelou nas sentenças fantasticamente brandas impostas aos acusados”¹². Com isso, ficava claro que o maior risco político de julgar Eichmann na Alemanha teria sido sua absolvição.

A reportagem sobre o julgamento foi publicada na forma de cinco artigos no *New Yorker* entre fevereiro e março de 1963 ao mesmo tempo em que Arendt redigia o livro *Eichmann em Jerusalém*.

A publicação do livro provocou uma enorme indignação contra sua autora e desencadeou tal polêmica, e com tal intensidade, que o debate em torno aos temas tratados passou a ser conhecido como a “Controvérsia Eichmann”, ou simplesmente “A Controvérsia”, um termo que se tornou suficiente para subentender do que se tratava. No livro estão questionamentos tão inéditos e contundentes que, num primeiro momento, suas implicações não puderam ser corretamente compreendidas. Três razões principais explicam a violência da reação.

¹⁰ Atos de Estado têm por base um exercício de poder soberano e ficam por isso inteiramente fora do âmbito legal.

¹¹ Cf. Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 24.

¹² *Ibid.*, p. 25.

A primeira, o subtítulo do livro, “Um relato sobre a Banalidade do Mal”, foi interpretado como um desrespeito, quase um deboche ao indizível sofrimento que representou o extermínio em escala industrial de seis milhões de judeus, como se a autora estivesse chamando de banais Eichmann ou mesmo o nazismo. O Holocausto ainda era muito recente, suas marcas muito vivas e os sobreviventes perfaziam um quinto da população de Israel. No relato do escritor israelense, Amos Óz, que conviveu com eles no *kibutz* em que nasceu, apesar de levarem uma vida comum durante o dia, à noite ouviam-se ainda os gritos dos seus pesadelos.

Hannah Arendt, uma judia, colocou o dedo em feridas muito dolorosas para os judeus. A extensão da barbárie do extermínio de quase 6 milhões de judeus comandado pelo regime nazista durante o Holocausto, chamado em hebraico de *Shoah*, ao alcançar a consciência da humanidade, provocou tal perplexidade que reações emocionais extremas e horrorizadas se tornaram quase que a única resposta disponível naquele momento. Ela própria testemunhou que quando, em 1943, soube de Auschwitz, “foi como se um abismo se escancarasse [...] Ali ocorreu alguma coisa com a qual a gente não pode se conformar. Nenhum de nós pôde, jamais”¹³.

A segunda razão foi sua crítica ao papel das lideranças judaicas reunidas nos Conselhos Judaicos, usados pelos nazistas como colaboradores involuntários no processo de organização do extermínio. A crítica de Arendt, neste caso, embora ela várias vezes a mitigasse com a compreensão de situações de decisões extremadas e muito dolorosas, foi posteriormente contestada em diversos pontos por importantes estudiosos do Holocausto que a julgaram parcial e pouco informada.

A terceira razão foi ter questionado, com extrema dureza e severidade, a própria dinâmica do julgamento e, segundo ela, a perda de sua objetividade em nome do uso político e propagandístico, o caráter de “espetáculo” que o governo de Israel e seu primeiro-ministro Ben-Gurion, falando “pela voz de Gideon Hausner, o procurador-geral”¹⁴, procurou lhe dar. Quanto a este último ponto, Arendt foi incisiva em insistir que o julgamento deveria limitar-se às questões a serem tratadas somente no interesse da justiça, sempre com foco sobre o acusado, e resistir a todas as tentativas de ampliar o seu âmbito, porque uma corte não pode permitir ser atraída para territórios que estão fora de sua esfera. “Em juízo estão seus feitos,

¹³ Hannah ARENDT, O que resta? Resta a língua: uma conversa com Günther Gaus, in: _____ *Compreender*, p. 43.

¹⁴ Idem, *Eichmann em Jerusalém*, p. 15

não o sofrimento dos judeus, nem o povo alemão, nem a humanidade, nem mesmo o antissemitismo e o racismo¹⁵”. Pois, “o objetivo de um julgamento é fazer justiça, e nada mais”¹⁶.

Esta postura crítica me parece coerente com sua ênfase na importância da responsabilidade individual diante da justiça. A instituição do tribunal se baseia na pressuposição da responsabilidade, da culpa pessoal e da crença no funcionamento da consciência. As questões legais e morais lidam com pessoas e não com sistemas ou organizações.¹⁷ Não existem a culpa coletiva ou a inocência coletiva. Elas só fazem sentido se aplicadas a indivíduos.

O foco de todo o julgamento recai sobre a pessoa do acusado, um homem de carne e osso com uma história individual, com um conjunto sempre único de qualidades, peculiaridades, padrões de comportamento e circunstâncias. Tudo o que vai além disso [...] só afeta o julgamento na medida em que forma o pano de fundo e as condições em que o acusado cometeu seus atos.¹⁸

E isso teria que ser verdadeiro “até mesmo na era da sociedade de massas, em que todos os indivíduos são tentados a se considerar um simples dente de engrenagem em alguma espécie de maquinaria”¹⁹, numa transferência quase automática de responsabilidade. Os réus alegavam: “se eu não tivesse feito isso, outra pessoa poderia tê-lo feito e o faria”, o que fazia recair somente em Hitler a responsabilidade política total. Porém, os juízes desconsideraram esta noção: “na sala de um tribunal não está em julgamento um sistema, uma história ou tendência histórica, [...] mas uma pessoa, e se o réu é por acaso um funcionário, ele é acusado precisamente porque até um funcionário ainda é um ser humano, e é nessa qualidade que ele é julgado”²⁰.

Eichmann era um burocrata e a burocracia é o governo de ninguém e é como um ninguém que ele se justificou, ao dizer que somente obedeceu a ordens ao cumprir sua missão. A burocracia tende inevitavelmente a transformar homens em funcionários, meros dentes da engrenagem administrativa e assim a desumanizá-los. Nela impera o mando dos cargos, em

¹⁵ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 15

¹⁶ *Ibid.*, p. 275.

¹⁷ Cf. Idem, *Algumas Questões de Filosofia Moral*, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 121.

¹⁸ Idem, *Eichmann em Jerusalem*, p. 309.

¹⁹ Idem, *Algumas Questões de Filosofia Moral*, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 121.

²⁰ Idem, *Responsabilidade pessoal sob a Ditadura*, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 93.

oposição ao mando dos homens, o que, em última análise, significa o mando de ninguém. Por essa razão, é talvez a forma menos humana e mais cruel de governo.²¹

Pergunta do tribunal: “E por que você se tornou um dente na engrenagem ou continuou a sê-lo nessas circunstâncias?” O tribunal transforma o dente da engrenagem ou o “referente” da Seção IV b4 do Departamento Central de Segurança do Reich novamente num homem. Estas são as limitações estritas do seu procedimento: ele não permite a transferência de responsabilidade do homem para o sistema. O sistema subsiste somente na forma de circunstâncias, tanto do ponto de vista legal como moral.²²

Relatou Raul Hilberg²³, como durante os anos do nazismo, a caótica estrutura administrativa, com sua intrincada máquina burocrática, foi organizada para trabalhar com vistas ao terror. Franz Neumann enumerou quatro grupos que formaram o conjunto burocrático do que chamou de “aparelho de destruição”: o serviço público, o exército, a indústria e o partido.²⁴ Para efetivar, em toda a Europa, o amplo plano da Solução Final, foi indispensável uma burocracia gigantesca e a cooperação de todos os ministérios, de todo o serviço público, dos subsecretários e de outros especialistas dos vários ministérios nos assassinatos em massa. Não houve uma única organização ou instituição pública na Alemanha, pelo menos durante os anos de guerra, que não tenha se envolvido em ações criminosas.²⁵

Eichmann não precisou cerrar os ouvidos para a voz da consciência, pois “sua consciência falava com “voz respeitável”, com a voz da sociedade respeitável a sua volta”²⁶. O que levou estas pessoas comuns a se comportarem como se comportaram? Em quais bases morais elas justificaram a sua conduta? O cerne moral é atingido quando percebemos que estes fatos se deram dentro da estrutura de uma ordem legal, em que o comando era “Matarás”. E esses atos não eram cometidos por bandidos, monstros ou sádicos loucos, mas pelos mais estimados membros da sociedade respeitável. Para os assassinos e seus cúmplices, bastava que tudo acontecesse de acordo com a vontade e a palavra do Führer. “O que o novo

²¹ Cf. Hannah ARENDT, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 121 et seq.

²² Cf. idem, Responsabilidade pessoal sob a Ditadura, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 94 et seq.

²³ No seu importante livro *The destruction of the European Jews*.

²⁴ Cf. Laure ADLER, *Nos passos de Hannah Arendt*, p. 451.

²⁵ Cf. Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p.176.

²⁶ *Ibid.*, p.143.

regime propunha era a introdução da criminalidade no domínio público... Essas pessoas estavam apenas impressionadas com o sucesso nazista e incapacitadas de opor o seu próprio julgamento ao veredicto da História.”²⁷

As questões legais e morais não são absolutamente idênticas, mas possuem certa afinidade porque ambas pressupõem o poder de julgamento. Todos os modernos sistemas legais levam em consideração o fator subjetivo do criminoso, o que implica que tem de haver intenção de causar dano para haver crime. Mas, o que fazer diante desse novo tipo de criminoso que comete seus crimes em circunstâncias que tornam praticamente impossível para ele saber ou sentir que está agindo de modo errado?²⁸ “Como distinguir o certo do errado independentemente da lei se a maioria ou a totalidade do meu ambiente prejudicou a questão?”²⁹. Como podemos pensar e julgar sem nos sustentarmos em padrões preconcebidos, normas e regras gerais? A resposta a estas questões teria que levar em conta a ainda muito misteriosa natureza do julgamento humano.³⁰

Observou Otto Kirchheimer em seu *Political Justice* (1961): “A única maneira possível de viver no Terceiro Reich e não agir como nazista consistia em não aparecer de forma alguma: “retirar-se de toda participação significativa na vida pública” era de fato, o único critério pelo qual era possível medir a culpa individual”³¹. Porém, Eichmann não só agira, como “fizera seu trabalho com um zelo muito além do chamado do dever”³².

O que o tribunal requer em todos esses julgamentos pós-guerra é que os réus não deveriam ter participado em crimes legalizados pelo governo [...] [o que] propõe consideráveis problemas, precisamente com respeito à questão da responsabilidade. Pois a verdade simples da questão é que apenas aqueles que se retiraram completamente da vida pública, que recusaram a responsabilidade política de qualquer tipo, puderam evitar tornar-se implicados em crimes, isto é, puderam evitar a responsabilidade legal e moral.³³

Em *A vida do Espírito*, e em vários outros textos, Arendt considerou que é o não pensar que impede o juízo, bloqueia a capacidade que todos nós temos de dizer “isto é certo”

²⁷ Hannah ARENDT, Responsabilidade pessoal sob a Ditadura, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 86.

²⁸ Cf. *ibid.*, p. 299.

²⁹ *Ibid.*, p. 84.

³⁰ *Ibid.*, p. 89.

³¹ *Apud idem*, *Eichmann em Jerusalém*, p.144.

³² *Ibid.*, p. 143.

³³ *Ibid.* p. 96.

ou “isto é errado”. É a harmonia interna do pensar – o diálogo entre eu e mim mesma que levaria os homens a abster-se de fazer o mal. Diante da impossibilidade de agir, os não-participantes, os que se abstiveram, chamados de irresponsáveis pela maioria, eram os únicos capazes de julgar por si mesmos, e eram capazes de fazê-lo não porque tivessem um sistema melhor de valores. Guiavam-se apenas por seus próprios juízos. Não havia regras às quais se pudessem conformar os casos particulares com que se defrontavam, pois não existiam regras para o inaudito.

O que exigimos nestes julgamentos, em que os réus cometeram crimes “legais” é que os seres humanos sejam capazes de diferenciar o certo do errado mesmo quando tudo o que têm para guiá-los seja apenas seu próprio juízo, que, além do mais, pode estar inteiramente em conflito com o que eles devem considerar como opinião unânime de todos à sua volta.³⁴

Mas, o que na verdade se assistiu foi a decadência moral de toda uma nação. A consciência enquanto tal parecia ter se perdido na Alemanha. Porém não apenas na Alemanha os nazistas provocaram o total colapso moral, mas em quase todos os países da respeitável sociedade européia e não só entre os perseguidores, mas também entre as vítimas³⁵. Disse Arendt:

Eichmann [...] e o mundo em que viveu marcharam um dia em perfeita harmonia. E a sociedade alemã de 80 milhões de pessoas se protegeu contra a realidade e os fatos da mesma maneira, com os mesmos autoenganos, mentira e estupidez que agora se viam impregnados na mentalidade de Eichmann. [...] a prática do autoengano tinha se tornado tão comum, quase um pré-requisito moral para a sobrevivência [...] que a hipocrisia passou a ser parte integrante do caráter nacional alemão.³⁶

No que diz respeito ao abster-se de agir nos crimes legalizados, tanto a avaliação do juízo individual quanto o veredito do tribunal coincidem. O réu continua sendo responsável por suas ações. Isso obriga a cada um a pensar e a julgar. Eichmann delegou à Hitler a sua responsabilidade moral, mas isto não o absolveu nem perante o tribunal nem perante o juízo moral.

Foram e até hoje continuam sendo amplamente discutidos os problemas legais suscitados pelo julgamento. Para o fato de o réu ter sido julgado por uma lei retroativa, a corte se fundamentou em que a questão envolvida é a natureza do crime com que agora se lida, um crime antes desconhecido, o genocídio, mas desta vez perpetrado de maneira diversa de todas

³⁴ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p.318.

³⁵ *Ibid.*, p.142.

³⁶ *Ibid.*, p.65.

as atrocidades do passado. Para ele se exige uma nova lei que, no caso dos Julgamentos de Nuremberg, foi a Carta que proveu o estabelecimento do Tribunal Militar Internacional e criou jurisprudência para três tipos de crime: “crimes contra a paz”, “crimes de guerra” e “crimes contra a humanidade”. Destes, somente o último era novo e sem precedentes³⁷, um crime cometido “contra o status humano”, nas palavras do promotor francês François de Menthon³⁸, por um criminoso *hostis humani generis*, “hostil ao gênero humano”.

Para Arendt, em consonância com a opinião de Karl Jaspers, o crime com que o tribunal agora se defrontava, o extermínio físico do povo judeu, “era um crime contra a humanidade perpetrado no corpo do povo judeu”³⁹. Eles só se diferenciam na escolha das vítimas, não na natureza do crime, o que levanta a questão de um tribunal criminal internacional permanente para julgar esses assassinos modernos empregados pelo Estado.

Arendt discutiu o sistema legal dominante e os conceitos jurídicos em uso, considerando-os inadequados para lidar com os “massacres administrativos” organizados pelo aparelho do Estado. A jurisprudência só possui duas categorias para tratar do tipo de questão suscitada pelo nazismo: os conceitos de “atos de Estado” e de “atos por ordens superiores”.

A teoria de “atos de Estado” conduz a que nem mesmo Hitler, o único que teria sido realmente responsável no sentido total, poderia ser acusado – o que teria violado o mais elementar senso de justiça. Pois estes crimes, sem dúvida, ocorreram dentro de uma ordem “legal”, embora num Estado fundado em princípios criminosos.

O conceito de “ordens superiores” é ainda mais inadequado. A corte de Jerusalém contrapôs ao argumento da defesa longas citações de compêndios legais penais e militares e todos concordavam em que ordens manifestamente criminosas não devem ser obedecidas. O conceito de um sentido de justiça, enraizado no fundo de cada ser humano, apóia-se na suposição de que a lei expressa apenas o que a consciência de todo homem lhe diria de uma forma ou de outra.⁴⁰

A visão otimista da natureza humana, nos julgamentos do pós-guerra, pressupunha uma faculdade independente, sem apoio na lei e na opinião pública, que julga de novo com espontaneidade cada ato e intenção. A corte israelense estava consciente das dificuldades

³⁷ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 277.

³⁸ *Ibid.*, p. 280.

³⁹ *Ibid.*, p. 292.

⁴⁰ Cf. *ibid.*, p. 316.

inerentes à palavra “legalidade”, em vista da natureza legalmente criminosa da Alemanha de Hitler. Exigimos destas pessoas um “sentimento de legalidade” dentro de si próprio que contradiga a lei do país, sob condições em que todo ato moral era ilegal e todo ato legal era criminoso.

A posição de Eichmann [...] demonstrava uma semelhança muito desagradável com aquela do muito citado soldado que, agindo dentro de um quadro legal normal, se recusa a executar ordens que contrariam a sua experiência normal de legalidade e que podem ser reconhecidas por ele como criminosas.⁴¹

Seria a lei que “supostamente fala ao coração de todos os homens com a mesma voz”? Para o tribunal, “para serem desobedecidas, as ordens têm que ser “manifestamente ilegais, e a ilegalidade tem que pairar como uma bandeira negra acima [delas] como um aviso de ‘Proibido!’”⁴². Mas, para Arendt, acreditar numa “inequívoca voz da consciência” ou num “sentimento geral de humanidade” “significa uma recusa deliberada em perceber os fenômenos morais, legais e políticos mais importantes do nosso século”⁴³.

No livro *Eichmann em Jerusalém*, Arendt buscou compreender Eichmann em sua história e em sua psicologia na tentativa de perceber através dele, de alguma forma, quem eram aqueles funcionários que consentiram em realizar os objetivos propostos pelo nazismo.

Eichmann se considerava um cidadão respeitador das leis, porque as ordens de Hitler, que sem dúvida executou o melhor que pôde, possuíam “força de lei” no Terceiro Reich, onde o comando do Führer era o centro absoluto da ordem legal. O juramento feito pelos membros da SS os ligava diretamente a Hitler, não à Alemanha. Eichmann, assim como os demais, proclamava uma lealdade absoluta às ordens de Hitler e de seus superiores. Tratava de nunca tomar decisões por si só e estar sempre “coberto” por ordens. Não gostava de oferecer sugestões e sempre exigia diretrizes. Cumpru seu dever, conforme seu juramento, de obedecer todas as ordens, sem admitir o descumprimento das regras.

A posição de Eichmann era central, porque dependia dele e de seus homens a quantidade de judeus a serem transportados de uma determinada área e era por intermédio de seu departamento que se encaminhava uma carga a seu destino final. Mas não era ele quem

⁴¹ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 165.

⁴² *Ibid.*, p. 166.

⁴³ *Ibid.*, p. 166.

decidia este destino. Por isso, disse em sua defesa: “com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não-judeu – nunca matei nenhum ser humano”.

Mas ele não queria ser um daqueles que agora fingem que “tinham sempre sido contra”. “Arrependimento é para criancinhas”.⁴⁴ Tinha certeza absoluta, “no fundo de seu coração”, de que não era um bastardo imundo e “só ficava com a consciência pesada quando não fazia aquilo que lhe ordenavam – embarcar milhões de homens, mulheres e crianças para a morte, com grande aplicação e o mais metucioso cuidado”⁴⁵. E, como não vira à sua volta ninguém que se opusesse ao extermínio, julgou que, “assim como Pôncio Pilatos”, poderia lavar as mãos e executar com toda tranqüilidade a sua tarefa.

Meia dúzia de psiquiatras atestaram sua “normalidade” e consideraram seu perfil psicológico, sua atitude quanto à esposa e filhos, mãe e pai, irmãos, irmãs e amigos, “não apenas normal, mas inteiramente desejável”. Não era o caso de uma personalidade sádica, de uma insanidade moral nem legal. Além do mais, “seu caso não era [...] de um ódio insano aos judeus, de um fanático antisemitismo”⁴⁶. Ninguém acreditou nele. A acusação tinha por base a premissa de que o acusado, como toda “pessoa normal”, deveria ter consciência da natureza de seus atos, e Eichmann era efetivamente uma pessoa normal na medida em que “não era uma exceção dentro do regime nazista”.

Susan Neiman explicou que a convicção de que culpa requer malícia e premeditação, levou a maioria dos leitores a concluir que Arendt negava culpa a Eichmann por negar malícia e premeditação – embora ela repetisse com freqüência que Eichmann era culpado e estivesse convencida de que ele deveria ser enforcado. Seu principal argumento foi o de que as intenções inofensivas de Eichmann não diminuíam sua responsabilidade. Tanto a acusação quanto a defesa partiam do pressuposto de que elas o faziam. “Eichmann não era movido por nada pior do que o desejo de agradar a seus superiores fazendo bem seu trabalho. [...] Eichmann é apenas o mais famoso dos oficiais nazistas cujos objetivos iniciais nada tinham a ver com o assassinato em massa e tudo a ver com desejos mesquinhos de sucesso pessoal”.⁴⁷

⁴⁴ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 36.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 37

⁴⁶ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁷ Susan NEIMANN, *O mal no pensamento moderno*, p. 297-98.

Arendt censurou a acusação por não tê-lo escutado o bastante e por ter se recusado a compreender o que ele dizia. E com isto “deixaram passar o maior desafio moral e mesmo legal de todo o processo”⁴⁸.

O conceito de Banalidade do Mal foi desenvolvido a partir deste desafio. Ele foi melhor esclarecido no artigo “Pensamentos e Considerações Morais”, de 1971, que se encontra no livro *Responsabilidade e Julgamento*.

A conspícua superficialidade do agente tornava impossível rastrear o mal incontestável de seus atos em suas raízes ou em seus motivos em níveis mais profundos. Os atos eram monstruosos, mas o agente [...] era bastante comum, banal. E não demoníaco ou monstruoso. [...] a única característica notória que se podia perceber [...] era algo de inteiramente negativo: não era estupidez, mas *irreflexão*.⁴⁹

Banalidade do Mal foi uma denominação estritamente factual, um termo para descrever um fenômeno que até então não fora encarado no julgamento. A não ser por sua aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. “Ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo.”⁵⁰ Era sua falta de imaginação, esta estranha interdependência entre inconsciência e mal, que lhe permitia abrir seu coração para o judeu que o interrogava e explicar porque somente conseguira chegar até a patente de tenente-coronel da SS e que não fora falha sua não ter sido promovido.

Nada havia de psicopatológico ou demoníaco em Eichmann. Ele raciocinava dentro dos limites que as normas e os decretos lhe permitiam e se orgulhava de exercer a obediência de um cadáver, a *Kadarvergehorsam* que era exigida pelo regime. É sua normalidade que é monstruosa. “O problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais.”⁵¹

O ideal apregoado de “dureza impiedosa” no cumprimento do dever, “exceto talvez para uns poucos brutos semi-loucos, não passava de um mito de autoengano, escondendo um desejo feroz de conformidade a qualquer preço” o que se viu claramente durante os

⁴⁸ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 38.

⁴⁹ Idem, *A Vida do Espírito*, p. 18.

⁵⁰ Idem, *Eichmann em Jerusalém*, p.310.

⁵¹ *Ibid.*, p. 299.

juízos de Nuremberg, onde os réus se acusavam mutuamente e juravam que sempre “havia sido contra aquilo”. Nem um único teve a coragem de defender a ideologia nazista.⁵²

Os criminosos nazistas [...] renunciaram voluntariamente a todas as qualidades pessoais, como se não restasse ninguém a ser punido ou perdoado. Eles protestaram repetidas vezes, dizendo que nunca tinham feito nada por sua própria iniciativa, que não tinham tido nenhuma intenção, boa ou má, e que apenas obedeceram a ordens. Em outras palavras: o maior mal perpetrado é o mal cometido por Ninguém, isto é, por um ser humano que se recusa a ser uma pessoa.⁵³

Arendt ao buscar decifrar o fenômeno deste Ninguém que foi o típico funcionário do Holocausto, assim descreveu Eichmann, considerando-o desde sua história e sua psicologia:

Eichmann era o filho *déclassé* de uma sólida família de classe média que desceu na escala social. Havia sido um jovem ambicioso que não agüentava mais o emprego de vendedor viajante. De uma vida rotineira, sem significado ou consequência, o vento o tinha soprado para a História, na qual alguém como ele – já fracassado aos olhos de sua classe social, de sua família e, portanto, aos seus próprios olhos também – podia começar de novo e ainda construir uma carreira. Mas, para sua grande “tristeza e sofrimento”, ele nunca passou do grau equivalente ao de tenente-coronel. Sua vida fora marcada por frustrações. Preferia ser enforcado como *Oberssturmbannführer* a viver a vida discreta e normal de vendedor viajante da Companhia de Óleo a Vácuo.

Quando Ernst Kaltenbrunner sugeriu que entrasse para a SS, Eichmann estava a ponto de filiar-se à Loja Maçônica Schlaraffia. “Por mim, tudo bem, por que não me transformar em soldado?” Foi como ser engolido pelo Partido contra todas as expectativas e sem decisão prévia. Jamais conheceu o programa do Partido e nunca leu *Mein Kampf*.⁵⁴ Ele “era como uma folha no redemoinho do tempo [...] não entrou para o Partido por convicção e jamais se deixou convencer por ele. [...] Nele não se encontravam sinais de firmes convicções ideológicas ou de motivações especificamente más”⁵⁵.

Ele era alguém a quem a língua alemã invariavelmente derrotava. Ele mesmo concordou: “minha única língua é o oficialês [*Amtssprache*]. Mas a questão é que o oficialês

⁵² Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 194.

⁵³ Idem, Algumas Questões de Filosofia Moral, in: _____ *Responsabilidade e Julgamento*, p. 177.

⁵⁴ Cf. idem, *Eichmann em Jerusalém*, p.44.

⁵⁵ Idem, *Vida do Espírito*, p. 18.

se transformou em sua única língua porque ele sempre foi genuinamente incapaz de pronunciar uma única frase que não fosse um clichê”⁵⁶. E repetia sempre, palavra por palavra, as mesmas frases feitas e lugares comuns segundo os códigos convencionados e padronizados de expressão e conduta. “Quanto mais se ouvia Eichmann, mais obvio ficava que sua incapacidade de falar estava intimamente relacionada com sua incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa”⁵⁷.

Como os demais jornalistas presentes, Arendt teve acesso ao texto dos interrogatórios editado em seis volumes. Achou os depoimentos “espantosos e grotescos” e muitas vezes “cômicos”, porém por vezes, “a comédia despencava no horror”. Ela observou: “o que torna tão engraçado essas páginas do interrogatório é que tudo isso foi dito no tom de alguém que tem certeza de encontrar simpatia ‘normal, humana’ por uma história infeliz.”⁵⁸

“Tudo o que eu preparava e planejava dava errado. Eu ficava frustrado em tudo, absolutamente tudo”.⁵⁹ A fonte de seus problemas era que um verdadeiro exército de “especialistas judaicos” havia surgido por toda a parte num campo sobre o qual nada sabiam: eles nunca haviam lido um ou dois “livros básicos”⁶⁰. Ele aspirava exercer a autoridade final em todos os assuntos judeus, mas seu departamento havia se tornado meramente instrumental, o que o deixava muito amargurado e decepcionado: “eu tinha perdido toda alegria no meu trabalho, toda iniciativa, todo interesse; estava por assim dizer, acabado”⁶¹.

Eichmann mergulhava numa constante autopiedade. Nas suas memórias, escritas na prisão, disse:

Eles [os pais] não teriam se enchido de alegria com a chegada de seu primogênito se fossem capazes de ver que, na hora do meu nascimento, para provocar o gênio da felicidade, o gênio da infelicidade já estava tecendo os fios da dor e tristeza em minha vida. Porém um véu suave e impenetrável impedia meus pais de enxergar o futuro.⁶²

⁵⁶ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p.61.

⁵⁷ *Ibid.*, p.62.

⁵⁸ *Ibid.*, p.62.

⁵⁹ *Ibid.*, p.62.

⁶⁰ *Ibid.*, p.87.

⁶¹ *Ibid.*, p. 43.

⁶² *Ibid.*, p.39.

De acordo com Hannah, a falha mais decisiva no caráter de Eichmann era não conseguir olhar quase nada a partir do ponto de vista do outro⁶³. Ele “se lembrava bastante bem dos momentos decisivos de sua carreira, mas isso não coincidia, necessariamente, com os momentos decisivos da história de extermínio dos judeus ou com os momentos decisivos da história”⁶⁴.

Comprazia-se em se considerar alguém “sensível”. Contou que numa visita que fez ao Campo de Concentração de Treblinka, em junho de 1941, para discutir alguns “detalhes”, tais como a capacidade de extermínio do campo e quantos carregamentos por semana podia absorver, recebeu, de um capitão da Polícia da Ordem, explicações técnicas do extermínio com gás. Disse a respeito: “para mim também isso era monstruoso. Não sou duro o bastante para suportar uma coisa dessas sem reação [...] Hoje, se me mostram uma ferida aberta, acho que não sou capaz de olhar. Sou uma pessoa desse tipo, para quem estão sempre dizendo que não poderia ser médico”⁶⁵. Ou numa visita ao campo de Chelmno, onde foram mortos mais de 300 mil judeus de toda a Europa, ao vê-los entrando nos caminhões de gás onde seriam exterminados: “não sei dizer [quantos judeus entraram], eu mal olhei. Não consegui; não consegui; para mim bastava. [...] Depois [...] vi a coisa mais horrível que já havia visto na vida. O caminhão estava indo para um buraco aberto, as portas se abriram e os corpos foram jogados para fora, como se ainda estivessem vivos, tão moles estavam os seus membros. [...] Ali me bastou. Eu estava acabado”⁶⁶.

Mas teve sorte em Minsk, na Rússia Branca, onde fora averiguar a morte de judeus por fuzilamento, pois quando chegou estava tudo quase terminado, o que o deixou muito satisfeito. Mesmo assim ele viu, “e isso me bastou, uma mulher com os braços esticados para trás, meus joelhos fraquejaram e fui embora”⁶⁷. Ao chegar em Lwow, porém, a imagem da estação de trem, que lhe lembrava a época que sempre adorou do reinado de Franz Joseph, felizmente afastou todos os pensamentos horríveis. E apesar de ter visitado Auschwitz várias vezes, Rudolf Höss, o comandante do campo, com quem ele tinha uma relação muito amigável, conhecendo os limites de realidade que ele podia suportar, poupava-lhe as visões mais cruéis.

⁶³ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p.60.

⁶⁴ *Ibid.*, p.66.

⁶⁵ *Ibid.*, p.102.

⁶⁶ *Ibid.*, p.103.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 103.

A aura de sistemática hipocrisia constituía a atmosfera geral aceita por todos no Terceiro Reich. Estava claro que Eichmann desempenhara um papel no extermínio de judeus, pois os havia transportado para serem entregues aos “açougueiros”. Não existia nada aí para ser admitido. Agora, porém, segundo Arendt, “gostaria de fazer as pazes com [seus] antigos inimigos”⁶⁸, assim como Himmler também o quisera.

No seu último depoimento, antes da sentença ser proclamada, Eichmann queixou-se de que a corte não o entendera: ele nunca tinha nutrido ódio aos judeus e nunca desejou a morte de seres humanos. “Sua culpa provinha de sua obediência e a obediência é louvada como virtude... Ele era uma vítima e só os líderes mereciam punição”.⁶⁹ Ele já havia insistido na entrevista à Sassen de que só podia ser acusado de “ajudar e instigar” a realização dos crimes de que era acusado, não tendo ele mesmo cometido nenhum ato aberto. A resposta da corte, ao argumento da defesa, é a de que, num assassinato em massa destas proporções, a efetiva distância do acusado da vítima nada significa no que tange à medida da sua responsabilidade. Ao contrário, esta aumenta quanto mais longe esta estiver de quem “maneja o instrumento fatal com suas próprias mãos”⁷⁰.

“Completamente ele mesmo”, estas foram as últimas palavras de um homem banal, uma “grotesca tolice” como a classificou Arendt: “dentro em pouco tempo, senhores, iremos encontrar-nos de novo. Esse é o destino de todos os homens. Viva a Alemanha, viva a Argentina, viva a Áustria. Não as esquecerei”⁷¹. Palavras que Arendt comentou: “diante da morte [ele] encontrou o clichê usado na oratória fúnebre. No cadafalso, sua memória lhe aplicou um último golpe: ele estava “animado”, esqueceu-se que aquele era seu próprio funeral”⁷².

Conforme as palavras de Brecht em *The Resistible Rise of the Man Arturo Ui*, que ela citou: “os grandes criminosos políticos devem ser especialmente expostos ao riso. Eles não são grandes criminosos políticos, porém pessoas que permitiram grandes crimes políticos, o que é totalmente diferente”⁷³. Numa entrevista com Roger Errera, falou que era importante, ao

⁶⁸ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 66.

⁶⁹ *Ibid.*, p.269.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 268.

⁷¹ *Ibid.*, p. 274.

⁷² *Ibid.*, p. 274.

⁷³ *Apud* Elizabeth YOUNG-BRUEHL, *For Love of the World*, p. 331.

tratar de Hitler e de seus iguais, lembrar que, ainda que tenha matado milhões de pessoas, “ele continua sendo um palhaço”.

Susan Neiman julga que para se contrapor à tendência que desde Sade vem crescendo de se estetizar o mal, Arendt buscava descrições do mal que resistissem à tentação de lhe atribuir “grandeza satânica”, pois tais impulsos são tempo pueris e perigosos. O tom irônico que ela usava com Eichman era totalmente calculado. É um tom que cria distância em lugar de desejo. Como Brecht, Arendt argumentava que a comédia mina o mal de forma mais eficaz do que a tragédia. O diabólico pode ser ambíguo; o ridículo, não. Chamar o mal de banal é chamá-lo de maçante. E, se o mal é maçante, seu poder de atração será limitado. Um fungo, afinal, raramente é erótico.⁷⁴

Na avaliação final do sucesso ou fracasso do julgamento de Eichmann, Arendt apoiou a justa crença dos juízes de não terem o direito de se transformar em legisladores e de conduzir seu trabalho dentro dos limites da lei israelense. No entanto, seus fracassos foram semelhantes aos dos julgamentos de Nuremberg ou dos julgamentos nacionais em outros países europeus, a incapacidade de dar respostas: 1) ao problema da pré-definição da justiça na corte dos vitoriosos; 2) ao que seria uma definição válida de “crime contra a humanidade”; 3) a um reconhecimento claro do novo tipo de criminoso que comete este crime.⁷⁵ Quanto ao segundo item, o julgamento não caiu na armadilha de equacionar esses crimes com os crimes de guerra comuns, como ocorreu em Nuremberg. O extermínio de populações nativas inteiras foi considerado “crime contra a humanidade”, cujo intento e propósito eram sem precedentes.

Pior ainda foi a tarefa de entender o novo tipo criminoso que tinham vindo julgar. Diante da impossibilidade, já sentida durante os Julgamentos de Nuremberg, de embasar em um argumento jurídico incontestável a condenação de Eichmann, Arendt afirmou que, apesar de dizermos que recusamos e consideramos bárbara a proposição de Yosel Rogat, de que “um grande crime ofende a natureza, de forma que a própria Terra clama por vingança; o mal viola uma harmonia natural que só a retribuição é capaz de restaurar; uma coletividade vitimada tem o dever moral de punir o criminoso”⁷⁶, foram precisamente estas as justificativas supremas da pena de morte, assim como já ocorrera em Nuremberg. Como Eichman esteve implicado e desempenhou um papel central no empreendimento, cujo propósito declarado era

⁷⁴ Cf. Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p. 330.

⁷⁵ Cf. Hannah Arendt, *Eichmann em Jerusalém*, p. 297.

⁷⁶ *Ibid.*, p.300.

eliminar certas “raças” da face da Terra para sempre, ele teve de ser eliminado. E, por isso, ela lhe diria:

E assim como você apoiou e executou uma política de não partilhar a Terra com o povo judeu e com o povo de diversas outras nações [...], consideramos que ninguém, isto é, nenhum membro da raça humana, haverá de querer partilhar a Terra com você. Esta é a razão, e a única razão, pela qual você deve morrer na forca.⁷⁷

Apesar da extensa e entusiasmada colaboração de governos e da população da maioria dos países, houve aqueles que se recusaram ou resistiram às medidas criminosas, tais como a Holanda, a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, a Bulgária e a Itália. Na “varredura da Europa de Oeste a Leste”, ordenada por Himmler com o objetivo de deportar os judeus dos países conquistados, quando encontravam uma oposição firme, os nazistas não possuíam nem pessoal nem força para conseguir manter a “dureza impiedosa”. A Holanda foi o único país da Europa em que estudantes entraram em greve quando os professores judeus foram despedidos e onde uma onda de greves explodiu como reação à primeira deportação de judeus para os campos de concentração – apesar de que $\frac{3}{4}$ da população judaica que vivia neste país ter sido morta pelos nazistas. Na Dinamarca, o próprio rei se dispôs a usar a estrela amarela que identificaria os judeus e os funcionários alertaram que diante de medidas anti-judaicas de qualquer ordem, eles renunciariam. Dessa forma, nenhum dos movimentos preparatórios, tão importantes para a burocracia do assassinato, pode realizar-se até 1943. A Itália e a Bulgária sabotavam as ordens alemãs e se permitiam um complicado jogo de negociação e trapaça com o qual salvavam os seus judeus. Para Arendt, o que na Dinamarca foi resultado de um sentido autenticamente político, numa compreensão inata das exigências e responsabilidades da cidadania e da independência, na Itália foi decorrência da humanidade geral, quase automática, de um povo antigo e civilizado.

Em condições de terror, a maioria das pessoas se conformará, mas algumas pessoas não, da mesma forma que a lição dos países aos quais a Solução Final foi proposta é que ela “poderia acontecer” na maioria dos lugares, mas não aconteceu em todos os lugares. Humanamente falando, não é preciso nada mais, e nada mais pode ser pedido dentro dos limites do razoável, para que este planeta continue a ser um lugar próprio para a vida humana.⁷⁸

⁷⁷ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 302.

⁷⁸ *Ibid.* p. 253.

Os poucos indivíduos, que desde o começo do regime se opuseram a Hitler, podiam ser encontrados em toda a parte, em todos os partidos, em todos os estratos da sociedade, entre as pessoas simples, assim como entre os educados. “Sua sensibilidade de distinguir o certo do errado permanecia intacta, e eles nunca tiveram nenhuma ‘crise de consciência.’”⁷⁹ Uma testemunha lembrou, durante o julgamento, a história do sargento alemão Anton Schmidt que, por ajudar os judeus, foi preso e executado:

E nesses dois minutos, que eram como uma explosão de luz em meio à impenetrável, insondável escuridão, um único pensamento se recortava claro, irrefutável, além de qualquer questão – como tudo seria tão absolutamente diferente nesse tribunal, em Israel, na Alemanha, em toda a Europa, e talvez em todos os países do mundo, se mais dessas histórias pudessem ser contadas⁸⁰.

Parece-me que, Susan Neiman ampliou a perspectiva em que podemos compreender o pensamento de Arendt no uso do conceito de Banalidade do Mal. Para Neiman, a própria Criação esteve em jogo no julgamento. *Eichmann em Jerusalém* era uma defesa não de Adolf Eichmann, mas sim de um mundo que o continha. Este livro seria a melhor tentativa de teodicéia produzida pela filosofia do pós-guerra.⁸¹

A imagem do fungo na carta de Arendt à Gershom Scholem é uma tentativa de desarmar o elemento conceitualmente ameaçador do mal contemporâneo. Ela indica que o mal pode ser compreendido. Afirmar que o mal é compreensível de modo geral é negar que as forças sobrenaturais, divinas ou demoníacas, sejam necessárias para explicá-lo. “É afirmar que nossa capacidade de julgamento moral é fundamentalmente sólida”⁸². Os perigos contemporâneos começam com passos triviais e insidiosos que conduzem a vastas conseqüências.⁸³ Crimes como o de Eichmann dependem do descaso, da recusa de usar a razão como deveríamos. Temos meios tanto para compreender o mundo quanto para agir nele. Escreveu Neiman:

Chamar o mal de banal é oferecer não uma definição dele, mas sim uma teodicéia. Pois isso quer dizer que as origens do mal não são misteriosas nem profundas, mas estão inteiramente ao nosso alcance. Sendo assim, elas não infectam o mundo com uma

⁷⁹ Hannah ARENDT, *Eichmann em Jerusalém*, p. 120.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 253.

⁸¹ Cf. Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p. 328.

⁸² *Ibid.*, p. 329.

⁸³ Cf. *ibid.*, p.330.

profundidade capaz de nos fazer perder as esperanças no mundo em si. Como um fungo, pode devastar a realidade destruindo sua superfície. Suas raízes, entretanto, são rasas o bastante para poder ser arrancadas.⁸⁴

Não é o mal, mas sim o bem que deveria ser retratado com profundidade e dimensão. O que está em jogo é encontrar as ferramentas certas para fazer as pessoas darem o melhor de si em vez de o pior. Para Arendt, a idéia de amar o mundo, o *Amor Mundi*, era central para seu pensamento. Numa carta a Kurt Blumenfeld, ela escreveu: “[o] mundo como Deus o criou parece-me um mundo bom”⁸⁵ Por isso, concluiu Neiman, para Mary Mc Carthy, escritora americana e grande amiga de Arendt, *Eichmann em Jerusalém* é um livro que trata da redenção.

⁸⁴ Susan NEIMAN, *O Mal no Pensamento Moderno*, p. 331.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 331.

CAPÍTULO 5

A Banalidade do Mal na Sociedade Contemporânea

Zygmunt Bauman, sociólogo nascido em Poznan, na Polônia, em 1925, vive na Inglaterra desde 1971 e é professor de Sociologia na Universidade de Leeds. Publicou em torno de 57 livros e centenas de artigos que tratam com maior ênfase das características do mundo pós-moderno. Neste capítulo, serão utilizados dois de seus escritos, *Modernidade e Ambivalência* e *Modernidade e Holocausto*, com o objetivo de, a partir deles, tratar da questão do que leva os homens a serem os agentes da Banalidade do Mal na sociedade moderna e sob quais formas este Mal nela se apresenta. Vejamos, então, ainda que de forma sintética, qual é seu pensamento e quais suas argumentações.

Bauman propõe que o Holocausto seja visto como profundamente conectado com a modernidade e seus esforços de instaurar a ordem. Procedimentos de racionalidade, divisão de trabalho, categorização de diferentes espécies, regras, enfim, as categorias almejadas como próprias da era moderna, foram as mesmas que o tornaram possível. Em *Modernidade e Ambivalência*, o autor argumenta que a existência moderna é produzida e sustentada pelo projeto, pela manipulação, pela administração e pelo planejamento. Modernidade implica controle sobre a natureza, burocracia, regras, regulações e categorizações. Estas atividades têm como finalidade dar ao mundo uma estrutura e tornar os aspectos caóticos da vida ordenados e familiares, ao invés de contingentes e ambivalentes.

A ambivalência consiste na possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria. A modernidade se atribuiu a tarefa impossível de superá-la, através da criação da ordem em oposição ao caos. A luta contra a ambivalência cria, no entanto, maior ambivalência, ou seja, maior caos, pois ela própria é um produto da classificação. O caos é o refugio que escapa à definição, é a negação de tudo o que a ordem se empenha em ser. Cada

ato nomeador divide o mundo em dois: aquilo que responde ao nome que o ordena e todo o resto que não, que lhe escapa.

A guerra contra o caos fragmenta-se numa infinidade de batalhas locais pela ordem. Imagina-se que o mundo que se desintegra numa plethora de problemas seja um mundo governável. A grandiosa visão da ordem foi agora trocada em miúdos, em pequenos problemas solucionáveis, e espera-se que a harmoniosa totalidade surja dos esforços de fragmentá-la.

Antes disto, o mundo simplesmente era. Ele próprio não se percebia nesta oposição e não pensava nela nestes termos. A ordem, como projeto, apareceu na esteira de práticas ordenadoras, que visam criar ilhas artificiais de ordem projetadas e construídas pelo homem num mar de caos. Nosso mundo é moldado pela suspeita da fraqueza e fragilidade destas ilhas. É a inconclusividade do esforço que torna inelutável uma vida de contínua inquietação. A modernidade é uma obsessiva marcha adiante, uma ação impaciente, e nela qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária. Busca-se criar a ordem para restringir o que pertence ao plano da natureza, vista como algo não confiável, algo que não deve ser deixado por sua própria conta, algo a ser dominado, subordinado, remodelado, de forma a se reajustar às necessidades humanas. A ciência moderna ambiciona tornar as coisas melhores do que elas são. A natureza precisa estar subordinada à vontade e à razão humanas. Despojada de integridade e significado inerentes, ela parece um objeto maleável à liberdade do homem. A poderosa vontade da humanidade lhe dá o direito exclusivo de legislar seu sentido e utilidade.

Bauman concorda com o historiador Stephen L. Collins de que a visão de Hobbes marcou o nascimento da consciência da ordem, ou seja, da própria consciência moderna. Hobbes entendeu que a ordem deveria ser criada para restringir o mundo natural e torná-lo um produto artificial feito pelo homem. A idéia da ordem é, para Collins, um conceito dinâmico. A visão de um cosmo divino foi substituída, na Renascença inglesa, pela ideia de um Estado soberano. A sociedade não é mais o reflexo de algo predefinido, externo e transcendental que a ordena. Ela agora é ordenada pelo Estado, que é o seu representante.

A existência moderna é guiada pela premência de se projetar a si mesma, de se dar uma forma através do esforço e, neste processo, vai descartando sucessivas versões de harmonia. O esforço jamais cessa, pois a tarefa que a modernidade se atribuiu é impossível e seus produtos são sempre pálidos e imperfeitos reflexos de seus *foci imaginarii*: a verdade absoluta, a Ordem, a certeza, a harmonia – estes horizontes que, como todos os horizontes,

jamais podem ser alcançados e que invocam o fantasma do itinerário em um espaço por si mesmo desprovido de direção.

A esperança de chegada revela-se não mais do que uma ânsia de escapar. O presente é obsoleto antes mesmo de existir. Seu desfrute não dura mais do que um instante fugaz. A modernidade se iguala à agitação. A luta contra a inquietude do presente toma o aspecto de progresso histórico.

A prática moderna coloca limites à incorporação e à admissão de tudo o que não pode ser assimilado. A intolerância é a sua inclinação natural. Ela deslegitima o outro. Tudo o que escapa à definição assistida pelo poder é subversivo, pois faz lembrar o fluxo implacável que a ordem queria em vão conter. Assegurar a supremacia de uma ordem projetada, artificial, requer fronteiras, requer separar o dentro do fora. Isto significa suprimir ou exterminar tudo o que seja ambíguo, indeterminado, ambivalente.

Bauman detém-se na figura do “estranho”, apoiado em George Simmel e em Jaques Derrida. A sociedade moderna encara o estranho ou como uma sedução, um exotismo atraente ou, a partir de uma perspectiva negativa, como um objeto de medo. O estranho solapa a oposição amigo\inimigo, as duas modalidades nas quais o Outro pode ser reconhecido como outro sujeito. O estranho expõe o fracasso da própria oposição. Sua traiçoeira incongruência é uma ameaça constante à ordem do mundo. Ele solapa o ordenamento espacial do mundo, turva a linha de fronteira, habita uma área cinzenta. Pertence à família dos indefiníveis, dos inclassificáveis, nem uma coisa nem outra, e, porque nada é, pode ser tudo. Expõe o artifício, a fragilidade, a impostura da separação territorial e funcional. Coloca o exterior dentro e envenena o conforto da ordem com a suspeita do caos. Deve ser transformado em tabu, desarmado, segregado, suprimido, física ou mentalmente exilado, ou o mundo pode perecer.

Um grupo com qualidades distintivas contraria o poder planejador do Estado onipotente decidido a universalizar e tornar obrigatória a única condição humana que considera de acordo com ele mesmo. É ele quem difunde os padrões aceitáveis e elimina os demais. Uma parte da sociedade tem o direito monopolista de conferir significados obrigatórios para todos e classifica como necessitadas de reforma radical as seções não ajustadas a este corpo administrado pelo Estado.

No final do século XIX, a Europa centro-oriental era um caldeirão fervente de nações incompletas, incertas, inseguras de si mesmas. A insegurança alimentava a belicosidade. Nunca o zelo proselitista das pretendidas nações foi tão venenoso nem a intolerância dos

Estados nascentes, tão impiedosa. Na Alemanha, mais do que em qualquer outro lugar, a armadura universalista do “homem enquanto tal” perdeu muito do seu brilho original e foi abandonada pelas elites nativas ao mesmo tempo em que cultivavam as ambições nacionalistas, abrigando-se atrás dos baluartes do *Volkgeist*, “o espírito do povo”, que nenhum estrangeiro estava autorizado a penetrar.

O Estado nacional requer o artifício da realidade construída e a mobilização da solidariedade a uma comunidade imaginada. Redefine como amigos os nativos, os residentes do território. Louva e impõe a homogeneidade étnica, religiosa, lingüística e cultural. Constrói as memórias históricas conjuntas, uma herança comum, um destino comum, a sagrada união. Para ele, não deveria haver estranhos no mundo cotidiano dos nativos transformados em patriotas. Porém, nenhuma tentativa de assimilar, aculturar ou absorver a heterogeneidade e dissolvê-la no corpo homogêneo da nação, conforme o impulso dos nacionalismos nascentes para promover a uniformidade, teve um sucesso incondicional. Os estrangeiros teimosamente permaneceram indeterminados.

É a ausência de um lar que possibilita ao estrangeiro, ou para Karl Mannheim, ao intelectual¹, desmascarar, expor as mentiras e ideologias, revitalizar e desvalorizar os pensamentos imanentes e ser uma espantosa força corrosiva. O exílio é uma benção. Os excluídos são banidos para um lugar de onde podem obter uma perspectiva global. O estrangeiro é universal por não ter lar nem raízes. A solidez de raízes é uma receita para a mentalidade estreita e paroquial. Se o observador está confinado a um lugar certo na sociedade lhe é difícil possuir um discernimento abrangente. O ponto de vista do exílio é o único determinante cognitivo da verdade universal.

É a capacidade do forasteiro de se adaptar a qualquer ponto de vista que os grupos bem estabelecidos não suportam. A primeira opção é forçar o estrangeiro a partir. A outra é destruí-lo. Ou se cria em torno dele uma cerca cultural que o isola ou então se o rodeia com uma cerca de exotismo. Elas marcam o estrangeiro como o Outro e impedem que a ambiguidade da sua situação polua a limpidez da identidade nativa. Ele é, por tudo isto, um tentador objeto de genocídio.

Para Bauman, os judeus foram o protótipo dos estrangeiros na Europa dividida em nações-Estados empenhadas em aniquilar tudo o que fosse indeterminado. Eles eram uma anomalia: o único lembrete da relatividade da nacionalidade, o último resíduo de selvageria

¹ Apud Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Ambivalência*, p. 94.

num mundo repleto de ordens locais, ervas daninhas num mundo composto de jardins cuidadosamente cultivados, nômades entre os sedentários. A autonomia comunitária judaica era uma abominação.

Foi a atormentada condição judaica de Franz Kafka que lhe teria permitido exprimir, em sua obra, uma parábola do transe universal do homem moderno. Como seus heróis sem nome, Kafka experimentou a culpa sem crime e a condenação sem julgamento. Kafka, talvez o mais perspicaz dos estranhos universais, delineava os traços da estranheza. A razão do uso quase obsessivo que Kafka fazia da conjugação *aber* [mas], estaria na complexidade de uma alma que não pode simplesmente ver e sentir em linha reta. Ele não assinala a determinação “ou um ou outro”, mas um “lado a lado”, uma união incongruente, porém irrompível: versões, explicações, interpretações acumuladas umas sobre as outras, que juntas não fazem sentido algum. Cada interpretação, por si, promete entendimento; juntas revelam a agonia do sonho não gratificado de compreensão. Descobre-se o vazio que o sujeito lutava para ser, esse vazio que não era mais do que uma ânsia de preenchimento. Numa sociedade em que seu nascimento o colocou, sem autorizá-lo a se sentir em casa, Kafka tinha negada a possibilidade de nomear a sua ansiada, mas sempre ilusória, identidade. A particularidade judaica tornou-se a moderna universalidade. A falta de nome de Kafka precede e introduz o mundo moderno.

No reino político, expurgar a ambivalência significa segregar ou deportar os estranhos. No reino intelectual, significa deslegitimar todos os campos incontroláveis de conhecimento. Para o dever da filosofia que Kant se dispôs a estabelecer, a “opinião é absolutamente inadmissível”. Os juízos admitidos no tribunal filosófico da razão são necessários e guardam “estrita e absoluta universalidade”. Para Spinoza, o único conhecimento é o certo, o absoluto. Bauman considera que a filosofia fundadora de Kant, Descartes e Locke, teve correlação com a política do nascente Estado moderno que se empenhava em impor a ordem desejada sobre a realidade rebelde e deu ao déspota esclarecido a validade universal das suas intenções específicas. A função da razão legislativa seria a de iluminar e instruir o déspota no seu papel de executor.

O Estado moderno nasceu empenhado em transformar as populações em formas ordeiras, afinadas com os preceitos da razão. A metáfora do Estado jardineiro implica a substituição dos mecanismos incontrolados da sociedade por um plano traçado. Ele deslegitima a condição selvagem, inculta e inútil, que deve ser removida, e coloca em seu lugar o projeto útil e racional, a suprema e inquestionável autoridade da Razão, que fornece os critérios das plantas a serem cultivadas.

As ervas daninhas são o refugio da jardinagem, assim como a ambivalência é o refugio da modernidade, porque desafiam a arrumação da grade geométrica que se traçou para nela incluir o mundo. São a mistura não autorizada de categorias que não devem se misturar. Receberam a pena de morte por resistir à separação. O ser humano é a planta que se deve cultivar, ao mesmo tempo em que, impiedosamente, eliminam-se as ervas daninhas que privam as melhores plantas de nutrição, ar, luz e sol. O povo judeu era uma das ervas daninhas do jardim do futuro. Outras eram os doentes mentais, os homossexuais e os portadores de doenças congênitas.

Para Bauman, tenta-se marginalizar o Holocausto como um episódio histórico único: ou como uma erupção de forças pré-modernas bárbaras e irracionais ou como um assunto especificamente judaico, uma variante racista da longa história do antissemitismo. Uma escrupulosa investigação do Holocausto raramente é levada até o fim e quase nunca é aceita sem resistência, tão drástica seria sua revisão na autoconsciência da nossa civilização. Bauman o considera como profundamente relacionado com a modernidade e seus esforços de ordenação, pois foi executado seguindo os procedimentos racionais prescritos por ela: divisão do trabalho, categorização taxonômica das diferentes espécies e tendência de considerar a obediência às regras como moralmente justa.

Hitler e Stalin presidiram os casos mais extremos de “engenharia social” global na história moderna, um produto legítimo do espírito moderno, da ânsia de apressar o progresso da humanidade rumo ao ideal da perfeição, arraigado na mente de um público já com um século e meio de história pós-iluminista, repleto de propaganda cientificista e da constatação da assombrosa potência da tecnologia moderna. Resultou nas práticas eugênicas do nazismo e na grandiosa visão da sociedade perfeita e racionalizada dos regimes comunistas. Desembocou num potencial genocida em escala sem precedentes, baseado na concepção da sociedade como matéria bruta flexível a ser moldada e conformada por arquitetos armados de um projeto adequado.

O grandioso plano alemão de colocar a reprodução em bases científicas, de fazer uma espécie de seleção social planejada cientificamente, eliminando as forças fortuitas da hereditariedade e da seleção, foi uma expressão radical de ambições universais anteriores inerentes à mentalidade moderna, colocadas em prática com a ajuda dos recursos tecnológicos e organizacionais de uma sociedade plenamente mobilizada pelo poder de um estado centralizado. Muitos dos principais institutos de higiene e conhecimento racial já haviam sido

criados por renomados cientistas nas universidades alemãs muito antes de os nazistas chegarem ao poder.

O genocídio moderno não é uma explosão incontrolada de paixões irracionais. É, ao contrário, um exercício de engenharia social racional de produção da homogeneidade livre de ambivalências. A sua lógica, a solução “científica” dos problemas sociais, foi construída, legitimada e fornecida pelo espírito moderno. É função da escolha por uma elite governante de um mito que legitima o Estado como veículo do grupo dominante, cujos membros partilham uma imagem da qual a vítima é excluída por definição.

Declarar que uma categoria específica de pessoas não tem lugar na ordem futura é dizer que essa categoria está além da redenção. O Outro é um organismo doentio, enfermo e infeccioso. Serve apenas para ser extirpado ou envenenado. Deve ser destruído para que o resto do corpo social possa manter a saúde. É uma questão de medicina sanitária. Hitler chamava a isto de “exterminação da peste”².

Para H.G. Wells, toda ciência verdadeira se funda na “negação de que o impulso do acaso e a vontade e eventos individuais são os únicos métodos possíveis para a realização de coisas no mundo”. A sociedade não se tornaria limpa e harmoniosa se guiada unicamente por suas inclinações naturais. Ele pregava a urgência de “colocar as agências de planejamento científico no controle do desenvolvimento social”³.

Os cientistas alemães que conduziram o extermínio não eram necessariamente antissemitas, nem mesmo nazistas convictos. Sua motivação sincera era a ciência, a expansão do conhecimento. E, por isso, a clemência, do seu ponto de vista, devia ser desprezada, por não se tratar de um conceito científico. Não se obrigavam os médicos nazistas às horrendas experiências com os prisioneiros. Eles eram voluntários e seus resultados, apresentados em conferências e academias científicas de prestígio, eram saudados pelo meio acadêmico como material valioso de alta qualidade. Muitos mantiveram suas carreiras após a queda da Alemanha nazista como especialistas de renome em genética humana.

O impulso racionalizador dos agentes políticos procura se libertar das “restrições éticas” demandadas pelas forças sociais ainda não colonizadas e o faz incapacitando estas forças e suprimindo ou neutralizando os determinantes autônomos da ação individual. Ao despojar o Outro de sua humanidade e redefini-lo como um verme, como um parasita, ele

² *Apud* Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Ambivalência*, p. 56.

³ *Apud ibid.*, p. 42.

deixa de ser objeto de avaliação moral. O sucesso deste projeto se traduz no domínio universal do sistema e na ausência do homem. Este seria o plano proposto por Skinner, o psicólogo behaviorista: “eliminar a vontade e individualidade dos seres humanos”⁴.

Ao libertar a ação das restrições morais, a modernidade tornou o genocídio possível. Ela é sua condição necessária. A capacidade de coordenar ações humanas em escala maciça, a tecnologia, que permite agir com eficiência e distância do objeto de ação, a divisão de trabalho, a especialização e a dispersão das responsabilidades, além do aumento da autoridade da ciência que justifica os projetos de engenharia social e os condiciona exclusivamente à sua factibilidade técnica, tudo isto, a serviço da ânsia de ordem, transparência e ausência de ambiguidade, desloca a ação moral pela ação instrumental e torna possível o genocídio.

Para Bauman, devemos questionar e duvidar da pretensa sabedoria dos cientistas de dizer o que é bom ou mau, duvidar da ciência como fonte de autoridade moral e da capacidade dos cientistas de fazer um julgamento moral dos efeitos de suas ações.

Perguntou Müller-Hill: “foi aprendido algo com a explosão de barbárie na Alemanha ou ela será repetida em escala mundial de forma ainda mais terrível e num grau mais medonho ainda?”⁵. Bauman considera que as únicas forças capazes de conter e isolar o destrutivo potencial genocida da modernidade são o pluralismo, que devolve ao indivíduo a responsabilidade moral pelas suas ações, e a ambiguidade, que a mentalidade moderna acha tão difícil de tolerar. Para Hans Jonas:

O homem autêntico já está sempre lá e esteve lá durante toda a história conhecida, nas suas alturas e profundezas, na sua grandeza e miséria, na sua glória e tormento, na sua justiça e na sua culpa – em suma, em toda a ambiguidade que é inseparável da sua humanidade. Querer abolir essa ambiguidade constitutiva é querer abolir o homem na sua insondável liberdade.⁶

No livro *Modernidade e Holocausto*, Bauman considera que o Holocausto ainda não penetrou, pelo menos de forma séria, na consciência contemporânea. Com esta obra, ele pretende lançar argumentos para que se assimilem suas lições na corrente de nossa teoria da modernidade e do processo civilizador e seus efeitos.

⁴ Apud Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Ambivalência*, p. 48.

⁵ Apud *ibid.*, p. 53.

⁶ Apud *ibid.*, p. 61.

Bauman comenta a posição da socióloga Helen Fein⁷ que, conforme a corrente dominante da sociologia ortodoxa, concebe o Holocausto como um produto único, mas determinado, da concatenação específica de fatores sociais e psicológicos que levaram a uma suspensão temporária do controle civilizatório em que normalmente é mantido o comportamento humano. Qualquer instinto moral encontrado na conduta humana seria socialmente produzido e se dissolveria assim que a sociedade passasse a funcionar mal. Por isso, é necessário o impacto humanizador da organização social sobre os impulsos desumanos que governam a conduta dos indivíduos, das restrições morais que contêm o egoísmo violento e a selvageria inata do animal que existe no homem. O Holocausto seria, segundo essa visão, um fracasso, uma disfunção, e não um produto da modernidade. Prevalce aí ainda a ideia do Estado “jardineiro”, que considera a sociedade como objeto de planejamento, cultivo e extirpação de ervas daninhas.

Para Bauman, é insustentável o conceito da história européia como ascensão da humanidade sobre o animal que há no homem, como o triunfo da organização racional sobre a crueldade da vida e, também, a concepção da sociedade moderna como força moralizante inequívoca, de suas instituições como poderes civilizadores e de seus controles coercitivos como barragem que defende a frágil humanidade das torrentes das paixões animais. O autor suspeita que o Holocausto tenha exposto o reverso desta mesma sociedade moderna, cujo verso mais familiar tanto admiramos. Tudo o que o tornou possível foi “normal”, no sentido do que sabemos de nossa civilização. Ao exaltarmos o progresso material trazido por ela, subestimamos seu verdadeiro potencial. Foi o mundo racional da civilização moderna, foi o sucesso de uma sociedade burocrática que o tornou viável.

Para Henry Feingold⁸, Auschwitz também foi uma extensão do moderno sistema fabril. Em vez de produzir bens, a matéria-prima eram seres humanos e o produto final, a morte, com tantas unidades por dia registradas nos mapas de produção do administrador. A malha ferroviária da Europa passou a transportar a nova matéria-prima para as fábricas. Nas câmaras de gás, as vítimas inalavam gases letais desprendidos por ácido prússico produzido pela avançada indústria química da Alemanha. Engenheiros projetaram os crematórios e administradores de empresa planejaram o eficiente sistema burocrático que geria todo este empreendimento.

⁷ Cf. Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 22.

⁸ *Ibid.*, p. 26.

Raul Hilberg, em *The Destruction of the European Jews*, assim concluiu seu estudo sobre o Holocausto: “é um erro imaginar que civilização e crueldade selvagem sejam antíteses”⁹. A civilização moderna não é incompatível com a barbárie.

O teólogo Richard L. Rubenstein¹⁰ insistiu que os valores destacados por Weber como próprios da burocracia moderna – espírito racional, mentalidade científica, princípio de eficiência, desterro dos valores ao reino da subjetividade, etc. – não indicam qualquer oposição aos horrores ocorridos no nazismo. Isto nos faz lembrar o quanto é formal e eticamente cega a busca burocrática da eficiência. Constatamos até que ponto o extermínio em massa dependeu da disponibilidade de especializações, da divisão de trabalho, do fluxo de comandos, da coordenação impessoal e sincronizada de ações autônomas, embora complementares: todos eles, competências próprias da tediosa rotina burocrática.

Para o filósofo Günther Anders, em seu artigo *Nosotros los hijos de Eichmann*, a humanidade, na sua maior parte, é constituída de trabalhadores subalternos, absolutamente desinteressados do efeito final de seu trabalho. No seio da nossa atual divisão de trabalho devemos limitar nosso interesse à atividade especializada pela qual somos pagos. Estamos condenados a nos concentrar em minúsculos segmentos do processo global e, deste modo, ficamos excluídos da representação da imagem do processo global de trabalho, composto por milhares de fases, assim como dos seus objetivos. Na Alemanha nazista os empregados desempenhavam conscienciosamente as suas funções porque somente se viam como peças de uma máquina e porque interpretavam seu bom funcionamento como a sua justificação. Eram prisioneiros de seu trabalho especializado e, com isto, ficavam separados do efeito final por múltiplos muros. A magnitude de seu trabalho os tornava incapazes de representá-lo e de representar a massa de seres humanos para cuja liquidação contribuíam.

Pensa o autor que o estado técnico-totalitário, para o qual caminhamos, converte o mundo em uma máquina. Esta tendência deriva do princípio da máquina, isto é, de seu impulso à auto-expansão. Se nos entregarmos a esta evolução, perderemos nossa especificidade como seres humanos e só existiremos como peças mecânicas ou como materiais requeridos pela máquina. A semelhança deste ameaçador império técnico-totalitário com o monstruoso império de que Auschwitz é emblemático é evidente, com seu cínico extermínio do não utilizável. Ali, teria havido um ensaio geral do totalitarismo, uma aventura

⁹ Apud Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 27.

¹⁰ Cf. *ibid.*, p.29.

prematura da história universal. Auschwitz marcou nossa época, pois o que ali sucedeu poderá repetir-se a cada dia. O totalitarismo técnico, do qual o político é só um fenômeno derivado, vem-nos ao encontro de todas as partes.

Para Bauman, a própria Solução Final foi produto da cultura burocrática. Hitler estabeleceu o objetivo: livrar-se dos judeus. A concretização deste objetivo iria depender das circunstâncias, sempre consideradas pelos especialistas do ponto de vista da sua factibilidade e dos custos das alternativas de ação. Foi matéria de cooperação entre vários departamentos da burocracia estatal, de cuidadoso planejamento, de projetar a tecnologia e o equipamento técnico adequados, de traçar orçamentos, calcular e levantar os recursos necessários. Em nenhum momento, o Holocausto entrou em conflito com os princípios da racionalidade e da modernidade, na qual ela se sentia em casa. Ele julga que a cultura burocrática nos capacita a encarar a sociedade como objeto de administração, como uma coleção de “problemas a resolver”, como “natureza a ser controlada”, “melhorada” ou “refeita”. Ela tornou soluções tipo Holocausto não apenas possíveis, mas “razoáveis”. Este aumento de probabilidade está ligado à capacidade da burocracia moderna de coordenar a ação de um grande número de indivíduos morais na busca de quaisquer finalidades, inclusive as imorais. O poder é que dirá o que é certo.

O Holocausto não foi cometido por sádicos, loucos, depravados, fanáticos ou criminosos. Não mais de 10% dos SS poderiam ser considerados “anormais”, e estes eram geralmente expulsos ou barrados dos campos de concentração e até mesmo dos *Einsatzgruppen*, encarregados dos fuzilamentos em massa. Iniciativas individuais eram desencorajadas e se fazia muito esforço para manter toda a tarefa num quadro estritamente impessoal, prático e eficiente. Himmler, mais de uma vez, manifestou profunda preocupação com a preservação da sanidade mental e dos padrões morais de seus subordinados. A raiva e a fúria são primitivas e ineficazes como instrumentos de extermínio em massa. Elas normalmente se exaurem antes que se conclua a tarefa e não se podem erguer grandes projetos sobre essa base. A outra barreira: “a superação da piedade animal”, no dizer de Hannah Arendt¹¹, era enfrentada por meio da eficiência de uma disciplinada burocracia estritamente coordenada. Não havia tipos de pessoas especiais para as tarefas mais horrendas – designava-se o pessoal que “estivesse à mão”. Segundo Hilberg:

¹¹ Apud Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 40.

Qualquer integrante da Polícia da Ordem podia ser guarda num gueto ou num trem. Todo advogado no Departamento Central de Segurança do Reich devia estar pronto para liderar unidades móveis de matança; todo especialista financeiro do Departamento Econômico-Administrativo Central era considerado uma opção natural para o serviço nos campos de extermínio.¹²

Perguntou Bauman: “como esses alemães comuns foram transformados nos perpetradores do extermínio em massa?” Apoiando-se em Herbert C. Kelman, ele mesmo respondeu. Primeiro, a violência é autorizada pela disciplina da organização. Ou seja, obedece-se a ordens superiores e coloca-se a devoção à organização acima de quaisquer outros estímulos à ação. A responsabilidade torna-se exclusiva do chefe. Oblitera-se em seu nome a própria identidade e se sacrificam os próprios interesses. Considerada a grande virtude moral destinada a por fim a todas as demais exigências morais, esta atitude representa a “honra do funcionário público”, nas palavras de Max Weber¹³. Sustentada na noção de honra, a disciplina substitui a responsabilidade moral. A avaliação moral das ações é delegada aos que comandam. Negar autoridade à própria consciência torna-se, então, a mais elevada das virtudes.

Em segundo lugar, as vítimas da violência são desumanizadas. O caráter moral da ação é encoberto. Disse Hilberg: “a maioria dos participantes [do genocídio, somente] compôs memorandos, redigiu planos, falou ao telefone e participou de conferências. Podiam destruir todo um povo sentados em suas escrivaninhas”¹⁴. Ligações causais entre suas ações e o assassinato em massa eram difíceis de distinguir, pois cada um fazia, à sua vez, coisas inofensivas. Com o aumento da distância física e/ou psíquica entre o ato e suas conseqüências, os dilemas morais saem de vista. As próprias vítimas também são tornadas invisíveis. É o morticínio à distância, próprio da guerra moderna. Foi o que motivou a construção das câmaras de gás que reduziu o papel do matador ao de um “funcionário sanitário”, que “somente” esvazia um saco de “desinfetantes químicos” no interior de um prédio no qual não necessitava penetrar.

Por último, a violência é produto do silêncio mortal da indiferença. A maioria dos alemães encarou a sorte dos judeus com apatia e a resignação. As pessoas achavam desagradável especular o destino de seus vizinhos. Estas questões eram desestimuladas pelo

¹² *Apud* Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 12.

¹³ *Apud ibid.*, p. 41.

¹⁴ *Apud ibid.*, p. 45.

medo que a exibição de poder causava e deixadas de lado. A maioria dos espectadores preferiu reagir diante de coisas bárbaras e repugnantes como ensinam as normas civilizadas: viraram os olhos para o outro lado. Os poucos que se levantaram contra a crueldade não tinham normas ou sanções sociais para apoiá-los. Sua consciência moral era realmente seu único bem e atributo pessoal. Eram solitários que diziam: “não posso agir de outro modo”.

As práticas de separar, de distanciar, de criar fronteiras, não precisam do apoio de uma atitude hostil para serem efetivadas. O judeu viveu durante séculos em bairros diferentes, usava uma roupa típica, ocasionalmente prescrita por lei, tinha regras de convivência com os nativos. Criavam-se condições sob as quais era concebível coabitar sem fricção. A alteridade judaica não impedia sua acomodação na ordem social dominante.

Até o advento da modernidade, a separação dos judeus foi um exemplo da separação universal de grupos minoritários dentro de uma população hospedeira. Agora, eles saíam da reclusão dos guetos, compravam ou alugavam casas em distritos antes exclusivamente cristãos, participavam do dia a dia, vestiam-se como todos os demais e, de párias que foram, ascendiam a posições de influência e prestígio social.

Houve uma evidente descontinuidade entre o ódio tradicional pré-moderno e o moderno projeto de extermínio do Holocausto. A sorte dos judeus condensava a assustadora reviravolta social e a erosão das velhas certezas, a dissolução de tudo o que antes era considerado sólido e duradouro. O mundo pré-moderno que ainda subsistia, as classes e estratos sociais do *ancien regime*, que estavam a ponto de serem desarraigados, afastados de suas seguras posições sociais pela nova ordem, podiam imputar-lhes a culpa pelo medo e pela insegurança que acompanharam o advento da modernidade. Os judeus foram apanhados no mais feroz dos conflitos históricos: o que opunha o mundo pré-moderno e a modernidade.

O racismo serviu de instrumento para a mobilização de sentimentos e ansiedades antimodernistas. Porém, como prática política, o racismo é impensável sem o avanço da ciência, da tecnologia e do poder estatal moderno. Ele atuou no contexto de um projeto de engenharia social de criar uma sociedade perfeita e com a intenção de realizar este projeto através de um esforço planejado e consistente. No caso do Holocausto, o projeto era o Reich de mil anos, um reino onde só havia lugar para o Espírito Alemão. A incapacidade espiritual dos judeus de se converterem ao *Geist* (espírito) do *Volk* (povo) alemão foi atribuída à hereditariedade do sangue.

A mesma ciência, a eugenia, que usa as práticas de seleção sistemática e eliminação dos elementos doentes no caso do gado, deu base à política racial nazista, que começou por destruir as “vidas inúteis”, (*unwertes Lebens*) dos doentes físicos e mentais. Hitler desencadeou a guerra em nome de um serviço à humanidade racialmente organizada. Cabia à ciência separar os elementos úteis destinados a viver e prosperar, isolando-os dos elementos perigosos e mórbidos que devem ser exterminados. Os discursos e a linguagem de Hitler estavam carregados de imagens de doença, infecção, pestilência, bacilos, micróbios e vermes. Em suas palavras: “exterminando a peste estaremos servindo à humanidade”, enquanto Himmler dizia: “quantas doenças têm sua origem no vírus judaico [...] Só recobramos a saúde eliminando o judeu”¹⁵. O extermínio dos judeus era a *Gesundung* (cura) da Europa, a *Selbstreinigung* (autopurificação), uma medida de “higiene profilática”, como a definiu Goebbels.

O Holocausto é um subproduto do impulso moderno em direção a um mundo totalmente planejado e controlado. Bauman considera que o processo civilizador substituiu os impulsos naturais por padrões artificiais da conduta humana e tornou possível uma escala de desumanidade e destruição inconcebíveis enquanto as predisposições naturais guiaram a ação humana.

Raul Hilberg perguntou ao final de seu livro: “vocês não ficariam mais felizes se eu pudesse mostrar que todos os que perpetraram [o crime] eram loucos?”¹⁶. Mas o problema é que não o eram. Esta é a questão crucial sempre que indagamos o significado da Civilização Ocidental depois de Auschwitz.

Para Bauman, as vítimas de Hitler e Stalin foram mortas de uma maneira mecânica, enfadonha, sem o estímulo de emoções humanas, sequer do ódio. Foram mortas por não se adequarem ao esquema de uma sociedade perfeita, ordeira, controlada. Mostram o que os sonhos de racionalização, planejamento e controle da moderna civilização são capazes de realizar. Após definir as ações como meios para alcançar um fim último, qualquer objetivo pode ser perseguido com eficiência e vigor. A burocracia é intrinsecamente capaz do genocídio, desde que se encontre com outra invenção da modernidade: um projeto amplo de uma ordem social considerada melhor como, por exemplo, uma sociedade racialmente uniforme ou sem classes.

¹⁵ Apud Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 93-4.

¹⁶ Apud *ibid.*, p. 106.

O caráter não-violento da civilização moderna é uma ilusão, o seu mito legitimador. O uso da violência é mais eficiente e menos dispendioso quando os meios são submetidos a critérios instrumentais e racionais e, assim, dissociados da avaliação moral dos fins. Todas as burocracias cumprem um tipo de operação dissociativa que é resultado de dois processos paralelos: o primeiro, a divisão funcional do trabalho e o segundo, a substituição da responsabilidade moral pela técnica.

A burocracia traduziu os desígnios de Hitler em termos de processo e rotina. Antes dos últimos elos da cadeia burocrática atuarem, a maior parte das operações preparatórias já foi executada por outras pessoas. A divisão hierárquica do trabalho e, também, a falta de similaridade entre a tarefa imediata e o todo que resulta criam distanciamento e impedem a experiência pessoal direta na efetiva execução da tarefa. A maioria dos funcionários pode dar ordens sem pleno conhecimento dos seus efeitos. Geralmente têm deles apenas uma consciência abstrata e os medem em termos estatísticos, o que dificulta pensar nos resultados em base de um julgamento moral. Cada ação isolada parece desvinculada do objetivo final alcançado, ainda que este seja a Solução Final.

A responsabilidade técnica faz esquecer que a ação é um meio para alcançar algo para além dela mesma. O próprio ato burocrático se torna um fim em si mesmo. Pode ser julgado apenas pelos critérios racionais de relação custo-benefício, adequação e sucesso. Os talentos, conhecimentos especializados e a inventividade podem ser mobilizados e colocados a serviço do sucesso técnico do propósito burocrático geral. De um modo geral, os atores querem superar-se; querem fazer bem o seu trabalho. A moralidade se resume em ser um trabalhador bom e eficiente.

Foi a elaboração da “solução para o problema judeu” como uma tarefa racional, técnico-burocrática, como algo a ser feito a uma categoria específica de objetos por um conjunto específico de especialistas e organizações especializadas, como uma tarefa despersonalizada, não dependente dos sentimentos e compromissos pessoais, que se revelou adequada à visão de Hitler.

A operação burocrática desumaniza os homens, destituindo-os de sua identidade, reduzindo-os a um conjunto de números. Objetos desumanizados são vistos com indiferença ética, não têm interesses a serem considerados, não têm direito a nenhuma reivindicação à subjetividade. Podem tornar-se, sim, um “fator incômodo”. Sua rebeldia, porém, reforça os laços de camaradagem que unem os funcionários. Eles se sentem como companheiros numa

luta difícil que pede coragem, autosacrifício e dedicação desinteressada à causa. São eles que merecem compaixão. Podem sentir orgulho e confiança na própria dignidade. Os funcionários podem servir com lealdade a qualquer tipo de meta e ainda manter sua consciência moral intacta.

O genocídio não é atributo imanente da sociedade moderna, mas também não é um fenômeno estranho a ela. Ele demonstrou do que é capaz a tendência racionalizante do planejamento instrumental moderno se não for controlada e abrandada, se o pluralismo dos poderes sociais for destruído – como quer o ideal de uma sociedade harmoniosa, ordeira, livre de conflitos, totalmente controlada e projetada. O mais terrível dos males de que se tem memória não resultou de uma ruptura da ordem, mas de um impecável, indiscutível e inatacável império da ordem.

A civilização mostrou-se incapaz de garantir a utilização moral dos terríveis poderes que trouxe à luz e o processo civilizador fracassou em erguer uma única barreira segura contra o genocídio. As igrejas, todas elas, cooperaram. O silêncio, diante da desumanidade organizada, foi o único ponto a unir as igrejas, normalmente em total desacordo. Hitler nunca foi excomungado. E a ciência abriu caminho ao genocídio ao solapar a autoridade de todo pensamento normativo, especialmente o da religião e o da ética, ao proclamá-los irremediavelmente subjetivos. A ciência é o mais completo exemplo da dissociação entre meios e fins: os fins é que são submetidos à avaliação moral e não os meios. Ela tem orgulho de ser livre de juízos valorativos e ridiculariza os que pregam a moralidade de suas ações. Disse Bauman, de forma terrível:

[ela] desmantelou todas as barreiras que a podiam impedir de cooperar com entusiasmo e entrega total no desenvolvimento de métodos mais eficientes e rápidos de esterilização em massa e de assassinato em massa; ou de conceber a escravidão nos campos de concentração como uma oportunidade única e maravilhosa para conduzir as pesquisas médicas com vistas ao avanço do conhecimento e – claro – da humanidade.¹⁷

A nova tecnologia da informática oblitera cada vez mais a visão da humanidade dos seus objetos humanos. A distância psicológica cresce sem parar. E, com isso, também o progresso tecnológico ganha autonomia de quaisquer propósitos humanos. Dificilmente a ação precisa de qualquer outra justificação além do reconhecimento de que a tecnologia disponível a tornou possível.

¹⁷ Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 133.

A conclusão de uma famosa experiência realizada por Stanley Milgram, um psicólogo americano da Universidade de Yale¹⁸, foi que a crueldade não é cometida por indivíduos cruéis, mas por homens e mulheres comuns tentando desempenhar bem suas tarefas ordinárias. Ela se vincula fortemente à relação de autoridade e subordinação. Atos impensáveis, num indivíduo que age por conta própria, podem ser executados quando levados a efeito sob ordens. A desumanidade pode ser produzida socialmente. É psicologicamente fácil ignorar a responsabilidade quando se é apenas um elo intermediário numa cadeia de ação maléfica, distante das conseqüências finais da ação. O importante é que algumas pessoas receberam um poder total, exclusivo e imoderado sobre algumas outras. Como a autoridade social reclama o monopólio do julgamento moral, o comportamento moral vira sinônimo de conformidade e obediência social às normas observadas pela maioria.

Para Bauman, foi o colapso da democracia após o colapso da ordem social mais ampla que possibilitou o Holocausto. O vazio tende a ser preenchido por forças que utilizam o monopólio estatal de coerção para impor uma nova ordem em escala societária. A voz da consciência moral individual é melhor ouvida no tumulto da discórdia política e social. O pluralismo é o melhor medicamento preventivo contra pessoas moralmente normais envolvendo-se em ações moralmente anormais.

O Holocausto colocou em pauta a necessidade de legitimar o veredito de imoralidade formulado contra as ações de um grande número de pessoas que seguiram fielmente as normas morais de sua sociedade. Não haveria criminosos de guerra e nenhum direito de julgar, condenar e executar Eichmann, a não ser que houvesse alguma justificativa para conceber como criminoso um comportamento disciplinado, totalmente conforme às normas morais em vigor naquela época e naquele lugar. E não haveria como conceber punição para esse comportamento como outra coisa além de vingança dos vencedores sobre os vencidos, se não houvesse uma base não societária a partir da qual as ações condenadas poderiam ser vistas como colidindo não só com uma norma legal retroativamente imposta, mas também com princípios morais que a sociedade pode suspender, mas não declarar improcedentes. Como conseqüência do Holocausto, tanto a prática legal quanto a teoria moral enfrentaram a possibilidade de que a moralidade possa se manifestar numa insubordinação face a princípios socialmente sustentados e numa ação abertamente em desafio com o consenso social.

¹⁸ Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 178 et seq.

Hannah Arendt formulou a questão da responsabilidade moral de resistir à socialização: exige-se “que os seres humanos sejam capazes de distinguir o certo do errado”. Esta distinção não pode ser legitimada por referência a poderes sociais que a sancionem e imponham. Mesmo se condenada pelo grupo, a conduta individual deve ainda assim ser moral. A capacidade de distinguir o certo do errado terá que se basear em algo além da consciência coletiva da sociedade. Toda sociedade encontra tal capacidade já formada, assim como encontra já dados a constituição biológica, as necessidades fisiológicas e os impulsos psicológicos humanos.¹⁹

O processo de socialização consiste na manipulação da capacidade moral – não na sua produção. A autoridade e a responsabilidade pelas opções morais repousam na pessoa humana. O feito do regime nazista consistiu, primeiro e acima de tudo, em neutralizar o impacto moral do modo de existência especificamente humano, aquela piedade animal e o ímpeto de ajudar os que sofrem.

A perpetração do Holocausto requereu a neutralização das atitudes alemãs normais em relação aos judeus, não a mobilização delas. Os planejadores SS do genocídio tinham que abrir caminho para a Solução Final preservando a independência dessa tarefa face aos sentimentos da população em geral. Daí a necessidade de uma propaganda contínua para despertar a massa para o seu papel na implementação das medidas antijudaicas. A tarefa mais difícil era fazer o estereótipo abstrato do judeu assentar na imagem pessoal do judeu que eles conheciam: do seu vizinho, sócio e amigo judeu. Parece que o que impede o choque que qualquer raciocínio lógico consideraria inevitável é a saturação moral das imagens e o caráter moralmente neutro, puramente intelectual do estereótipo. O outro como categoria abstrata não se comunica com o outro que eu conheço e que pertence ao reino da moralidade do qual aquele está excluído.

Para tanto foi necessário isolar social e moralmente a minoria judaica da maioria da população. Segundo as palavras do historiador Hans Mommsen, “só depois que um acúmulo de legislação discriminatória empurrou os judeus da Alemanha a um papel de párias sociais completamente privados de qualquer comunicação social regular com a maioria da população, foi que a deportação e o extermínio puderam ser levados a efeito sem abalar a estrutura social do regime”²⁰.

¹⁹ Cf. Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 206.

²⁰ *Apud ibid.*, p. 219.

Raul Hilberg²¹ considerou que o processo de destruição segue passos logicamente determinados, que conduzem ao gradual silenciamento das inibições morais. Estes sucessivos estágios estão dispostos de acordo com a lógica da expulsão do reino do dever moral, ou, para usar o conceito sugerido por Helen Fein, do universo das obrigações. Quanto mais a sequência se afasta do ponto original, quanto mais aumenta a distância física e mental entre as vítimas-alvo e o restante da população, tanto mais a ação se guia por considerações puramente técnico-rationais, a um ponto em que a responsabilidade e as inibições de ordem moral se tornam inaudíveis.

Nossa persistente inabilidade para chegar a um acordo sobre o significado do Holocausto, nossa incapacidade de desmascarar e desarmar a armadilha homicida, nossa disposição de continuar brincando de história com os dados viciados da razão que descarta os clamores da moralidade como irrelevantes ou loucos, nossa submissão à autoridade do cálculo custos-benefícios como argumento contra os mandamentos éticos – tudo isso evidencia a corrupção que o Holocausto expôs, mas fez pouco, ao que parece, para desacreditar.²²

Ano após ano, o Holocausto vai encolhendo para o nível de um episódio histórico que recua mais e mais no passado. O Holocausto não é uma propriedade privada. Sua importância atual está nas lições que traz para toda a humanidade. A primeira, o alerta para o perigo de um sistema em que a racionalidade e a ética apontam em sentidos opostos. A segunda, de que é possível optar pelo dever moral acima da racionalidade da autopreservação, como deram testemunho as poucas pessoas que o fizeram. O mal não é todo-poderoso. Pode-se resistir a ele. Trata-se de uma escolha. Como diz Emmanuel Levinas: “a moralidade é um momento de generosidade [...] Alguém joga sem ganhar”²³.

A conduta de inspiração moral é supremamente inútil e não pode ser atrelada a nenhum propósito. Em resposta à heteronomia das racionalidades instrumentais e processuais, ela é autônoma, é um ato gratuito, representa o reconhecimento e o respeito ao rosto do Outro.

²¹ Cf. Zigmunt BAUMAN, *Modernidade e Holocausto*, p. 219.

²² *Ibid.*, p. 233.

²³ *Apud ibid.*, p. 244.

CONCLUSÃO

Tempo Rei!
Oh Tempo Rei!
Transformai
As velhas formas do viver

Gilberto Gil

Gunther Anders, que foi o primeiro marido de Hannah Arendt, considerou no livro *Nosotros, los Hijos de Eichmann*, que as repetições do monstruoso não são somente possíveis, mas prováveis. Porém, nossa derrota só será selada se não descobirmos com clareza o que propriamente temos que combater. Para Anders, o problema com o tempo presente é que o que podemos fazer hoje é maior do que a nossa capacidade de representar. Possuímos uma capacidade ilimitada de fabricação que resulta do aumento das realizações técnicas, porém os efeitos que somos capazes de provocar são tão enormes e potentes que já não os podemos conceber e nem identificar como nossos. O mesmo se dá com a capacidade de percepção e com o sentir. Não estamos mais à altura de nossas próprias ações. O demasiado grande nos deixa frios, indiferentes. Seis milhões de pessoas não são para nós mais do que um simples número.

O olhar distanciado, sem imaginação, faz com que não vejamos o outro como igual a nós. Possivelmente era indiferente para Eichmann que aqueles cujo itinerário ele traçava diariamente fossem judeus. Qualquer outro grupo lhe seria igual, não era assunto seu, nem de sua competência. Todas as suas vítimas potenciais não lhe importavam nada. Sua maldade consistia precisamente nesta irreflexão. Esta total indiferença quanto ao “material” com que trabalhava e quanto aos resultados finais de seus labores burocráticos, converteu sua ação em

completamente *eichmanniana*, no dizer de Anders, e que eu desejo chamar da exata representação da Banalidade do Mal.

Não sabemos se o desenvolvimento das modernas possibilidades de aniquilação será conciliável com a preservação da vida na Terra. Se nos baseássemos nas experiências das duas guerras mundiais, nós nos desesperaríamos. Para Arendt, diante do beco sem saída da falta de sentido em que caiu a política, não podemos imaginar uma solução satisfatória, nem mesmo pressupondo a maior boa vontade de todas as partes. Por isto, uma mudança decisiva para a salvação dependeria de um milagre. Mas ela nos lembra que nossa existência real, o surgimento da vida e do gênero humano sobre a Terra deveram-se a um tipo de milagre, uma vez que, sob a ótica das probabilidades estatísticas, a própria Terra é de uma improbabilidade infinita. Sempre que ocorre algo novo é de modo inesperado, imprevisível e inexplicável e, por isso, cada novo início é um milagre. O processo histórico surge de iniciativas humanas e é continuamente rompido por novas iniciativas. O homem é o próprio feitor dos milagres. Ele possui o dom de agir, ele é dotado para fazer milagres, estabelecer novos inícios, começar algo novo. Enquanto puderem agir, os homens poderão realizar o improvável e o imprevisível.

Esta é a resposta de Hannah Arendt para a pergunta do que nos resta de esperança: resta-nos o milagre de novos inícios. Mas o que seria a era do milagre? O que ela anunciaria?

Crer na selvageria irremediável do ser humano pode ser somente uma avaliação parcial de suas potencialidades. O sentimento de que nosso tempo de alguma forma chegou ao fim pode também ser compreendido como um início cujo significado profundo ainda não captamos.

Neste tempo de suspensão e de espera, Jaspers, segundo Arendt, negou o caráter absoluto de qualquer doutrina e em seu lugar colocou a relatividade universal do filosofar individual. A “comunicação ilimitada” significa a fé na compreensibilidade de todas as verdades e a boa vontade em revelar e ouvir como condição primária de todo intercuro humano. A verdade se revela na comunicação entre os contemporâneos e também entre os vivos e os mortos. É uma espécie de prática entre os homens.

Esta solução, considerada por muitos como ingênua, vejo-a apontar o único caminho capaz de preservar a liberdade e a singularidade do homem. Arendt, num artigo sobre Lessing, disse que sua grandeza não consistiu na percepção de não poder existir uma verdade única no

mundo humano, mas sim na sua alegria de que ela realmente não exista e, portanto, de que o discurso interminável entre os homens nunca cessará enquanto eles existirem.

Os que vivem nestes tempos sombrios, nesta “época desarticulada”, tendem a desprezar o espaço público e a procurar, desligados de um mundo comum a todos, chegar, como compensação, ao entendimento mútuo com seus companheiros. A perda da “tribo” dentro da qual cada um tinha sua posição definida, lançou-nos num espaço de falta de raízes, solidão e ausência de realidade. Subsiste somente a cordialidade e a fraternidade das relações humanas e a invisibilidade interior do pensar e do sentir como substitutas para a perda do mundo visível e comum.

Porém, dizer “o que se acha que é a verdade” não é possível na solidão. É sempre entre os homens que a realidade terá que ser construída. É este enunciar entre os homens que estabelece as distancias e as proximidades que constituem o mundo. Pois são os homens, em sua infinita pluralidade, que habitam a Terra. O mundo só pode se formar nos interstícios entre eles, em toda a sua diversidade. Arendt cita a este respeito, da maneira mais oportuna e bela, a frase de Lessing: “que cada um diga o que acha que é verdade, e que a própria verdade seja confiada a Deus”.

Se conseguíssemos retomar o fio da meada que foi rompido, certamente não nos encontraríamos num mundo sem a dor, o sofrimento e a morte, e nem mesmo sem o mal radical, que são partes da condição humana. Mas não seríamos mais tão primitivos em nossa guerra de todos contra todos e, num estágio mais evoluído de nossa consciência, talvez por ter a humanidade sofrido demais as conseqüências de sua infância cruel, poderíamos e deveríamos esperar que se venha a praticar o respeito de um homem pela singularidade do outro homem e da natureza.

Cada ser vivo, cada ser humano, é um mundo de infinita complexidade. Com que facilidade acedemos à inevitabilidade do mal e destruimos mundos inteiros, povos inteiros, naturezas inteiras, sem pouco colocar no lugar do que foi destruído que valha realmente a pena. Não será esta a natureza da Banalidade do Mal? Este olhar sem imaginação e sem profundidade para o mundo do outro? Este permanecer numa superfície morta, negar que possa existir vida sob esta pele habitada pelos fungos e pela mortalidade? Ao se permitir imaginar uma vida por detrás deste plano, somos obrigados a respeitá-la. Obrigados, porque jamais seremos capazes de abarcá-la, ela nos escapa, não é nossa criação. Não sabemos, não podemos saber, não podemos avaliar o que se esconde atrás dele. Então, há que se ser

prudente, abster-se de destruir o que não se conhece, o que não se construiu, como os bárbaros que destroem e destruíram tesouros de cultura e de natureza com a espada e com os machados, com a indiferença banal dos brutos.

Num tempo em que a religião ainda imperava, era possível falar da sacralidade do homem feito à imagem e semelhança de Deus ou da Centelha Divina dentro de cada ser como argumento para a obrigatoriedade deste respeito: o amar ao próximo como a si mesmo, o reconhecer no outro um espelho, imaginá-lo como um outro eu, igualmente intocável, igualmente Filho de Deus. Mas, em nossa época secularizada e niilista, este argumento não basta.

Julgo que, em termos seculares, devolver-nos à sacralidade que foi perdida seria parar ante esta grande interrogação, ante este limite que não devemos ultrapassar, e que, no dizer de Levinas, é a superfície do rosto do Outro. O resto é permitir-se viver com nossas contradições, respeitar e assentir com a vontade de viver que nos impulsiona a todos.

O próprio homem virou hoje mera mercadoria, consumível e consumidor enquanto as leis de mercado o favorecerem. Quando isto não acontece, ele se torna naturalmente supérfluo, sujeito às leis da oferta e da procura e descartável como qualquer outra mercadoria. Ao não possuir um lugar real neste mundo, o homem perde o mundo comum que lhe dá significado e o localiza numa identidade. Este ser amorfo e anulado que resulta tenta combater a solidão consumindo, tendo coisas e sendo coisa, sendo um meio e não um fim em si mesmo.

O horror inexprimível do Nazismo teria nascido da superfluidade do homem, de sua autonegação, da abdicação de sua responsabilidade como pessoa, da renúncia à sua autonomia, que foi abandonada nas mãos do primeiro louco ou da primeira loucura que se apresentou. Os homens isolados uns dos outros, o Um das sociedades totalitárias e da sociedade de consumo, é realmente um Nenhum, o indiferenciado, o Um que aponta a morte da individualidade, apesar da retórica extremamente individualista do mundo contemporâneo.

Entendo que o que nos distancia da Banalidade do Mal é, nos termos de Arendt, ser uma pessoa, que é diferente de ser meramente humano. Uma pessoa é alguém capaz de dizer “não posso”, o que Eichmann e os demais burocratas da matança poderiam ter dito, evitando com isso agir em favor do terror e do extermínio, mas não o fizeram. Por isso foram julgados e condenados. Eles teriam tido uma escolha, ainda que negativa: a de não agir ou mesmo de retrospectivamente arrepender-se de seus crimes, o que tampouco jamais fizeram. Eichmann,

diferentemente de Caim, não se arrependeu. Continuou até o fim uma não pessoa, um ser banal que justificava seu crime como mera obediência.

Para Sócrates, somente as coisas merecedoras de amor são passíveis de serem pensadas: a sabedoria, a beleza, a justiça, etc. A feiúra e o mal aparecem como deficiências, como falta, não têm raízes próprias, nenhuma essência que o pensamento possa apreender. O Mal consiste em ausência, privação, negação, em algo que não é. O pensamento dissolve esses conceitos negativos na sua falta de sentido original, ou seja, em nada. Apenas as pessoas investidas de Eros, desse amor desejoso de sabedoria, beleza e justiça são capazes de pensamento.

A dimensão da *profundidade* faz a diferença entre o Bem e a Banalidade do Mal. Na carta a Scholem, já citada, Arendt compara o Mal a um fungo na superfície. Ele rejeita a dúvida, a diversidade, a pluralidade e a complexidade. É o Bem que é radical, porque tem raízes, profundidade, o que equivale a dizer nuances, contradições, luzes e sombras. A ideologia que alimentou a horrenda maldade dos totalitarismos, achatando a realidade em um rígido determinismo, era totalmente banal e superficial.

Em *Modernidade e Ambivalência*, citando Gershon Scholem, Zigmunt Bauman disse: “A palavra de Deus deve ser infinita... ela é prenhe de sentidos”. Ela marca inúmeras camadas de sentido. Deus deu aos homens, através de Moisés, um texto para interpretação e não uma coleção de proposições definidas que apenas aguardam uma elucidação de sentido. Os sentidos são muitos, inesgotáveis e imprevisíveis, produzidos mais do que revelados no e através do processo interminável de interpretação. A dádiva de Deus foi um texto que continua a se desenvolver toda vez que é estudado. O processo nunca termina, jamais pode acabar, nunca chegará ao fim. A dádiva de Deus foi o conhecimento da ambivalência e a capacidade de viver com esse conhecimento.

Concluindo com Jacques Derrida, Bauman considerou que a tendência contra a qual este autor se opôs é a abominação do acaso e do contingente, que desencadeou e motivou a longa marcha para uma ordem perfeita e imutável, para a norma arrogante do determinismo necessário e a transparência cognitiva do mundo. Ele objetivaria restaurar o valor do indeterminado em sua justa condição de base de todo ser e expor a impostura das longas tentativas de eliminá-lo.

Isto significa escapar do sentido unívoco que foi mortal dentro dos totalitarismos. Nos totalitarismos só havia certezas, determinismos, leis da natureza ou da história. Atualmente, o

bastão da autoridade não está mais nas mãos de um Líder investido do papel da onipotência, mas da ciência, que o tomou para si e se diz detentora da última palavra no que diz respeito à verdade. O que faremos se a ciência determinar o desaparecimento de pedaços inteiros da natureza ou da humanidade? O que faremos se ela nos der o modelo incontestável de como a natureza deveria ter sido feita e arrogantemente empreender esta engenharia reparadora?

Quando o homem perdeu o sentido da própria sacralidade, imaginou-se que poderíamos nos tornar este Deus que morreu. No entanto, este ciborgue que nos empenhamos em montar com peças desarticuladas não consegue nos tranquilizar, não aquieta nosso medo e insegurança diante do acaso e da morte. Ele só sabe tornar a realidade rasa, banal, tediosa. A ordem perfeita e imutável, a realidade “fabricada”, significa a morte em vida. Ao tentar possuir o inabarcável, nós nos empobrecemos terrivelmente. A realidade é muito mais pródiga do que a podemos conceber. No deserto sujo e barulhento para o qual nos deslocamos, vive-se uma vida virtual. Fabricada em seus menores detalhes em vista de nos anestesiarmos, de nos entretermos, como projeto ela é um fracasso, atestado no desespero do mundo atual, mergulhado nas drogas, nos *gadgets* e na ausência de valores.

Que nos permitamos, voltando a perscrutar os infinitos horizontes, reencontrar os caminhos de vida que em algum ponto foram perdidos.

REFERÊNCIAS

- ABENSOUR, Miguel. *El Mal Elemental*, Fondo de Cultura Economica, 2001.
- ADLER, Laure. *Nos Passos de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- ANDERS, Günther. *Nosotros, los hijos de Eichmann*. Barcelona: Paidós, 1988.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A Dignidade da Política*. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1993.
- _____. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008a.
- _____. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008b.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.
- _____. *Compreender, formação, exílio e totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008d.
- _____. *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009a.
- _____. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009b.
- ASSY, Bethânia. Eichmann, Banalidade do Mal e Pensamento em Hannah Arendt. In: MORAES, Eduardo Jardim de; BIGNOTTO, Newton (orgs). *Diálogos, reflexões e Memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- CRITELLI, Dulce. *Analítica do Sentido*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da Barbárie*. São Paulo: EDUSP; Nova Stella, 1990.
- DIEHL, Paula. *Propaganda e Persuasão na Alemanha Nazista*. São Paulo: Annablume, 1996.
- DUARTE, André. *O Pensamento à Sombra da Ruptura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Duarte, André, *Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 131-167.
- _____. *Hannah Arendt e o pensamento político sob o signo do Amor Mundi. Mulheres de Palavra*. Ed. Maria Clara Bingemer; Eliana Yunes. Rio de Janeiro: Loyola, 2003, p. 33-48.
- _____. Hannah Arendt e a exemplaridade subversiva: por uma ética pós-metafísica. *Cadernos de Filosofia Alemã*, n. 09, p. 27-47, 2007.
- _____. Hannah Arendt, el entrelazamiento de filosofía y pensamiento político. *Cuadernos Filosóficos*, Universidad Nacional de Rosario, V, p. 27-47, 2008.
- FORMOSA, Paul. Moral Responsibility for Banal Evil. *Journal of Social Philosophy*, v. 37, n. 4, p. 501-52, 2006.
- GARCIA, Dora Elvira. La tarea de restaurar el mundo mediante la acción y el amor. *Episteme*, Caracas, v. 27, n.2, dez. 2007.
- GOLDBERG, Jonah. *Fascismo de esquerda*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- HELFERICH, Christoph. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- KANT, E. *A Religião nos Limites da Simples Razão*. Lisboa: Editora 70, 1992.
- LACOUÉ-LABARTHE, Philippe; NANCY, Jean-Luc. *O Mito Nazista*. São Paulo: Iluminuras, 2002.
- LAFER, Celso. *Hannah Arendt, Pensamento, Persuasão e Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. Experiência, ação e narrativa: reflexões sobre um curso de Hannah Arendt, *Estudos Avançados*, São Paulo, v.21, n.60, p. 289-304, 2007.
- LEVI, Primo. *É isto um Homem?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEVINAS, Emmanuel. *Algunas reflexiones sobre la filosofía del hitlerismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

- NEIMAN, Susan. *O Mal no Pensamento Moderno*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- NEUMANN, Franz. *Behemot: the Structure and Practice of National Socialism 1933-1944*. Chicago: Ivan R. Dee, 2009.
- PINARDI, Sandra. Hannah Arendt: la Lógica del Pensamiento ideológico o la Radicalidad del Mal. *Episteme*, Caracas, v. 27, n.2, p.129-145, dez. 2007.
- PLATÃO, *Górgias*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- _____. *Menon*. In: _____ *Diálogos*. Belém: Editora Univ. Federal do Pará, 1980.
- POLIAKOV, Léon. *O Mito Ariano*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- ROSALES, Jacinto Rivera. Kant y Hannah Arendt, la Comunidad del Juicio Reflexionante, *Ideas y Valores*, Bogotá, v.54, n.128, ago. 2005.
- ROSEMAN, Mark. *Os Nazistas e a Solução Final*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SIMMEL, George. Excursus on the Stranger. *Sociology: inquiries into the construction of social forms*, Brill, v. 1, cap. 9, p. 601-7, 2009.
- SOUKI, Nádía. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- STIVELMAN, Michael & Rachel. *A Marca dos Genocídios*. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- TAGLE, Marcela Madrid Gómez. Sobre el Concepto de Perdón en el pensamiento de Hannah Arendt. *Praxis Filosófica*, Cali, n.26, p. 131-150, Jan./Jun. 2008.
- YAR, Majid. Hannah Arendt (1906—1975). Internet Encyclopedia of Philosophy (IEP). United Kingdom: Lancaster University, 2001. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/arendt/>
- YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Hannah Arendt, for Love of the World*. USA: Yale University Press, 2004.
- ZAPATA, Guillermo. La Condición Política em Hannah Arendt. *Papel Político*, Bogotá, v.11, n.2, p. 505-524, Jul/Dez. 2006.